

---

**Sul América S.A.**  
**CNPJ/MF nº 29.978.814/0001-87**  
**NIRE 33300032991**  
**Código CVM 02112-1**  
**Companhia Aberta de Capital Autorizado**

---

Identificação	Sul América S.A., companhia aberta de capital autorizado, com registro de nº 02112-1 concedido pela CVM em 03 de outubro de 2007, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.978.814/0001-87 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 3330003299-1.
Sede	Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121, Ala Sul – 6º andar, Cidade Nova, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20211-903.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na sede da Companhia. Diretor Vice-Presidente de Controle e Relações com Investidores Ricardo Bottas Dourado dos Santos telefone: (21) 2506-9381; fax: (21) 2506-8659; e-mail: ricardo.bottas@sulamerica.com.br Departamento de Relações com Investidores telefone: (21) 2506-9111; fax: (21) 2506-8659; e-mail: ri@sulamerica.com.br site de Relações com Investidores: <a href="http://ri.sulamerica.com.br">http://ri.sulamerica.com.br</a>
Auditor Independente da Companhia	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, responsável pelos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019, 31.12.2018 e 31.12.2017.
Agente Escriurador	Itaú Corretora de Valores S.A.
Atendimento aos Acionistas	Nas agências especializadas do Itaú Unibanco S.A.: Rio de Janeiro: Av. Almirante Barroso, 52 - 2º andar - Centro. São Paulo: R. Boa Vista, 176 - 1º Subsolo - Centro. Telefones: (11) 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 7209285 (demais localidades).
Títulos e Valores Mobiliários emitidos	Ações ordinárias e ações preferenciais, parte delas representadas por certificados de depósito de ações ("units"), compostos, cada, por uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia, listados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código de negociação "SULA11", no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa.  Debêntures simples quirografárias, não conversíveis em ações, emitidas em duas séries em 16/05/2014, com vencimento em 15/05/2019 e 15/05/2022,

	<p>respectivamente.</p> <p>Debêntures simples quirografárias, não conversíveis em ações, emitidas em duas séries em 13/12/2016, com vencimento em 13/12/2019 e 13/12/2021, respectivamente.</p> <p>Debêntures simples quirografárias, não conversíveis em ações, emitidas em série única em 27/10/2017, com vencimento em 27/10/2022.</p> <p>Debêntures simples quirografárias, não conversíveis em ações, emitidas em série única em 16/04/2019, com vencimento em 16/04/2024.</p>
Jornais que a Companhia utiliza para publicação legal	Valor Econômico, caderno nacional, e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

## SUMÁRIO

- I. Proposta da Administração a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24 de abril de 2020, nos termos da Instrução CVM 481/2009, conforme alterada.
  
- II. Documentos Anexos à Proposta da Administração - Informações requeridas pelos artigos 9º (inciso III e parágrafo único, incisos II e III), 10 (inciso I) e 12 da Instrução CVM 481/2009, conforme alterada.
  1. Item 10 do Formulário de Referência - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia.
  
  2. Anexo 9-1-ii da Instrução CVM 481/09 - Informações complementares relativas à proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2019.
  
  3. Artigo 9º, parágrafo único, inciso III da Instrução CVM 481/09 - Parecer do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.
  
  4. Itens 12.05 a 12.10 do Formulário de Referência - Informações complementares relativas à proposta de eleição de membros da administração.
  
  5. Item 13 do Formulário de Referência - Informações complementares relativas à proposta de remuneração dos administradores.

# Sul América S.A.

CNPJ/MF nº 29.978.814/0001-87

NIRE 3330003299-1

Código CVM 02112-1

## Companhia Aberta de Capital Autorizado

---

Proposta da Administração a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24 de abril de 2020, nos termos da Instrução CVM 481/09, conforme alterada.

---

Senhores acionistas,

A administração da Sul América S.A. ("Companhia") vem apresentar aos seus acionistas sua proposta sobre as matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 24 de abril de 2020, às 15 horas, na sede da Companhia, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ:

**(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2019.**

A administração da Companhia propõe que os acionistas apreciem as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2019, e, após atenta consideração, aprovelem os referidos documentos tal como aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20.02.2020 e publicados pela Companhia em 21.02.2020, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, caderno nacional.

Os mencionados documentos, juntamente com o parecer dos auditores independentes, o relatório resumido do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, o formulário de demonstrações financeiras padronizadas e os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se disponíveis no site da Companhia ([ri.sulamerica.com.br](http://ri.sulamerica.com.br)), no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), nos termos da Instrução CVM 481/09, conforme alterada.

**(ii) aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2019.**

A administração da Companhia propõe que seja apreciada a destinação para o resultado do exercício social encerrado em 31.12.2019 demonstrada no quadro abaixo, conforme aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20.02.2020 e prevista no Relatório da Administração.

Resultado do exercício e proposta para sua destinação:

2019		
(em R\$ mil)		
Lucro líquido do exercício		1.182.584
Ajustes de exercícios anteriores		(66.1)
<b>Lucro líquido do exercício após ajustes de exercícios anteriores</b>		<b>1.182.518</b>
Constituição da reserva legal (5%)		(59.126)
Lucro líquido ajustado (Art. 202, Lei 6.404/76)		1.123.392
	<b>Valor por unit</b>	
<b>Proposta de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio (25%)</b>	<b>R\$ 0,72</b>	<b>280.848</b>
Juros Sobre o Capital Próprio Declarados - JCP		170.000
Imposto de Renda (IRRF)		(20.237)
JCP imputados aos dividendos obrigatórios (líquido IRRF)	R\$ 0,37	(149.763)
Saldo a pagar de Dividendos	R\$ 0,34	131.085
<b>Reserva para expansão dos negócios sociais<sup>1</sup></b>		<b>822.308</b>

<sup>1</sup> - O cálculo do valor atribuído à reserva estatutária para expansão dos negócios sociais leva em consideração o valor bruto dos Juros sobre o Capital Próprio declarados pela Companhia, no montante de R\$170 milhões.

Informações adicionais sobre a proposta de destinação do resultado apresentada pela administração, incluindo comparações com os exercícios anteriores, estão disponíveis no site da Companhia ([ri.sulamerica.com.br](http://ri.sulamerica.com.br)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), em conformidade com o art. 9º, §1º, II da Instrução CVM 481/09, conforme alterada.

**(iii) estabelecer o número de membros do Conselho de Administração para o mandato de 2020.**

A proposta da administração da Companhia é de que o Conselho de Administração seja composto por 10 membros para o mandato vigente até a realização da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021.

**(iv) eleger os membros do Conselho de Administração.**

A administração da Companhia propõe que sejam reeleitos, para mandato de 01 ano, até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2021, os seguintes membros para o Conselho de Administração:

Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas	Presidente
Carlos Infante Santos de Castro	Conselheiro
Cátia Yuassa Tokoro	Conselheira
David Lorne Levy	Conselheiro
Isabelle Rose Marie de Ségur Lamoignon	Conselheira
Jorge Hilário Gouvêa Vieira	Conselheiro
Pierre Claude Perrenoud	Conselheiro

Renato Russo	Conselheiro
Romeu Cortês Domingues	Conselheiro
Walter Roberto de Oliveira Longo	Conselheiro

A proposta da administração da Companhia para 2020 indica 06 Conselheiros Independentes: Sra. Cátia Yuassa Tokoro e os Srs. David Lorne Levy, Pierre Claude Perrenoud, Renato Russo, Romeu Cortês Domingues e Walter Roberto de Oliveira Longo, eis que atendem aos requisitos de independência do Regulamento de Listagem do Nível 2 da B3. O número proposto equivale a 60% do total do número de membros que compõe o Conselho de Administração sendo, portanto, superior ao exigido pelo mencionado regulamento (que dispõe que o Conselho de Administração deve ter, no mínimo, 20% de Conselheiros Independentes).

Informamos que a eleição de membros para o Conselho de Administração da Companhia ocorrerá mediante processo de votação realizado por voto simples, formando uma chapa completa de candidatos para as vagas do Conselho de Administração, que deverá ser submetida à deliberação dos acionistas, exceto se for requerida a adoção de processo de voto múltiplo.

Voto Múltiplo: no caso da adoção do processo de voto múltiplo, são atribuídos a cada ação ordinária tantos votos quantos sejam os cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia, sendo permitido ao acionista o direito de acumular votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários candidatos. O pedido para adoção do processo de voto múltiplo pode ser feito por acionistas que representem, no mínimo, 5% do capital votante da Companhia, em até 48 horas antes da realização da Assembleia, mediante solicitação por escrito à Companhia.

Eleição em separado: Nos termos da legislação aplicável, seja no processo de voto simples ou múltiplo, é assegurada a eleição de um membro em votação em separado, excluído o acionista controlador, pela maioria dos titulares de ações ordinárias que representem, no mínimo, 15% das ações com direito a voto, assim como pela maioria dos titulares de ações preferenciais que representem, no mínimo, 10% do capital social da Companhia. Caso os requisitos acima não sejam satisfeitos, os acionistas poderão agregar suas ações para eleger, em conjunto, um membro para o Conselho de Administração, desde que representem, no mínimo, 10% do capital social da Companhia.

Apenas poderão exercer o direito de eleger em separado membros do Conselho de Administração da Companhia os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária exigida durante os três meses imediatamente anteriores à realização da Assembleia.

Informações detalhadas sobre os candidatos indicados acima, incluindo sua experiência profissional, encontram-se disponíveis no site da Companhia ([ri.sulamerica.com.br](http://ri.sulamerica.com.br)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), em conformidade com o art. 10 da Instrução CVM 481/09, conforme alterada.

**(v) fixar a remuneração dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria).**

A administração da Companhia propõe um montante global e anual de até R\$6.800.000,00 para a remuneração

dos administradores da Companhia (Conselho de Administração e Diretoria) para o período compreendido entre a Assembleia Geral Ordinária de 2020 e a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2021.

Informações adicionais sobre a remuneração dos administradores encontram-se disponíveis no documento anexo à presente proposta e no site da Companhia ([ri.sulamerica.com.br](http://ri.sulamerica.com.br)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM 481/09.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020.

Conselho de Administração

## **10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

### **A. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Os diretores da Companhia apresentam neste item 10 do Formulário de Referência informações que visam permitir aos acionistas da Companhia, investidores e o mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. Salientamos que, para a melhor leitura deste documento, sempre que nos referimos à Companhia, nos referimos a Sul América S.A. (“SASA”), e o termo “SulAmérica” é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela Sul América S.A. e suas controladas e coligadas.

Nesse contexto, os diretores apresentam abaixo uma análise da Companhia com base nos resultados contábeis e em indicadores (como de liquidez e endividamento), conforme o caso.

Os diretores informam que os resultados de 2019 evidenciam mais um ano de desempenho consistente da SulAmérica, apresentando crescimento e rentabilidade, além de importantes ganhos em eficiência operacional, acompanhando um efetivo controle de custos e despesas, mesmo com investimentos contínuos em tecnologia e inovação em cada um dos segmentos. Simultaneamente, a Companhia segue oferecendo serviços de alta qualidade a todos os segurados e clientes, aperfeiçoando e lançando novos produtos, constantemente buscando adequá-los às necessidades de diferentes perfis de clientes. Os resultados consistentes apresentados são fruto de iniciativas que envolvem a gestão de sinistros, aprimoramento de processos, melhor precisão de políticas de subscrição e gestão de risco, além do relacionamento sólido junto a corretores e parceiros de negócios.

Os diretores destacam o desempenho do segmento de saúde e odontológico que em 2019 registrou um crescimento de 10,9% nas receitas operacionais em relação ao ano anterior, principalmente em função do alto nível de retenção de clientes e de vendas novas, além de um melhor cenário de emprego no País, que contribuiu para o aumento de vidas seguradas. Os diretores comentam que o índice de sinistralidade do segmento alcançou 78,9% em 2019, uma melhora de 0,3 p.p. em relação ao ano anterior, evidenciando os resultados das iniciativas de longo prazo em gestão de sinistro, gestão de saúde e bem estar e, mais recentemente, em coordenação de cuidado. Em 2019 intensificamos os investimentos no programa de Cuidado Coordenado, visando acompanhar cada vez mais de perto a jornada dos beneficiários e buscando um maior alinhamento entre os agentes do setor de saúde suplementar.

Os diretores reforçam que, conforme fato relevante divulgado em 23 de agosto de 2019, a Companhia celebrou contrato de venda de sua operação de automóveis e ramos elementares para a Allianz Seguros S.A. pelo valor fixado de R\$3 bilhões. Os diretores comentam que a referida transação demonstra o reconhecimento do modelo de negócios da Companhia nessas linhas de negócios e reforça o posicionamento estratégico da SulAmérica, que, após a conclusão da transação, se concentrará nos segmentos de saúde, odontologia, vida, previdência e gestão de ativos. Os resultados das operações de automóveis e ramos elementares continuam a ser reconhecidos pela SulAmérica até a efetiva conclusão da transação, que está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes previstas no respectivo contrato.

Em 2019, o segmento de automóveis registrou redução de receitas operacionais de 2,8% no ano, principalmente em função de um menor nível de risco, notadamente em roubo e furto de veículos, que se refletiu no preço nominal das apólices ao longo do ano. Neste período a sinistralidade se manteve controlada em 61,0%, aumento de 0,8 p.p. em relação ao ano anterior. A Companhia obteve sucesso na manutenção da frota segurada, que no período cresceu em 14 mil veículos, equilibrando crescimento em um cenário ainda desafiador para o mercado de seguros de automóveis e, ao mesmo tempo, mantendo o foco em subscrição com rentabilidade.

Na área de seguros, conforme dados da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”) de dezembro de 2019, a SulAmérica detinha a quinta maior participação de mercado no segmento de seguros de automóveis, com 9,2% dos prêmios. Os diretores ressaltam que com base em dados divulgados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), em setembro de 2019, a SulAmérica detinha a terceira maior participação de mercado no segmento de saúde, com 10,6% da receita total, um ganho de 0,3 p.p. em relação a dezembro de 2018. Os diretores também destacam que, na atividade de gestão e administração de ativos, o volume de recursos administrados pela Sul América Investimentos DTVM S.A. em 31.12.2019, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”), era de R\$31,0 bilhões, correspondendo a maior parcela do mercado detida por instituições independentes.

Os diretores comunicam que, em 31.12.2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$7,1 bilhões, sendo que, no mesmo período, o endividamento (composto, principalmente, pelo principal das debêntures emitidas em 2014, 2016, 2017 e 2019, além do principal da CCB emitida em 2015, acrescidos de juros) era de R\$1.750,4 milhões, representando 24,5% do patrimônio líquido ao final de 2019. Os diretores informam que os ativos totais somavam R\$28,4 bilhões em 31 de dezembro de 2019 e que as provisões técnicas de seguros somavam R\$14,2 bilhões. Adicionalmente, ressaltam que o índice de liquidez corrente (composto pela divisão entre ativo circulante e passivo circulante) era de 1,95x, enquanto que o índice de liquidez geral (composto pela divisão do ativo circulante acrescido do ativo realizável a longo prazo, pelo passivo circulante acrescido do passivo não circulante) era de 1,31x.

Os diretores destacam que, em 2019, a SulAmérica apresentou um lucro líquido após participação de acionistas não controladores de R\$1.182,6 milhões, 30,7% superior ao reportado no exercício anterior, além de registrar um retorno do patrimônio líquido médio de 17,6%, aumento de 2,4 p.p. na comparação com 2018.

Em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, os diretores informam que a SulAmérica alcançou R\$905,0 milhões de lucro líquido após participação de acionistas não controladores, e apresentou um retorno sobre patrimônio líquido médio de 15,2%.

Adicionalmente, em 31.12.2018, o endividamento somava R\$1.470,9 milhões, representando 23,4% do patrimônio líquido, que encerrou o ano totalizando R\$6,2 bilhões. O índice de liquidez corrente ao final do ano de 2018 era de 1,89x, enquanto o índice de liquidez geral era de 1,30x. Os diretores notam que o total de provisões técnicas de seguros era de R\$13,2 bilhões e os ativos administrados somavam R\$31,1 bilhões, conforme os dados divulgados pela ANBIMA.

Em relação ao exercício social findo de 31 de dezembro de 2017, o endividamento totalizava R\$1.584,5 milhões. Os diretores informam que esse patamar de dívida representava 28,1% do patrimônio líquido ao final do ano, que totalizou R\$5,6 bilhões. Já o índice de liquidez corrente era de 1,93x e o índice de liquidez geral totalizou 1,29x. Os



diretores apontam que o total de provisões técnicas de seguros somava R\$11,7 bilhões em 2017 e os ativos administrados totalizavam R\$29,8 bilhões, segundo dados divulgados pela ANBIMA.

## B. Estrutura de capital.

### As tabelas a seguir apresentam a estrutura do capital próprio e do passivo:

Os diretores entendem que a Companhia possui estrutura de capital e suporte adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto, médio e longo prazo e à condução de suas operações.

Consolidado				
(R\$ milhões)	2019	2018	Varição (2019-2018)	An.Horiz. (%) (2019-2018)
Passivo circulante e não circulante	21.264,7	19.416,3	1.848,5	9,5%
Patrimônio Líquido	7.147,7	6.287,5	860,2	13,7%
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>28.412,5</b>	<b>25.703,8</b>	<b>2.708,7</b>	<b>10,5%</b>
% Capital Próprio	25,2%	24,5%	0,7 p.p.	
% Capital de Terceiros	74,8%	75,5%	-0,7 p.p.	

Consolidado				
(R\$ milhões)	2018	2017	Varição (2018-2017)	An. Horiz. (%) (2018-2017)
Passivo circulante e não circulante	19.416,3	17.809,1	1.607,1	9,0%
Patrimônio Líquido	6.287,5	5.640,4	647,1	11,5%
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>25.703,8</b>	<b>23.449,5</b>	<b>2.254,3</b>	<b>9,6%</b>
% Capital Próprio	24,5%	24,1%	0,4 p.p.	
% Capital de Terceiros	75,5%	75,9%	-0,4 p.p.	

Os diretores informam que o passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2019, em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é composto principalmente por provisões técnicas, obrigações fiscais/contingências fiscais, empréstimos e financiamentos, sendo que as provisões técnicas possuem ativos garantidores.

Em relação ao patrimônio líquido consolidado da SulAmérica, os diretores comunicam que em 31.12.2019 a rubrica somava R\$7,1 bilhões, sendo 13,7% maior do que o ano anterior, principalmente em função do crescimento de 32,6% das reservas de lucros. Os diretores informam que os ativos totais atingiram R\$28,4 bilhões e o saldo da dívida total (composta, principalmente, pelo principal das debêntures emitidas em 2014, 2016, 2017 e 2019, além do principal da CCB emitida em 2015, acrescido de juros) era de R\$1.750,4 milhões, representando 24,5% do patrimônio líquido.

Os diretores informam que em 31.12.2018, o patrimônio líquido consolidado era de R\$6,3 bilhões, sendo 11,5% maior do que o ano anterior, principalmente em função do crescimento de 32,8% das reservas de lucros. Os diretores informam que os ativos totais somaram R\$25,7 bilhões e o saldo da dívida total (composta, principalmente, pelo principal das debêntures emitidas em 2014, 2016 e 2017, além do principal da CCB emitida em 2015, acrescido de juros) era de R\$1.470,9 milhões, representando 23,4% do patrimônio líquido.

Os diretores comentam que em 31.12.2017, o patrimônio líquido consolidado da SulAmérica era de R\$5,6 bilhões, quando foi registrado um aumento de 11,9% comparado ao ano anterior, em função dos lucros acumulados no exercício. Os diretores explicam que os ativos totais somavam R\$23,4 bilhões e o saldo de dívida total (composta, principalmente, pelo principal das debêntures emitidas em 2014, 2016 e 2017, além do principal da CCB emitida em 2015, acrescidos de juros) era de R\$1.584,5 milhões, representando 28,1% do patrimônio líquido.

### C. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Os diretores informam que a estrutura normativa dos segmentos de seguros, saúde suplementar e previdência complementar, de gestão de ativos e capitalização, à qual a maioria das sociedades controladas operacionais da SulAmérica está sujeita, exige que sejam constituídas provisões técnicas, mantidas margens de solvências adequadas, além de níveis mínimos de capitalização para essas operações. Os diretores ressaltam que essas provisões são determinadas com base em premissas atuariais e em metodologias estabelecidas em notas técnicas ou relatórios atuariais apresentados à SUSEP ou à ANS e, conforme o caso, ao Banco Central do Brasil.

A Companhia adota o método indireto para a demonstração de fluxo de caixa. O fluxo de caixa das atividades operacionais consiste principalmente no recebimento de (i) movimentação das aplicações financeiras; (ii) movimentação do saldo de recebíveis; (iii) variação no saldo de ativos de resseguro; (iv) variação no saldo de comissões à nossa rede de corretores independentes; (v) contas a pagar; (vi) serviço da dívida; (vii) variação das provisões judiciais; (viii) variação no saldo de passivos de resseguro; e (ix) imposto de renda e juros sobre o capital próprio recebidos.

O fluxo de caixa das atividades de investimento consiste principalmente em (i) compras e vendas de participações societárias; e (ii) compra e venda de ativos permanentes. O fluxo de caixa das atividades de financiamento consiste principalmente em (i) recursos captados por meio de empréstimos e financiamentos e emissão de bônus de médio prazo e amortização desses instrumentos; (ii) movimentações societárias relacionadas à recompra de ações para manutenção em tesouraria, venda de ações em tesouraria e outorga de opções; (iii) dividendos e juros sobre o capital próprio pagos; (iv) REFIS; e (v) leasing financeiro.

Os diretores avaliaram que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro e não possuem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Abaixo apresentamos um resumo da geração de caixa operacional, das atividades de investimentos e atividades de financiamento.

Principais variações do fluxo de caixa da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

(R\$ milhões)	2019	2018	Variação (2019-2018)	An. Horiz. (%) (2019-2018)
<b>Caixa e equivalentes inicial</b>	<b>629,5</b>	<b>641,0</b>	<b>(11,5)</b>	<b>-1,8%</b>
(+) Atividades operacionais	394,0	425,9	(31,9)	-7,5%
(-) Atividades de investimento	(252,8)	(90,6)	(162,2)	-179,1%
(+) Atividades de financiamento	(25,7)	(346,8)	321,1	92,6%
<b>Caixa e equivalentes final</b>	<b>745,0</b>	<b>629,5</b>	<b>115,5</b>	<b>18,3%</b>

Principais variações do fluxo de caixa da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

(R\$ milhões)	2018	2017	Variação (2018-2017)	An. Horiz. (%) (2018-2017)
<b>Caixa e equivalentes inicial</b>	<b>641,0</b>	<b>932,3</b>	<b>(291,4)</b>	<b>-31,3%</b>
(+) Atividades operacionais	425,9	(220,2)	646,1	-293,4%
(-) Atividades de investimento	(90,6)	(71,3)	(19,2)	-27,0%
(+) Atividades de financiamento	(346,8)	0,2	(347,0)	NA
<b>Caixa e equivalentes final</b>	<b>629,5</b>	<b>641,0</b>	<b>(11,5)</b>	<b>-1,8%</b>

#### **D. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.**

Os diretores informam que as operações dos segmentos de seguros, saúde suplementar e previdência complementar, gestão de ativos e capitalização oferecem os recursos necessários para financiamento de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

#### **E. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

Os diretores informam que as operações dos segmentos de seguros, saúde suplementar e previdência complementar, gestão de ativos e capitalização oferecem os recursos necessários para financiamento de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

Além disto, poderá complementar essa estratégia por meio da utilização de outros tipos de financiamento, incluindo: (i) contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras; e (ii) captação de recursos no mercado de capitais, por meio de instrumentos de dívida ou emissão de ações.

#### **F. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

##### **i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Os diretores afirmam que, em 31.12.2019, o saldo de dívida total (composta, principalmente, pelo principal das debêntures emitidas em 2014, 2016, 2017 e 2019, além do principal da CCB emitida em 2015, acrescidos de juros) era de R\$1.750,4 milhões, representando 24,5% do patrimônio líquido.

Em 16.04.2019 foi concluída a 6ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de série única, da espécie quirografária, composta por 700.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00, na data de emissão, perfazendo o valor total da emissão de R\$700,0 milhões. Os diretores informam que o saldo das debêntures em série única totalizavam R\$706,7 milhões em 31.12.2019 e terão vencimento em 16.04.2024, com remuneração paga semestralmente de 111,5% da variação acumulada das taxas médias diárias de Depósitos Interfinanceiros (“DI”) de um dia, “over extra-grupo”.

Os diretores afirmam que, em 31.12.2018, o saldo de dívida total (composta, principalmente, pelo principal das debêntures emitidas em 2014, 2016 e 2017, além do principal da CCB emitida em 2015, acrescidos de juros) era de R\$1.470,9 milhões, representando 23,4% do patrimônio líquido.

Os diretores informam que, em 31.12.2017, o saldo de dívida total (composta, principalmente, pelo principal das debêntures emitidas em 2014, 2016 e 2017, além do principal da CCB emitida em 2015, acrescidos de juros) era de R\$ 1.584,5 milhões, representando 28,1% do patrimônio líquido.

Em 27.10.2017 foi concluída a 5ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de série única, da espécie quirografária, composto por 500.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00, na data de emissão, perfazendo o valor total da emissão de R\$500,0 milhões. Os diretores informam que o saldo das debêntures em série única totalizavam R\$503,5 milhões em 31.12.2019 e terão vencimento em 27.10.2022, com remuneração paga semestralmente de 108,0% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI de um dia, “over extra-grupo”.

Em 13.12.2016 foi concluída a 4ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie quirografária, composta por 500.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00, na data de emissão, perfazendo o valor total da emissão de R\$500,0 milhões. Informam que as debêntures da primeira série, venceram em 13.12.2019 e tinham remuneração paga semestralmente de 111,7% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI de um dia, “over extra-grupo”, enquanto as debêntures da segunda série, que totalizavam R\$195,7 milhões em 31.12.2019, terão vencimento em 13.12.2021, com remuneração paga semestralmente de 114,00%, da taxa DI calculados de forma exponencial cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. Ressaltam, ainda, que o valor nominal da segunda série será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas.

Os diretores informam que em 29.12.2015, a Companhia emitiu uma Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com o Banco do Brasil S.A. no montante de R\$200,0 milhões a uma taxa de 111,0% do CDI por um prazo total de três anos. Em março de 2018, a CCB emitida teve sua operação repactuada, com alteração da data de vencimento, para 10.01.2021, e da taxa de remuneração, para 113,0% do CDI. Os diretores ressaltam que os juros são pagos trimestralmente e o principal em três parcelas anuais, sendo que a primeira parcela de 10% do principal foi paga em 10 de dezembro de 2016, a segunda parcela de 10% do principal foi paga em 10 de dezembro de 2017 e a terceira de 80% do principal será paga em 10 de janeiro de 2021, conforme repactuação da operação mencionada acima. Os diretores informam ainda que a operação não possui garantias.

Os diretores afirmam que em 16.05.2014, foram emitidas 50.000 debêntures, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, na data de emissão, perfazendo o valor total da emissão de R\$500,0 milhões. As debêntures da primeira série venceram em 15.05.2019 e tinham remuneração paga semestralmente de 108,25% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI de um dia, “over extra-grupo”, enquanto as debêntures da segunda série, que totalizavam R\$182,2 milhões em 31.12.2019, terão vencimento em 15.05.2022, com remuneração paga anualmente de 7,41%, acrescida da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O valor nominal de ambas as séries será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas a partir de 2020, sendo a última parcela paga no respectivo vencimento de cada série.

## **ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras:**

Os diretores entendem que o item não é aplicável, dado que não há relação de longo prazo com instituições financeiras.

### iii. grau de subordinação entre as dívidas:

Os diretores esclarecem que as obrigações registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras são compostas por: (i) Provisões Técnicas que conforme legislação aplicável tem como contrapartida ativos oferecidos como garantia de tais provisões; (ii) Debêntures da 3ª Emissão da Companhia, (iii) Debêntures da 4ª Emissão da Companhia, (iv) Debêntures da 5ª Emissão da Companhia; (v) Debêntures da 6ª Emissão da Companhia, sendo todas as debêntures emitidas quirografárias; e (vi) CCB emitida pela Companhia junto ao Banco do Brasil S.A. Nesse passo, na eventual liquidação da Companhia, as provisões técnicas contariam com privilégios e prefeririam as Debêntures e a CCB em ordem de pagamento, estando os créditos das Debêntures, portanto, subordinados àqueles das Provisões Técnicas.

### iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Os diretores esclarecem que os empréstimos e financiamentos apenas terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos previstos nas respectivas escrituras e/ou contratos. Informam ainda que as escrituras e/ou contratos apresentam as hipóteses usuais de vencimento antecipado, dentre as quais:

- Descumprimento da Emissora de qualquer obrigação contratual ou pecuniária prevista na respectiva Escritura de Emissão.
- Cessão das obrigações da respectiva Escritura de Emissão, reorganização societária, alteração do controle societário ou transformação da Emissora.
- Redução do capital social ou alteração substancial do objeto social da Emissora.
- Descumprimento de obrigações financeiras ou de condenações judiciais transitadas em julgado, nos termos da respectiva Escritura, ou, ainda, ocorrência de protestos de títulos contra a Emissora.
- Constituição de ônus sobre ativos da Emissora ou distribuições pagas aos acionistas.
- Perda da propriedade ou posse direta ou indireta de parte substancial de seus ativos.
- Distribuição e/ou pagamento de distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na respectiva Escritura de Emissão.
- Inobservância dos seguintes índices financeiros, descritos na respectiva Escritura de Emissão.

Os diretores informam que os *covenants* financeiros das Debêntures da 3ª Emissão, das Debêntures da 4ª Emissão, das Debêntures da 5ª Emissão, das Debêntures da 6ª Emissão e da CCB encontram-se abaixo:

Indicadores	Cálculo	Limites	4T17	4T18	4T19
<b>INDICADOR 1</b>	Dívida Financeira Líquida / Geração de Caixa	2,00	(1,9)	(2,0)	(1,8)
<b>INDICADOR 2</b>	Geração de Caixa/ Resultado Financeira Líquido	4,00	(1,6)	(2,3)	(2,7)
<b>INDICADOR 3</b>	Geração de Caixa (R\$ mil)	≥ 0	1.308.362	1.430.244	1.675.523

#### Descrição dos *covenants*:

Índice financeiro I – dívida financeira líquida igual ou inferior a 2 vezes a geração de caixa.

Índice financeiro II – geração de caixa igual ou superior a 4 vezes o resultado financeiro líquido.

Índice financeiro III – geração de caixa igual ou superior a zero.

Os diretores informam ainda que todas as obrigações descritas acima estão sendo cumpridas.

#### G. Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados.

Os diretores informam que não existem contratos de financiamento em vigor, exceto: (i) a 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de duas séries, de emissão da Companhia, no montante total de R\$500,0 milhões, sendo que a primeira parcela da primeira série foi amortizada em maio de 2017, no valor de R\$123,0 milhões, a segunda parcela da primeira série foi amortizada em maio de 2018, com o mesmo valor de R\$ 123,0 milhões e a terceira parcela da primeira série foi amortizada em maio de 2019, com o mesmo valor das demais parcelas; (ii) a CCB emitida pela Companhia junto ao Banco do Brasil S.A. em 29.12.2015 no montante de R\$200,0 milhões, sendo que a primeira parcela foi amortizada em dezembro de 2016, no valor de R\$20,0 milhões e a segunda parcela foi amortizada em dezembro de 2017, também no valor de R\$20,0 milhões; (iii) a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, de emissão da Companhia, no montante total de R\$500,0 milhões, sendo que a primeira série teve sua primeira parcela amortizada em dezembro de 2019 no valor de R\$206,3 milhões e a segunda série teve a sua primeira parcela amortizada em dezembro de 2019 no valor de R\$97,9 milhões; (iv) a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, de emissão da Companhia, no montante total de R\$500,0 milhões; e (v) a 6ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, de emissão da Companhia, no montante total de R\$700,0 milhões. Todas comentadas nos itens anteriores.

#### H. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Os diretores apresentam a tabela abaixo indicando as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados consolidados da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

(R\$ milhões)	2019	2018	Varição (2019-2018)	An. Horiz. (%) (2019-2018)	An. Vert. (%) (2019-2018)
<b>Receitas Operacionais</b>	<b>22.325,5</b>	<b>20.502,7</b>	<b>1.822,8</b>	<b>8,9%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Seguros</b>	<b>21.282,5</b>	<b>19.666,8</b>	<b>1.615,7</b>	<b>8,2%</b>	<b>95,3%</b>
Prêmios Líquidos	21.259,6	19.654,7	1.604,9	8,2%	95,2%
Outras Receitas Operacionais	22,9	12,1	10,8	89,8%	0,1%
<b>Previdência</b>	<b>794,9</b>	<b>635,5</b>	<b>159,4</b>	<b>25,1%</b>	<b>3,6%</b>
Prêmios, Rendas e Taxa de Gestão Líquidos	794,2	634,7	159,5	25,1%	3,6%
Outras Receitas Operacionais	0,7	0,9	-0,1	-15,3%	0,0%
<b>Capitalização</b>	<b>64,8</b>	<b>54,0</b>	<b>10,9</b>	<b>20,1%</b>	<b>0,3%</b>
<b>Planos de saúde administrados</b>	<b>61,7</b>	<b>60,6</b>	<b>1,1</b>	<b>1,8%</b>	<b>0,3%</b>
<b>Gestão e administração de ativos</b>	<b>88,3</b>	<b>51,2</b>	<b>37,1</b>	<b>72,5%</b>	<b>0,4%</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>33,2</b>	<b>34,6</b>	<b>-1,4</b>	<b>-4,1%</b>	<b>0,1%</b>
<b>Variações das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência</b>	<b>-599,8</b>	<b>-671,5</b>	<b>71,7</b>	<b>10,7%</b>	<b>-2,7%</b>
Seguros	68,9	-156,7	225,5	NA	0,3%
Previdência	-668,7	-514,8	-153,9	-29,9%	-3,0%
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>-18.938,0</b>	<b>-17.321,0</b>	<b>-1.617,0</b>	<b>-9,3%</b>	<b>-84,8%</b>
<b>Seguros</b>	<b>-18.758,4</b>	<b>-17.138,5</b>	<b>-1.619,9</b>	<b>-9,5%</b>	<b>-84,0%</b>
Sinistros	-16.162,3	-14.742,1	-1.420,3	-9,6%	-72,4%
Custos de comercialização	-2.026,2	-1.886,6	-139,6	-7,4%	-9,1%
Outras Despesas Operacionais	-569,9	-509,8	-60,1	-11,8%	-2,6%
<b>Previdência</b>	<b>-121,1</b>	<b>-123,5</b>	<b>2,4</b>	<b>1,9%</b>	<b>-0,5%</b>
Despesas com benefícios e resgates	-81,9	-90,0	8,1	9,0%	-0,4%
Custos de comercialização	-35,6	-32,0	-3,6	-11,2%	-0,2%
Outras Despesas Operacionais	-3,7	-1,5	-2,2	-142,1%	0,0%

Capitalização	-33,2	-42,6	9,3	21,9%	-0,1%
Planos de saúde administrados	-20,4	-12,4	-8,0	-64,2%	-0,1%
Gestão e administração de ativos	-4,9	-3,8	-1,1	-27,8%	0,0%
Outras Despesas Operacionais	0,0	-0,2	0,2	99,9%	0,0%
Margem Bruta Operacional	2.787,6	2.510,2	277,4	11,1%	12,5%
Despesas Administrativas	-1.857,6	-1.785,0	-72,6	-4,1%	-8,3%
Resultado Financeiro	615,1	615,7	-0,6	-0,1%	2,8%
Resultado de Equivalência Patrimonial	2,0	35,7	-33,7	-94,4%	0,0%
Resultado Patrimonial	8,9	3,0	5,9	194,0%	0,0%
Resultado Antes de Impostos e Contribuições	1.556,0	1.379,6	176,4	12,8%	7,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-374,4	-474,5	100,2	21,1%	-1,7%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.181,6</b>	<b>905,1</b>	<b>276,6</b>	<b>30,6%</b>	<b>5,3%</b>
Acionistas da Companhia	1.182,6	905,0	277,6	30,7%	5,3%
Acionistas Não Controladores de Controlada Indireta	-1,0	0,1	-1,1	NA	0,0%

## Receitas Operacionais

Os diretores informam que as receitas operacionais cresceram 8,9%, totalizando R\$22.325,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ante um total de R\$20.502,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. As receitas de seguros, que representam 95,3% do total de receitas operacionais, foram o principal direcionador para o crescimento observado.

(R\$ milhões)	2019	2018	Varição (2019-2018)	An. Horiz. (%) (2019-2018)
Seguros	21.282,5	19.666,8	1.615,7	8,2%
Saúde	17.321,0	15.616,8	1.704,2	10,9%
Danos	3.455,3	3.567,8	(112,4)	-3,2%
Pessoas	515,0	488,2	26,8	5,5%
Outros	(8,8)	(6,0)	(2,8)	-47,5%
Previdência	794,9	635,5	159,4	25,1%
Capitalização	64,8	54,0	10,9	20,1%
Planos de saúde administrados	61,7	60,6	1,1	1,8%
Gestão e administração de ativos	88,3	51,2	37,1	72,5%
Outras Receitas Operacionais	33,2	34,6	(1,4)	-4,1%
<b>Total de receitas operacionais</b>	<b>22.325,5</b>	<b>20.502,7</b>	<b>1.822,8</b>	<b>8,9%</b>

## Seguros

Os diretores explicam que o aumento da receita de seguros foi resultado, principalmente, do bom desempenho da carteira de saúde, com um crescimento em termos absolutos de R\$1.704,2 milhões, ou 10,9%, na comparação com o ano de 2018. A melhora apresentada é fruto de um nível de retenção elevado e do crescimento de vendas novas, combinado a um melhor cenário de nível de empregos no País que resultou no crescimento de beneficiários no período. A estratégia comercial adotada continua gerando resultados, baseada na força da marca SulAmérica e na expansão de localidades atendidas, assim como na competência para formatação de produtos atendendo as necessidades de diferentes perfis de clientes, fundamentais para a atração e retenção de clientes.

Os diretores informam que no ano de 2019 o segmento de danos, composto pelas carteiras de automóveis e ramos elementares, registrou R\$3.455,3 milhões em receitas operacionais ante R\$3.567,8 milhões em 2018, apresentando uma redução de 3,2%. Os diretores explicam que esta redução é influenciada pelos menores níveis de roubo e furto de veículos nas principais regiões de atuação que impactaram os preços das apólices ao longo do ano.

Os diretores destacam, ainda, o crescimento de 5,5% na receita da carteira de pessoas em 2019 quando comparado ao exercício anterior, acompanhando principalmente o crescimento dos produtos viagem e prestamista no portfólio de vida e acidentes pessoais.

### ***Previdência***

Os diretores destacam o crescimento da receita de previdência que apresentou aumento de 25,1% em comparação com o ano anterior, em função principalmente do crescimento do produto VGBL.

### ***Capitalização***

Os diretores informam que o segmento apresentou crescimento de 20,1% nas receitas operacionais em relação ao ano anterior. Este resultado é fruto dos esforços para alavancar as vendas e estreitar as parcerias junto aos corretores e agentes do segmento imobiliário, combinado ao crescimento das vendas do Garantia Aluguel, produto principal da linha de negócio.

### ***Planos de Saúde Administrados***

Os diretores destacam que a receita dos planos de saúde administrados foi de R\$61,7 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2019, representando 1,8% de crescimento em relação ao exercício anterior, devido principalmente ao aumento no número de beneficiários da carteira.

### ***Gestão e Administração de Ativos***

Os diretores destacam o crescimento de 72,5% das receitas do segmento de gestão e administração de ativos, totalizando R\$88,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, explicado por maiores receitas com taxas de administração e performance, associado principalmente a boa performance dos fundos do período.

### ***Variações das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência***

Os diretores informam que as variações das provisões técnicas apresentaram uma redução de 10,7%, passando de (R\$671,5) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para (R\$599,8) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esta variação é explicada principalmente pela redução das variações das provisões técnicas nos segmentos de danos e pessoas.

### ***Despesas Operacionais***

Os diretores comunicam que as despesas operacionais totalizaram R\$18.938,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 9,3% maiores do que registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. As despesas referentes às operações de seguros, representando 99,1% do total, foram as principais direcionadoras do aumento, sobretudo a linha de despesas com sinistro, refletindo o crescimento da operação.



(R\$ milhões)	2019	2018	Variação (2019-2018)	An. Horiz. (%) (2019-2018)
Seguros	(18.758,4)	(17.138,5)	(1.619,9)	-9,5%
Sinistros	(16.162,3)	(14.742,1)	(1.420,3)	-9,6%
Custo de Comercialização	(2.026,2)	(1.886,6)	(139,6)	-7,4%
Outras Despesas Operacionais	(569,9)	(509,8)	(60,1)	-11,8%
Previdência	(121,1)	(123,5)	2,4	1,9%
Capitalização	(33,2)	(42,6)	9,3	21,9%
Planos de saúde administrados	(20,4)	(12,4)	(8,0)	-64,2%
Gestão e administração de ativos	(4,9)	(3,8)	(1,1)	-27,8%
Outras Despesas Operacionais	(0,0)	(0,2)	0,2	99,9%
<b>Total de despesas operacionais</b>	<b>(18.938,0)</b>	<b>(17.321,0)</b>	<b>(1.617,0)</b>	<b>-9,3%</b>

## Seguros

### Sinistros

Os diretores informam que o total de despesas de sinistros de seguros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$16.162,3 milhões, um aumento de 9,6% na comparação com o total de R\$14.742,1 milhões registrado no exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

Os diretores destacam que a Companhia segue com seus esforços na manutenção da sinistralidade e nas diversas iniciativas nos principais segmentos. No segmento de saúde, as nossas iniciativas de gestão de sinistros continuam demonstrando resultados positivos, fruto do esforço da Companhia não apenas no controle da sinistralidade, mas como também na gestão de saúde e bem estar dos beneficiários. A SulAmérica continua a investir cada vez mais no programa de Cuidado Coordenado, buscando oferecer um melhor tratamento assistencial aos segurados combinado a um maior alinhamento entre os agentes do mercado de saúde suplementar.

Os diretores informam que no segmento de automóveis a Companhia manteve o índice de sinistralidade controlada, fruto da estratégia de subscrição e do aperfeiçoamento das ferramentas e processos de precificação das apólices de seguros.

### Custos de Comercialização

Os diretores comentam que o total de custos de comercialização aumentou 7,4% impactado por maiores despesas com comissões e agenciamento acompanhando as vendas novas, passando de R\$1.886,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.026,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### Outras Despesas Operacionais

Os diretores informam que a linha de outras despesas operacionais apresentou aumento de 11,8%, de R\$509,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$569,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, principalmente explicado por uma maior provisão para devedores duvidosos e despesas com passivo contingente.

### *Previdência*

Os diretores informam que as despesas de previdência reduziram 1,9%, passando de R\$123,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$121,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, influenciado por menores despesas com benefícios e resgates.

### *Capitalização*

Os diretores explicam que as despesas de capitalização foram reduzidas em 21,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em comparação com o ano anterior. A Companhia encerrou o ano com R\$33,2 milhões de despesas nesse segmento contra R\$42,6 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

### *Planos de Saúde Administrados*

Os diretores informam que as despesas com planos de saúde administrados totalizaram R\$20,4 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$8,0 milhões frente ao total de R\$12,4 milhões em 2018.

### *Gestão e Administração de Ativos*

Os diretores informam que as despesas com gestão e administração de ativos passaram de R\$3,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$4,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, registrando um aumento de 27,8% no período, acompanhando o incremento no volume de ativos administrados.

## **Margem Bruta Operacional**

Os diretores informam que a margem bruta operacional cresceu 11,1%, de R\$2.510,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.787,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como resultado das variações explicadas acima.

## **Despesas Administrativas**

Os diretores informam que as despesas administrativas passaram de R\$1.785,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.857,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, aumento de 4,1%, reflexo principalmente do aumento na linha de pessoal próprio em função do aumento do quadro de funcionários, majoritariamente alocados em projetos em tecnologia, inovação e no projeto de Cuidado Coordenado, que mais do que compensou ganhos de eficiência em outras linhas.

## **Resultado Financeiro**

Os diretores comentam que o saldo das aplicações em títulos e valores mobiliários da SulAmérica não vinculadas a operações de previdência apresentou um aumento de 5,0%, com um montante de R\$10,2 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 na comparação com o saldo de R\$9,7 bilhões em 31 de dezembro de 2018, explicado principalmente pela geração de caixa operacional no período. Os diretores informam que a rentabilidade dos ativos

próprios não vinculados a operações de previdência foi de 116,8% em 2019, impulsionados pelo bom desempenho dos ativos pré-fixados, indexados ao IPCA e renda variável.

Os diretores comunicam que o saldo das aplicações de previdência aumentou 12,4%, passando de R\$7,2 bilhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$8,0 bilhões em 31 de dezembro de 2019. Os diretores comentam que o resultado financeiro totalizou R\$615,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ante R\$615,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, se mantendo estável entre os períodos mesmo com o impacto da redução da taxa Selic no resultado de investimentos no período, em particular nos últimos meses de 2019.

### **Resultado de Equivalência Patrimonial**

Os diretores informam que o resultado de equivalência patrimonial se refere às participações minoritárias que a Sul América Santa Cruz Participações S.A. (“Santa Cruz”) possui na Caixa Capitalização S.A. (“CaixaCap”) e que a Sul América Serviços de Saúde S.A. (“SULAMED”) possui na Sharecare Brasil Serviços de Consultoria Ltda (“Sharecare Brasil”). Os diretores comentam que a linha de equivalência patrimonial somou R\$2,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentando uma redução de R\$33,7 milhões na comparação com o total de R\$35,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução é explicada pelo acordo de venda da participação detida na CaixaCap, anunciada em fato relevante no dia 13 de maio de 2019, cuja data-base para fins desse investimento é 31 de dezembro de 2018, de modo que a equivalência patrimonial dessa participação deixou de ser reconhecida nos resultados da Companhia ao longo de 2019. Maiores detalhes sobre esta transação estão no item 10.3 deste relatório.

### **Resultado Patrimonial**

Os diretores informam que o resultado patrimonial apresentou um resultado de R\$8,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ante R\$3,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Os diretores comentam que a linha de imposto de renda e contribuição social apresentou redução de 21,1%, registrando (R\$474,5) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ante (R\$374,4) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhando o crescimento da operação.

### **Lucro Líquido do Exercício**

Com relação ao lucro líquido do exercício, os diretores informam que a Companhia apresentou um crescimento de 30,6%, somando R\$1.181,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ante R\$905,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O desempenho positivo desse exercício é resultado, principalmente, da continuidade dos ganhos de eficiência operacional, combinados ao crescimento de receitas principalmente nos segmentos de saúde e odontológico.

Os diretores apresentam a tabela abaixo indicando as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados consolidados da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(R\$ milhões)	2018	2017	Variação (2018-2017)	An. Horiz. (%) (2018-2017)	An. Vert. (%) (2018-2017)
<b>Receitas Operacionais</b>	<b>20.502,7</b>	<b>18.222,8</b>	<b>2.279,9</b>	<b>12,5%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Seguros</b>	<b>19.666,8</b>	<b>17.451,7</b>	<b>2.215,1</b>	<b>12,7%</b>	<b>95,9%</b>
Prêmios Líquidos	19.654,7	17.421,1	2.233,7	12,8%	95,9%
Outras Receitas Operacionais	12,1	30,6	-18,6	-60,6%	0,1%
<b>Previdência</b>	<b>635,5</b>	<b>572,1</b>	<b>63,5</b>	<b>11,1%</b>	<b>3,1%</b>
Prêmios, Rendas e Taxa de Gestão Líquidos	634,7	570,9	63,8	11,2%	3,1%
Outras Receitas Operacionais	0,9	1,2	-0,3	-26,2%	0,0%
<b>Capitalização</b>	<b>54,0</b>	<b>52,3</b>	<b>1,7</b>	<b>3,3%</b>	<b>0,3%</b>
<b>Planos de saúde administrados</b>	<b>60,6</b>	<b>68,3</b>	<b>-7,7</b>	<b>-11,3%</b>	<b>0,3%</b>
<b>Gestão e administração de ativos</b>	<b>51,2</b>	<b>42,2</b>	<b>9,0</b>	<b>21,3%</b>	<b>0,2%</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>34,6</b>	<b>36,3</b>	<b>-1,7</b>	<b>-4,6%</b>	<b>0,2%</b>
<b>Variações das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência</b>	<b>-671,5</b>	<b>-460,6</b>	<b>-210,9</b>	<b>45,8%</b>	<b>-3,3%</b>
Seguros	-156,7	-29,6	-127,1	429,7%	-0,8%
Previdência	-514,8	-431,0	-83,8	19,4%	-2,5%
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>-17.321,0</b>	<b>-15.734,6</b>	<b>-1.586,4</b>	<b>10,1%</b>	<b>-84,5%</b>
<b>Seguros</b>	<b>-17.138,5</b>	<b>-15.564,1</b>	<b>-1.574,4</b>	<b>10,1%</b>	<b>-83,6%</b>
Sinistros	-14.742,1	-13.337,3	-1.404,7	10,5%	-71,9%
Custos de comercialização	-1.886,6	-1.774,3	-112,3	6,3%	-9,2%
Outras Despesas Operacionais	-509,8	-452,5	-57,3	12,7%	-2,5%
<b>Previdência</b>	<b>-123,5</b>	<b>-125,1</b>	<b>1,6</b>	<b>-1,3%</b>	<b>-0,6%</b>
Despesas com benefícios e resgates	-90,0	-92,6	2,6	-2,9%	-0,4%
Custos de comercialização	-32,0	-31,5	-0,5	1,6%	-0,2%
Outras Despesas Operacionais	-1,5	-1,0	-0,5	50,1%	0,0%
<b>Capitalização</b>	<b>-42,6</b>	<b>-29,7</b>	<b>-12,9</b>	<b>43,5%</b>	<b>-0,2%</b>
<b>Planos de saúde administrados</b>	<b>-12,4</b>	<b>-10,7</b>	<b>-1,7</b>	<b>15,8%</b>	<b>-0,1%</b>
<b>Gestão e administração de ativos</b>	<b>-3,8</b>	<b>-4,8</b>	<b>1,0</b>	<b>-19,9%</b>	<b>0,0%</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>-0,2</b>	<b>-0,1</b>	<b>-0,1</b>	<b>47,6%</b>	<b>0,0%</b>
<b>Margem Bruta Operacional</b>	<b>2.510,2</b>	<b>2.027,6</b>	<b>482,6</b>	<b>23,8%</b>	<b>12,2%</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>-1.785,0</b>	<b>-1.633,0</b>	<b>-152,1</b>	<b>9,3%</b>	<b>-8,7%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>615,7</b>	<b>817,0</b>	<b>-201,3</b>	<b>-24,6%</b>	<b>3,0%</b>
<b>Resultado de Equivalência Patrimonial</b>	<b>35,7</b>	<b>41,3</b>	<b>-5,6</b>	<b>-13,5%</b>	<b>0,2%</b>
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>3,0</b>	<b>3,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-0,2%</b>	<b>0,0%</b>
<b>Resultado Antes de Impostos e Contribuições</b>	<b>1.379,6</b>	<b>1.256,0</b>	<b>123,6</b>	<b>9,8%</b>	<b>6,7%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-474,5	-479,5	5,0	-1,0%	-2,3%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>905,1</b>	<b>776,4</b>	<b>128,6</b>	<b>16,6%</b>	<b>4,4%</b>
Acionistas da Companhia	905,0	773,3	131,7	17,0%	4,4%
Acionistas Não Controladores de Controlada Indireta	0,1	3,2	-3,1	-96,9%	0,0%

## Receitas Operacionais

Os diretores informam que as receitas operacionais cresceram 12,5%, totalizando R\$20.502,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ante um total de R\$18.222,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As receitas de seguros, que representam 95,9% do total de receitas operacionais, foram o principal direcionador para o crescimento observado.

(R\$ milhões)	2018	2017	Variação (2018-2017)	An. Horiz. (%) (2018-2017)
Seguros	19.666,8	17.451,7	2.215,1	12,7%
Saúde	15.616,8	13.759,6	1.857,2	13,5%
Danos	3.567,8	3.269,8	298,0	9,1%
Pessoas	488,2	422,3	65,9	15,6%
Outros	(6,0)	(0,0)	(6,0)	NA
Previdência	635,5	572,1	63,5	11,1%
Capitalização	54,0	52,3	1,7	3,3%
Planos de saúde administrados	60,6	68,3	(7,7)	-11,3%
Gestão e administração de ativos	51,2	42,2	9,0	21,3%

Outras Receitas Operacionais	34,6	36,3	(1,7)	-4,6%
<b>Total de receitas operacionais</b>	<b>20.502,7</b>	<b>18.222,8</b>	<b>2.279,9</b>	<b>12,5%</b>

Os diretores explicam que o aumento da receita de seguros foi resultado, principalmente, do bom desempenho da carteira de saúde, com um crescimento em termos absolutos de R\$1.857,2 milhões, ou 13,5%, na comparação com o ano de 2017. Esta performance positiva é fruto de um nível de retenção elevado e do crescimento de vendas novas, levando ao aumento do número de vidas seguradas. A estratégia comercial segue dando resultados, baseada na força da marca SulAmérica e na expansão de localidades atendidas, assim como na competência para formatação de produtos e inovações que trazem facilidade e conveniência aos segurados, que são fundamentais para a atração e a manutenção de clientes com diferentes necessidades.

Os diretores também destacam o crescimento de 9,1% na carteira de danos em relação a 2017, evidenciando principalmente a recuperação do segmento de automóveis. Este melhor desempenho é reflexo de melhorias de processos, adequação dos níveis de exposição a riscos, aperfeiçoamento das ferramentas de subscrição combinadas a um cenário de mercado mais positivo.

Os diretores destacam, ainda, o crescimento de 15,6% na carteira de pessoas, em função do crescimento observado no portfólio de vida e acidentes pessoais, que apresentou aumento de volume em relação a 2017.

### ***Previdência***

Os diretores informam que a receita de previdência apresentou crescimento de 11,1% na comparação com o ano de 2017, em função de um saldo positivo de portabilidade líquida, além das contribuições regulares nos fundos de previdência, principalmente relacionadas ao produto VGBL.

### ***Capitalização***

Os diretores informam que o segmento apresentou recuperação, com crescimento de 3,3% nas receitas operacionais em relação ao exercício de 2017. Esta recuperação é fruto do esforço comercial com parcerias firmadas com corretores e agentes do segmento imobiliário para alavancar o Garantia de Aluguel, o principal responsável pelo aumento das receitas em 2018, a despeito do cenário ainda desafiador do mercado imobiliário.

### ***Planos de Saúde Administrados***

Os diretores ressaltam que a carteira de planos de saúde administrados apresentou aumento de vidas seguradas no período. Apesar do crescimento no número de beneficiários, as receitas reduziram 11,3%, o que é explicado por uma ação judicial transitada em julgado de forma favorável em 2017, impactando positivamente os resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, assim, prejudicando a comparação anual entre os períodos.

### Gestão e Administração de Ativos

Os diretores ressaltam o crescimento de 21,3% das receitas do segmento de gestão e administração de ativos, somando R\$51,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, explicado por maiores receitas com taxas de administração e performance, fruto de uma maior alocação de recursos de terceiros em fundos multimercado em 2018, além do crescimento do saldo de ativos sob gestão.

### Variações das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

Os diretores informam que as variações das provisões técnicas apresentaram um aumento de 45,8%, passando de (R\$460,6) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$ (R\$671,5) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esta variação é explicada pelo aumento da provisão para prêmios não ganhos ("PPNG"), principalmente na carteira de automóveis.

### Despesas Operacionais

Os diretores comunicam que as despesas operacionais totalizaram R\$17.321,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 10,1% maiores do que registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As despesas referentes às operações de seguros, representando 98,9% do total, foram as principais direcionadoras do aumento, sobretudo a linha de despesas com sinistro, reflexo do crescimento da operação.

(R\$ milhões)	2018	2017	Varição (2018-2017)	An. Horiz. (%) (2018-2017)
Seguros	(17.138,5)	(15.564,1)	(1.574,4)	10,1%
Sinistros	(14.742,1)	(13.337,3)	(1.404,7)	10,5%
Custo de Comercialização	(1.886,6)	(1.774,3)	(112,3)	6,3%
Outras Despesas Operacionais	(509,8)	(452,5)	(57,3)	12,7%
Previdência	(123,5)	(125,1)	1,6	-1,3%
Capitalização	(42,6)	(29,7)	(12,9)	43,5%
Planos de saúde administrados	(12,4)	(10,7)	(1,7)	15,8%
Gestão e administração de ativos	(3,8)	(4,8)	1,0	-20,0%
Outras Despesas Operacionais	(0,2)	(0,1)	(0,1)	47,6%
<b>Total de despesas operacionais</b>	<b>(17.321,0)</b>	<b>(15.734,6)</b>	<b>(1.586,4)</b>	<b>10,1%</b>

### Seguros

#### Sinistros

Os diretores informam que o total de despesas de sinistros de seguros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$14.742,1 milhões, um aumento de 10,5% na comparação com o total de R\$13.337,3 milhões registrado no exercício findo de 31 de dezembro de 2017.

Os diretores destacam que a Companhia segue com seus esforços nos programas de controle de sinistros, mantendo a sinistralidade em patamares estáveis. No segmento de saúde, as iniciativas continuam apresentando efetividade, gerando uma redução de gastos para a Companhia, além de uma melhor assistência para os seus beneficiários. Em 2018, os programas de gestão de sinistros, como, por exemplo, junta médica, segunda opinião e

compra direta de materiais e medicamentos continuaram a trazer importantes ganhos com prevenção de perdas. Ao mesmo tempo, a Companhia passou a investir cada vez mais em iniciativas de gestão de saúde, bem estar e coordenação de cuidado, buscando oferecer um melhor tratamento assistencial combinado ao foco em controle de custos e despesas. No segmento de automóveis, os diretores ressaltam a recuperação dos níveis de sinistralidade, reflexo da introdução de novas ferramentas de subscrição, uma melhor adequação de riscos aos níveis de exposição e melhorias de processos, combinada também ao melhor contexto de mercado.

#### Custos de Comercialização

Os diretores comentam que o total de custos de comercialização cresceu 6,3%, de R\$1.774,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.886,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

#### Outras Despesas Operacionais

Os diretores informam que a linha de outras despesas operacionais apresentou aumento de 12,7%, de R\$452,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$509,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, principalmente em função de maiores provisões para devedores duvidosos (“PDD”).

#### *Previdência*

Os diretores informam que as despesas de previdência reduziram 1,3%, passando de R\$125,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$123,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

#### *Capitalização*

Os diretores explicam que as despesas de capitalização aumentaram 43,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em comparação com o ano anterior, principalmente devido a maiores despesas com passivo contingente que impactaram negativamente o resultado de 2018. O total do exercício findo de 31 de dezembro de 2018 foi de R\$42,6 milhões ante R\$29,7 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2017.

#### *Planos de Saúde Administrados*

Os diretores informam que as despesas com planos de saúde administrados totalizaram R\$12,4 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2018, um aumento de R\$1,7 milhão frente ao total de R\$10,7 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2017, acompanhando o crescimento do número de beneficiários da carteira.

#### *Gestão e Administração de Ativos*

Os diretores informam que as despesas com gestão e administração de ativos passaram de R\$4,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$3,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 20,0% no período.

### **Margem Bruta Operacional**

Os diretores informam que a margem bruta operacional cresceu 23,8%, de R\$2.027,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.510,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, como resultado das variações explicadas acima.

### **Despesas Administrativas**

Os diretores informam que as despesas administrativas passaram de R\$1.633,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.785,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aumento de 9,3%, reflexo da estratégia de crescimento e expansão da Companhia, além de investimentos em inovação e tecnologia para entregar novos produtos, serviços e mais conveniência aos segurados e corretores.

### **Resultado Financeiro**

Os diretores comentam que o saldo das aplicações em títulos e valores mobiliários da SulAmérica não vinculadas a operações de previdência apresentou um aumento de 8,7%, com um montante de R\$9,7 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 na comparação com o saldo de R\$8,9 bilhões em 31 de dezembro de 2017, explicado principalmente pela geração de caixa operacional no período. Os diretores informam que a rentabilidade dos ativos próprios não vinculados a operações de previdência foi de 110,6% em 2018, impulsionados pelo bom desempenho dos ativos pré-fixados, indexados ao IPCA, cambiais e de renda variável.

Os diretores comunicam que o saldo das aplicações de previdência aumentou 14,7%, passando de R\$6,2 bilhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$7,2 bilhões em 31 de dezembro de 2018. O resultado financeiro totalizou R\$615,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ante R\$817,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, uma redução de 24,6%, devido ao impacto da redução da taxa Selic média no período.

### **Resultado de Equivalência Patrimonial**

Os diretores informam que o resultado de equivalência patrimonial, se refere às participações minoritárias que a Sul América Capitalização S.A. ("SULACAP") possuía na Caixa Capitalização S.A. e que a Sul América Serviços de Saúde S.A. ("SULAMED") possuía na Sharecare Brasil Serviços de Consultoria Ltda ("Sharecare Brasil"). Os diretores comentam que a linha de equivalência patrimonial somou R\$35,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentando uma redução de 13,5% na comparação com o total de R\$41,3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### **Resultado Patrimonial**

Os diretores informam que o resultado patrimonial permaneceu estável em relação ao ano de 2017, totalizando R\$3,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



## Imposto de Renda e Contribuição Social

Os diretores comentam que a linha de imposto de renda e contribuição social apresentou redução de 1,0%, de R\$479,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$474,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## Lucro Líquido do Exercício

Com relação ao lucro líquido do exercício, os diretores informam que a Companhia apresentou um crescimento de 16,6%, somando R\$905,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ante R\$776,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Este desempenho positivo é reflexo, principalmente, da continuidade dos ganhos de eficiência operacional, combinados ao crescimento de receitas. O bom desempenho do segmento de saúde e odontológico, com crescimento de receitas e melhora de rentabilidade, e a recuperação do segmento de danos, em particular da carteira de automóveis, foram os principais direcionadores da melhora operacional.

## Análise das principais variações em nossas contas patrimoniais, em base histórica, relativos aos períodos:

Os diretores informam que a análise e discussão a seguir sobre a estrutura patrimonial da Companhia baseiam-se nas informações financeiras resultantes das demonstrações de resultado da Companhia preparadas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil. Na discussão a seguir, os diretores explicam que referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

Os diretores apresentam a tabela abaixo indicando as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados consolidados da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

## Análise das principais variações do balanço patrimonial da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(R\$ milhões)	2019	2018	Variação (2019-2018)	An. Horiz. (%) (2019-2018)	An. Vert. (%) (2019-2018)
<b>Ativo circulante</b>	<b>20.270,4</b>	<b>18.712,4</b>	<b>1.557,9</b>	<b>8,3%</b>	<b>100,0%</b>
Disponibilidades e aplicações financeiras	16.970,1	15.601,2	1.368,9	8,8%	83,7%
Recebíveis	2.287,2	2.164,2	123,0	5,7%	11,3%
Tributos	154,8	182,1	(27,3)	-15,0%	0,8%
Ativos de resseguro	26,8	35,8	(9,0)	-25,2%	0,1%
Salvados a venda	68,7	44,8	23,8	53,1%	0,3%
Custos de comercialização diferidos	712,7	663,3	49,4	7,4%	3,5%
Outros	50,1	20,9	29,2	139,7%	0,2%
<b>Ativo não circulante</b>	<b>8.142,1</b>	<b>6.991,4</b>	<b>1.150,7</b>	<b>16,5%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Ativo realizável a longo prazo</b>	<b>7.548,4</b>	<b>6.567,1</b>	<b>981,4</b>	<b>14,9%</b>	<b>92,7%</b>
Aplicações financeiras	1.351,0	1.260,8	90,2	7,2%	16,6%
Recebíveis	1.308,2	908,4	399,9	44,0%	16,1%
Depósitos judiciais e fiscais	2.854,4	2.837,2	17,2	0,6%	35,1%
Ativos de resseguro	7,6	8,1	(0,5)	-6,0%	0,1%
Custos de comercialização diferidos	704,2	582,9	121,3	20,8%	8,6%
Tributos	1.145,1	965,3	179,8	18,6%	14,1%
Outros	14,6	4,5	10,1	223,8%	0,2%

Ativos de arrendamentos	163,4	-	163,4	NA	2,0%
<b>Investimentos, imobilizado e intangível</b>	<b>593,7</b>	<b>424,3</b>	<b>169,4</b>	<b>39,9%</b>	<b>14,7%</b>
<b>Ativo total</b>	<b>28.412,5</b>	<b>25.703,8</b>	<b>2.708,7</b>	<b>10,5%</b>	<b>-</b>

(R\$ milhões)	2019	2018	Variação (2019-2018)	An. Horiz. (%) (2019-2018)	An. Vert. (%) (2019-2018)
<b>Passivo circulante</b>	<b>10.376,4</b>	<b>9.881,1</b>	<b>495,4</b>	<b>5,0%</b>	<b>100,0%</b>
Contas a pagar	2.254,2	1.934,9	319,3	16,5%	21,7%
Empréstimos e financiamentos	178,0	447,8	(269,8)	-60,2%	1,7%
Passivos de seguros e resseguros	395,6	359,2	36,4	10,1%	3,8%
Provisões técnicas de seguros	7.439,5	7.041,0	398,5	5,7%	71,7%
Provisões judiciais	80,7	73,2	7,5	10,3%	0,8%
Outros	28,4	25,0	3,4	13,4%	0,3%
<b>Passivo não circulante</b>	<b>10.888,3</b>	<b>9.535,2</b>	<b>1.353,1</b>	<b>14,2%</b>	<b>100,0%</b>
Contas a pagar	235,4	36,9	198,5	538,0%	2,2%
Empréstimos e financiamentos	1.572,3	1.023,2	549,2	53,7%	14,4%
Provisões técnicas de seguros	6.790,4	6.131,2	659,2	10,8%	62,4%
Provisões judiciais	2.284,5	2.330,6	(46,2)	-2,0%	21,0%
Outros	5,7	13,3	(7,6)	-57,3%	0,1%
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>7.147,7</b>	<b>6.287,5</b>	<b>860,2</b>	<b>13,7%</b>	<b>-</b>
<b>Passivo total</b>	<b>28.412,5</b>	<b>25.703,8</b>	<b>2.708,7</b>	<b>10,5%</b>	<b>-</b>

### Ativo circulante

Os diretores informam que o ativo circulante apresentou uma expansão de 8,3%, totalizando R\$20.270,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ante R\$18.712,4 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2018. Os diretores comentam que o desempenho das contas do ativo circulante no período está descrito a seguir:

### Disponibilidades e Aplicações financeiras

Os diretores comentam que as disponibilidades e aplicações financeiras aumentaram 8,8%, passando de R\$15.601,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$16.970,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento é justificado, principalmente, pelo resultado financeiro decorrente dos rendimentos obtidos com as aplicações financeiras, assim como os juros dos ativos mantidos até o vencimento.

### Recebíveis

Os diretores informam que os recebíveis apresentaram um aumento de 5,7%, totalizando R\$2.287,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação com R\$2.164,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido ao maior volume de prêmios a receber no exercício.

## **Tributos**

Os diretores informam que o saldo de tributos reduziu 15,0%, passando de R\$182,1 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2018 para R\$154,8 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

## **Ativos de resseguro**

Os diretores comentam que os ativos de resseguro apresentaram uma redução de 25,2%, totalizando R\$26,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$35,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os diretores explicam que essa redução é decorrente de um menor montante de ativos de resseguros e retrocessão relacionados ao segmento de danos.

## **Salvados a venda**

Os diretores informam que os salvados mantidos para venda apresentaram aumento de R\$23,8 milhões, passando de R\$44,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$68,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## **Custos de comercialização diferidos**

Os diretores comentam que os custos de comercialização diferidos aumentaram 7,4%, somando R\$712,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 ante R\$663,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, impulsionado principalmente pelo maior volume de comissões diferidas nas carteiras de saúde, acompanhando as novas vendas .

## **Outros ativos circulantes**

Os diretores informam que a rubrica de outros ativos circulantes apresentou incremento de R\$29,2 milhões, encerrando o exercício findo de 31 de dezembro de 2019 com R\$50,1 milhões, em comparação com R\$20,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## **Ativo não circulante**

Os diretores comentam que o ativo não circulante apresentou uma expansão de 16,5%, passando de R\$6.991,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$8.142,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Os diretores explicam que as contas do ativo não circulante evoluíram no período conforme descrito a seguir:

## **Aplicações financeiras**

Os diretores comunicam que as aplicações financeiras apresentaram um aumento de 7,2%, totalizando R\$1.351,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$1.260,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido ao maior rendimento das aplicações financeiras.

## **Recebíveis**

Os diretores informam que os recebíveis apresentaram um aumento de 44,0%, passando de R\$908,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.308,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Os diretores explicam que este crescimento foi, principalmente, em função do aumento de prêmios de seguros a receber no período, além de um maior montante de valores a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) relacionado ao seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SH/SFH).

## **Depósitos Judiciais e Fiscais**

Os diretores comentam que os depósitos judiciais, trabalhistas e fiscais, aumentaram 0,7%, somando R\$2.854,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 na comparação com R\$2.837,2 em 31 de dezembro de 2018. Para mais informações sobre as contingências judiciais da Companhia, os diretores indicam ver os itens 4.3. a 4.6. do Formulário de Referência.

## **Ativos de resseguro**

Os diretores comunicam que os ativos de resseguro apresentaram uma redução de 6,0%, passando de R\$8,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$7,6 milhões em 31 de dezembro de 2019.

## **Custos de comercialização diferidos**

Os diretores informam que os custos de comercialização diferidos totalizaram R\$704,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação a R\$582,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, registrando um aumento de 20,8%, justificado, principalmente, pelo maior volume de comissões diferidas nas carteiras de saúde.

## **Tributos**

Os diretores comunicam que os tributos apresentaram um aumento de 18,6%, somando R\$1.145,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 ante R\$965,3 milhões em 31 de dezembro de 2018.

## **Ativos de arrendamentos**

Os diretores informam que a rubrica ativos de arrendamentos registrou R\$163,4 milhões no balanço patrimonial durante o exercício de 2019, identificando arrendamentos operacionais de alugueis de ativos e passivos, incluindo sedes e filiais da Companhia, em conformidade com a vigência do IFRS 16 a partir deste exercício.

## **Outros ativos não circulantes**

Os diretores informam que a rubrica de outros ativos não circulantes apresentou um aumento de R\$10,1 milhões, passando de R\$4,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$14,6 milhões em 31 de dezembro de 2019.

### **Investimentos, imobilizado e intangível**

Os diretores comunicam que a rubrica de investimentos, imobilizado e intangível apresentou aumento de 39,9%, passando de R\$424,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$593,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. O aumento nesta rubrica deve-se, principalmente, pelo incremento do ágio de intangíveis gerado a partir das atividades de fusões e aquisições no segmento de saúde e odonto.

### **Passivo circulante**

Os diretores comentam que o passivo circulante apresentou aumento de 5,0%, totalizando R\$10.376,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 ante R\$9.881,1 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Os diretores esclarecem ainda que as contas do passivo circulante evoluíram no período conforme descrito a seguir.

### **Contas a pagar**

Os diretores informam que a rubrica de contas a pagar aumentou 16,5%, passando de R\$1.934,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.254,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Os diretores explicam que essa variação é justificada pelo incremento de compromissos assumidos relacionados às operações de seguros e previdência, incluindo obrigações assumidas e impostos e contribuições.

### **Empréstimos e financiamentos**

Os diretores comentam que os empréstimos e financiamentos apresentaram redução de 60,2%, somando R\$178,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 na comparação com R\$447,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os diretores explicam que esta redução é decorrente dos pagamentos de parcela de amortização das debêntures da 3ª e 4ª emissão. Adicionalmente, os diretores comentam que o saldo apresentado reflete as amortizações da segunda série da 3ª e da 4ª emissões de debêntures que estão programados para ocorrer ao longo de 2020.

Os diretores informam que as debêntures da segunda série da 3ª emissão fazem jus a uma remuneração equivalente a 7,41% acrescida da variação do IPCA. As debêntures da segunda série da 4ª emissão fazem jus a uma remuneração de 114,0% do CDI. Para mais informações sobre as debêntures da Companhia, os diretores informam que devem ser observados os itens 10.1.(f) e 18.5 do Formulário de Referência.

### **Passivos de seguros e resseguros**

Os diretores comentam que os passivos de seguros e resseguros apresentaram um aumento de 10,1%, passando de R\$359,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$395,6 milhões em 31 de dezembro de 2019.

### **Provisões judiciais**

Os diretores informam que a rubrica de provisões judiciais passou de R\$73,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$80,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de 10,3%.

### **Outros passivos circulantes**

Os diretores comentam que a rubrica de outros passivos circulantes apresentou um aumento de 13,4%, passando de R\$25,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$28,4 milhões em 31 de dezembro de 2019.

### **Passivo não circulante**

Os diretores informam que o passivo não circulante apresentou aumento de 14,2%, passando de R\$9.535,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$10.888,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Os diretores informam que as principais contas do passivo não circulante evoluíram no período conforme descrito a seguir:

#### **Contas a pagar**

Os diretores comentam que as obrigações a pagar aumentaram R\$198,5 milhões, passando de R\$36,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$235,4 milhões em 31 de dezembro de 2019.

#### **Empréstimos e financiamentos**

Os diretores comunicam que a rubrica empréstimos e financiamentos apresentou um aumento de 53,7%, somando R\$1.572,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 ante R\$1.023,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os diretores explicam que o incremento de R\$549,2 milhões na rubrica é decorrente, principalmente, da 6ª emissão de debêntures que aumentou o saldo em aberto, resultando em um volume maior de empréstimos e financiamentos em estoque de longo prazo.

#### **Provisões judiciais**

Os diretores informam que a rubrica provisões judiciais apresentou um aumento de 2,0%, passando de R\$2.330,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.284,5 milhões em 31 de dezembro de 2019.

#### **Provisões técnicas de seguros (circulante e não circulante)**

Os diretores comentam que as provisões técnicas, circulante e não circulante, apresentaram um aumento de 8,0%, somando R\$14.229,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 na comparação com R\$13.172,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, refletindo o crescimento das operações da SulAmérica.

#### **Patrimônio líquido**

Os diretores comentam que o patrimônio líquido apresentou um incremento de R\$860,2 milhões, ou 13,7%, passando de R\$6.287,5 milhões em 31 de dezembro 2018 para R\$7.147,7 milhões em 31 de dezembro 2019. Os diretores explicam que este aumento deve-se, principalmente, ao crescimento da reserva de lucros.

Os diretores apresentam a tabela abaixo indicando as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados consolidados da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

**Análise das principais variações do balanço patrimonial da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017**

(R\$ milhões)	2018	2017	Variação (2018-2017)	An. Horiz. (%) (2018-2017)	An. Vert. (%) (2018-2017)
<b>Ativo circulante</b>	<b>18.712,4</b>	<b>17.014,3</b>	<b>1.698,1</b>	<b>10,0%</b>	<b>100,0%</b>
Disponibilidades e aplicações financeiras	15.601,2	14.119,2	1.482,1	10,5%	83,4%
Recebíveis	2.164,2	1.974,2	190,1	9,6%	11,6%
Tributos	182,1	225,3	(43,3)	-19,2%	1,0%
Ativos de resseguro	35,8	25,2	10,7	42,4%	0,2%
Salvados a venda	44,8	51,1	(6,3)	-12,2%	0,2%
Custos de comercialização diferidos	663,3	596,2	67,0	11,2%	3,5%
Outros	20,9	23,2	(2,2)	-9,6%	0,1%
<b>Ativo não circulante</b>	<b>6.991,4</b>	<b>6.435,2</b>	<b>556,1</b>	<b>8,6%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Ativo realizável a longo prazo</b>	<b>6.567,1</b>	<b>6.026,6</b>	<b>540,5</b>	<b>9,0%</b>	<b>93,9%</b>
Aplicações financeiras	1.260,8	1.147,0	113,9	9,9%	18,0%
Recebíveis	908,4	718,4	189,9	26,4%	13,0%
Depósitos judiciais e fiscais	2.837,2	2.856,4	(19,2)	-0,7%	40,6%
Ativos de resseguro	8,1	7,7	0,4	4,8%	0,1%
Custos de comercialização diferidos	582,9	498,1	84,8	17,0%	8,3%
Tributos	965,3	796,0	169,2	21,3%	13,8%
Outros	4,5	3,0	1,5	50,5%	0,1%
<b>Investimentos, imobilizado e intangível</b>	<b>424,3</b>	<b>408,6</b>	<b>15,7</b>	<b>3,8%</b>	<b>6,1%</b>
<b>Ativo total</b>	<b>25.703,8</b>	<b>23.449,5</b>	<b>2.254,3</b>	<b>9,6%</b>	<b>-</b>

(R\$ milhões)	2018	2017	Variação (2018-2017)	An. Horiz. (%) (2018-2017)	An. Vert. (%) (2018-2017)
<b>Passivo circulante</b>	<b>9.881,1</b>	<b>8.803,9</b>	<b>1.077,2</b>	<b>12,2%</b>	<b>100,0%</b>
Contas a pagar	1.934,9	1.706,0	228,9	13,4%	19,6%
Empréstimos e financiamentos	447,8	300,0	147,8	49,3%	4,5%
Passivos de seguros e resseguros	359,2	289,9	69,2	23,9%	3,6%
Provisões técnicas de seguros	7.041,0	6.422,1	618,9	9,6%	71,3%
Provisões judiciais	73,2	78,3	(5,1)	-6,5%	0,7%
Outros	25,0	7,6	17,4	228,0%	0,3%
<b>Passivo não circulante</b>	<b>9.535,2</b>	<b>9.005,2</b>	<b>529,9</b>	<b>5,9%</b>	<b>100,0%</b>
Contas a pagar	36,9	32,5	4,4	13,6%	0,4%
Empréstimos e financiamentos	1.023,2	1.284,5	(261,4)	-20,3%	10,7%
Provisões técnicas de seguros	6.131,2	5.326,0	805,2	15,1%	64,3%
Provisões judiciais	2.330,6	2.341,3	(10,7)	-0,5%	24,4%
Outros	13,3	20,9	(7,6)	-36,4%	0,1%
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>6.287,5</b>	<b>5.640,4</b>	<b>647,1</b>	<b>11,5%</b>	<b>-</b>
<b>Passivo total</b>	<b>25.703,8</b>	<b>23.449,5</b>	<b>2.254,3</b>	<b>9,6%</b>	<b>-</b>

### **Ativo circulante**

Os diretores informam que o ativo circulante apresentou uma expansão de 10,0%, totalizando R\$ 18.712,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ante R\$17.014,3 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2017. Os diretores comentam que o desempenho das contas do ativo circulante no período está descrito a seguir:

### **Disponibilidades e Aplicações financeiras**

Os diretores comentam que as disponibilidades e aplicações financeiras aumentaram 10,5%, passando de R\$14.119,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$15.601,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento é justificado, principalmente, pelos rendimentos obtidos com as aplicações financeiras, como também dos juros dos ativos mantidos até o vencimento.

### **Recebíveis**

Os diretores informam que os recebíveis apresentaram um aumento de 9,6%, totalizando R\$2.164,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação com R\$1.974,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido ao maior volume de prêmios a receber no período.

### **Tributos**

Os diretores informam que o saldo de tributos reduziu 19,2%, passando de R\$225,3 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2017 para R\$182,1 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

### **Ativos de resseguro**

Os diretores comentam que os ativos de resseguro apresentaram um aumento de 42,4%, totalizando R\$35,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$25,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Os diretores explicam que esse aumento é decorrente de um maior montante de ativos de resseguros e retrocessão relacionados ao segmento de pessoas.

### **Salvados a venda**

Os diretores informam que os salvados mantidos para venda apresentaram uma redução de 12,2%, passando de R\$51,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$44,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### **Custos de comercialização diferidos**

Os diretores comentam que os custos de comercialização diferidos aumentaram 11,2%, somando R\$663,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 ante R\$596,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, impulsionado pelo maior montante de comissões diferidas nas carteiras de saúde e danos.



### **Outros ativos circulantes**

Os diretores informam que a rubrica de outros ativos circulantes apresentou uma redução de 9,6%, encerrando o exercício findo de 31 de dezembro de 2018 com R\$20,9 milhões, em comparação com R\$23,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### **Ativo não circulante**

Os diretores comentam que o ativo não circulante apresentou uma expansão de 8,6%, passando de R\$6.435,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$6.991,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os diretores explicam que as contas do ativo não circulante evoluíram no período conforme descrito a seguir:

### **Aplicações financeiras**

Os diretores comunicam que as aplicações financeiras apresentaram um aumento de 9,9%, totalizando R\$1.260,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$1.147,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. O principal impulsionador deste aumento foi o rendimento nas aplicações financeiras.

### **Recebíveis**

Os diretores informam que os recebíveis apresentaram um crescimento de 26,4%, passando de R\$718,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$908,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os diretores explicam que este crescimento foi, principalmente, em função do aumento de prêmios de seguros a receber no período, além de um maior montante de valores a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) relacionado ao seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SH/SFH).

### **Depósitos Judiciais e Fiscais**

Os diretores comentam que os depósitos judiciais, trabalhistas e fiscais, reduziram 0,7%, somando R\$2.837,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 na comparação com R\$2.856,4 em 31 de dezembro de 2017. Para mais informações sobre as contingências judiciais da Companhia, os diretores indicam os itens 4.3. a 4.6. do Formulário de Referência.

### **Ativos de resseguro**

Os diretores comunicam que os ativos de resseguro apresentaram um ligeiro aumento de 4,8%, passando de R\$7,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$8,1 milhões em 31 de dezembro de 2018.

### **Custos de comercialização diferidos**

Os diretores informam que os custos de comercialização diferidos totalizaram R\$582,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$498,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, registrando um aumento de 17,0%, justificado, principalmente, por maiores comissões diferidas nas carteiras de saúde e danos.

## **Tributos**

Os diretores comentam que os tributos apresentaram um aumento de 21,3%, somando R\$965,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 ante R\$796,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função de um maior número de créditos e um menor número de débitos tributários.

## **Outros ativos não circulantes**

Os diretores informam que a rubrica de outros ativos não circulantes apresentou um aumento de R\$1,5 milhão, passando de R\$3,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$4,5 milhões em 31 de dezembro de 2018.

## **Investimentos, imobilizado e intangível**

Os diretores comunicam que a rubrica de investimentos, imobilizado e intangível apresentou aumento de 3,8%, passando de R\$408,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$424,3 milhões em 31 de dezembro de 2018.

## **Passivo circulante**

Os diretores comentam que o passivo circulante apresentou aumento de 12,2%, totalizando R\$9.881,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 ante R\$8.803,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Os diretores esclarecem ainda que as contas do passivo circulante evoluíram no período conforme descrito a seguir.

### **Contas a pagar**

Os diretores informam que a rubrica de contas a pagar aumentou 13,4%, passando de R\$1.706,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.934,9 milhões em 31 de dezembro de 2018.

### **Empréstimos e financiamentos**

Os diretores comentam que os empréstimos e financiamentos apresentaram um aumento de 49,3%, somando R\$447,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 na comparação com R\$300,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. Os diretores explicam que este aumento é decorrente dos pagamentos de parcela de amortização das debêntures da 4ª emissão, e passaram a ser classificadas no passivo circulante.

Os diretores informam que as debêntures da primeira série da 3ª Emissão fazem jus a uma remuneração equivalente a 108,25% da variação do CDI. As debêntures da primeira série da 4ª emissão fazem jus a uma remuneração equivalente a 111,7% da variação do CDI e as debêntures da segunda série da 4ª fazem jus a uma remuneração de 114,0% do CDI. Para mais informações sobre as debêntures da Companhia, os diretores informam que devem ser observados os itens 10.1.(f) e 18.5 do Formulário de Referência.

### **Passivos de seguros e resseguros**

Os diretores comentam que os passivos de seguros e resseguros apresentaram um aumento de 23,9%, passando de R\$289,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$359,2 milhões em 31 de dezembro de 2018.

### **Provisões judiciais**

Os diretores informam que a rubrica de provisões judiciais passou de R\$78,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$73,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 6,5%.

### **Outros passivos circulantes**

Os diretores comentam que a rubrica de outros passivos circulantes apresentou um aumento de R\$17,4 milhões, passando de R\$7,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$25,0 milhões em 31 de dezembro de 2018.

### **Passivo não circulante**

Os diretores informam que o passivo não circulante apresentou aumento de 5,9%, passando de R\$9.005,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$9.535,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os diretores informam que as principais contas do passivo não circulante evoluíram no período conforme descrito a seguir:

#### **Contas a pagar**

Os diretores comentam que as obrigações a pagar aumentaram R\$4,4 milhões, passando de R\$32,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$36,9 milhões em 31 de dezembro de 2018.

#### **Empréstimos e financiamentos**

Os diretores comunicam que a rubrica empréstimos e financiamentos apresentou uma redução de 20,3%, somando R\$1.023,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 ante R\$1.284,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Os diretores explicam que a redução de R\$261,4 milhões na rubrica é decorrente dos vencimentos da primeira série da 3ª e 4ª emissões de debêntures programadas para ocorrer em 2019, resultando em um volume menor de empréstimos e financiamentos em estoque de longo prazo.

### **Provisões judiciais**

Os diretores informam que a rubrica provisões judiciais apresentou uma ligeira redução de 0,5%, passando de R\$2.341,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.330,6 milhões em 31 de dezembro de 2018.

#### **Provisões técnicas de seguros (circulante e não circulante)**

Os diretores comentam que as provisões técnicas, circulante e não circulante, apresentaram um aumento de 12,1%, somando R\$13.172,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 na comparação com R\$11.748,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, reflexo do crescimento da operação.

## Patrimônio líquido

Os diretores comentam que o patrimônio líquido apresentou um incremento de R\$647,1 milhões, ou 11,5%, passando de R\$5.640,4 milhões em 31 de dezembro 2017 para R\$6.287,5 milhões em 31 de dezembro 2018. Os diretores explicam que este incremento deve-se, principalmente, ao crescimento da reserva de lucros.

## Liquidez e Recursos de Capital

Os diretores explicam que a Companhia utiliza os seus recursos principalmente para:

- pagamento de sinistros, benefícios e resgate devidos com base nas apólices de seguros e planos de previdência da Companhia;
- atividades de investimento, incluindo compras e vendas de ativos financeiros mantidos até o vencimento para cobrir as provisões de seguros e previdência complementar da Companhia;
- pagamento de juros e amortizações de empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia;
- necessidades de capital de giro; e
- pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Os diretores explicam que a Companhia tem como principais fontes de recursos:

- atividades operacionais, principalmente prêmios de seguros;
- rendimentos de aplicações financeiras; e
- financiamentos.

Os diretores afirmam que os requisitos de liquidez das subsidiárias operacionais da Companhia são historicamente atendidos principalmente por fundos gerados em operações, vencimentos de aplicações e outros retornos recebidos sobre investimentos. Os diretores comentam também que o caixa proveniente destas fontes é utilizado principalmente para pagamentos de sinistros e despesas de sinistros a liquidar e despesas operacionais. Por fim, os diretores mencionam que fontes adicionais de fluxo de caixa incluem a venda de ativos investidos e atividades de financiamento.

## Análise das principais variações do fluxo de caixa da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(R\$ milhões)	2019	2018	Variação (2019-2018)	An. Horiz. (%) (2019- 2018)	An. Vert. (%) (2019- 2018)
<b>Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.556,0</b>	<b>1.379,6</b>	<b>176,4</b>	<b>12,8%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Mais</b>					
Depreciações e amortizações	119,5	50,6	68,9	136,1%	7,7%
Juros e atualização monetária de debêntures emitidas e outros empréstimos	146,6	112,3	34,3	30,6%	9,4%
Custos de transação de títulos emitidos	1,4	2,9	(1,4)	-50,7%	0,1%
Juros e variações monetárias sobre refinanciamento fiscal (REFIS)	2,3	2,9	(0,6)	-19,4%	0,1%
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais	110,7	113,6	(2,9)	-2,6%	7,1%
Opções outorgadas reconhecidas (Incentivo em ações)	10,5	14,1	(3,6)	-25,7%	0,7%
Outros	1,2	9,5	(8,3)	-87,5%	0,1%
<b>Menos</b>					
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(2,0)	(35,7)	33,7	94,4%	-0,1%
Juros e variações monetárias sobre créditos a compensar	(17,9)	(43,2)	25,3	58,7%	-1,1%

Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(105,8)	(127,5)	21,7	17,0%	-6,8%
Outros	-	-	-	NA	0,0%
<b>Atividades operacionais</b>	-	-	-	-	-
Variação de aplicações financeiras	(1.340,6)	(1.584,7)	244,1	15,4%	-86,2%
Variação de recebíveis	(518,1)	(384,8)	(133,3)	-34,7%	-33,3%
Variação de tributos	(145,0)	(82,8)	(62,2)	-75,2%	-9,3%
Variação de ativos de resseguro	9,5	(11,0)	20,6	NA	0,6%
Variação de depósitos judiciais e fiscais	108,6	146,7	(38,1)	-26,0%	7,0%
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	33,1	62,0	(28,9)	-46,6%	2,1%
Variação de salvados a venda	(23,8)	6,3	(30,1)	NA	-1,5%
Variação de outros ativos	(38,5)	0,7	(39,2)	NA	-2,5%
Variação de custos de comercialização diferidos	(170,7)	(151,8)	(18,9)	-12,5%	-11,0%
Variação de contas a pagar	373,5	208,5	165,1	79,2%	24,0%
Juros Pagos	(117,8)	(106,8)	(11,0)	-10,4%	-7,6%
Variação de passivos de seguros e resseguros	33,0	69,2	(36,2)	-52,3%	2,1%
Variação de provisões técnicas de seguros	1.054,8	1.424,1	(369,3)	-25,9%	67,8%
Variação de provisões judiciais	(159,8)	(129,3)	(30,5)	-23,6%	-10,3%
Variação de outros passivos	(12,4)	9,8	(22,2)	NA	-0,8%
Imposto de renda e contribuição social pagos	(514,5)	(529,2)	14,7	2,8%	-33,1%
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>394,0</b>	<b>425,9</b>	<b>(31,9)</b>	<b>-7,5%</b>	<b>25,3%</b>
<b>Atividades de investimento</b>					
<b>Compra e venda de participações societárias</b>	<b>(147,5)</b>	<b>(19,4)</b>	<b>(128,1)</b>	<b>-660,1%</b>	<b>-9,5%</b>
Compra	(147,5)	(21,9)	(125,6)	-572,5%	-9,5%
Venda	-	2,5	(2,5)	NA	0,0%
<b>Compra e venda de ativos imobilizados e intangíveis</b>	<b>(105,3)</b>	<b>(71,2)</b>	<b>(34,1)</b>	<b>-47,9%</b>	<b>-6,8%</b>
Compra	(106,5)	(72,7)	(33,8)	-46,5%	-6,8%
Venda	1,2	1,5	(0,3)	-19,7%	0,1%
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(252,8)</b>	<b>(90,6)</b>	<b>(162,2)</b>	<b>-179,1%</b>	<b>-16,2%</b>
<b>Atividades de financiamento</b>					
<b>Financiamentos</b>	<b>271,3</b>	<b>(123,3)</b>	<b>394,6</b>	<b>NA</b>	<b>17,4%</b>
Empréstimos e financiamentos	698,8	-	698,8	NA	44,9%
Amortização de empréstimos	(427,6)	(123,3)	(304,2)	-246,7%	-27,5%
<b>Movimentações societárias</b>	<b>(28,5)</b>	<b>(30,0)</b>	<b>1,5</b>	<b>4,9%</b>	<b>-1,8%</b>
Compra de ações próprias para manutenção em tesouraria	(36,6)	(32,1)	(4,5)	-14,1%	-2,4%
Venda de ações em tesouraria	8,0	7,2	0,9	12,2%	0,5%
Pagamento por grupamento de ações	-	(5,1)	5,1	NA	0,0%
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos</b>	<b>(214,9)</b>	<b>(185,5)</b>	<b>(29,4)</b>	<b>-15,9%</b>	<b>-13,8%</b>
<b>Refinanciamento fiscal - REFIS</b>	<b>(5,5)</b>	<b>(5,9)</b>	<b>0,5</b>	<b>8,1%</b>	<b>-0,4%</b>
<b>Leasing financeiro</b>	<b>(4,0)</b>	<b>(2,0)</b>	<b>(1,9)</b>	<b>-95,3%</b>	<b>-0,3%</b>
<b>Pagamento de arrendamentos</b>	<b>(44,1)</b>	<b>-</b>	<b>(44,1)</b>	<b>NA</b>	<b>-2,8%</b>
<b>Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(25,7)</b>	<b>(346,8)</b>	<b>321,1</b>	<b>92,6%</b>	<b>-1,7%</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa.</b>	<b>115,5</b>	<b>(11,5)</b>	<b>127,0</b>	<b>NA</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>629,5</b>	<b>641,0</b>	<b>(11,5)</b>	<b>-1,8%</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>745,0</b>	<b>629,5</b>	<b>115,5</b>	<b>18,3%</b>	<b>-</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>115,5</b>	<b>(11,5)</b>	<b>127,0</b>	<b>NA</b>	<b>-</b>

### Fluxo de caixa das atividades operacionais

Os diretores informam que as atividades operacionais contribuíram em R\$394,0 milhões no fluxo de caixa em 2019, em comparação a R\$425,9 milhões nas atividades operacionais do ano de 2018, uma redução de R\$31,9 milhões, em função dos itens explicados abaixo:

### **Variação de depreciações e amortizações**

Os diretores comentam que a variação de depreciações e amortizações passou de uma variação positiva de R\$50,6 milhões em 2018 para uma variação positiva de R\$119,5 milhões no exercício de 2019, representando um incremento de R\$68,9 milhões, sendo impactado pelo reconhecimento das despesas dos contratos de arrendamento como depreciação de ativos, em conformidade com o IFRS 16 que entrou em vigor neste exercício.

### **Variação de aplicações financeiras**

Os diretores notam que a variação das aplicações financeiras apresentou aumento de R\$244,1 milhões, passando de uma variação negativa de R\$1.584,7 milhões em 2018 para uma variação negativa de R\$1.340,6 milhões em 2019. Esse incremento é explicado, principalmente, pelos rendimentos obtidos com as aplicações financeiras, assim como os juros dos ativos mantidos até o vencimento.

### **Variação de tributos**

Os diretores explicam que a variação dos tributos apresentou redução de R\$145,0 milhões em 2019, ante R\$82,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, uma variação negativa de R\$62,2 milhões, em função de um maior número de créditos tributários no período.

### **Variação de contas a pagar**

Os diretores comentam que a variação de contas a pagar passou de uma variação positiva de R\$208,5 milhões registrada no período findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$373,5 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$165,1 milhões na rubrica. Os diretores explicam que essa variação é justificada pelo incremento de compromissos assumidos relacionados às operações de seguros e previdência, incluindo obrigações assumidas e impostos e contribuições.

### **Variação de provisões técnicas de seguros**

Os diretores comentam que a variação de provisões técnicas de seguros apresentou uma redução de R\$369,3 milhões, passando de R\$1.424,1 milhões em 2018 para R\$1.054,8 milhões em 2019, esta variação é explicada pelo incremento da provisão para prêmios não ganhos ("PPNG"), principalmente no segmento de automóveis.

### **Fluxo de caixa das atividades de investimento**

Os diretores informam que as atividades de investimento consumiram R\$252,8 milhões do fluxo de caixa em 2019, enquanto que, em 2018, as atividades de investimento consumiram R\$90,6 milhões, apresentando uma variação negativa de R\$162,2 milhões relacionado principalmente ao item abaixo.

### **Compra e venda de participações societárias**

Os diretores comunicam que a variação negativa de R\$147,5 milhões em 2019 contra R\$21,9 milhões no exercício de 2018, gerando uma redução do caixa no montante de R\$125,6 milhões devido, principalmente, à conclusão da aquisição da Prodent Assistência Odontológica Ltda. ("Prodent"), empresa atuante no segmento odontológico que foi integrada ao grupo SulAmérica em 2019.

### **Compra e venda de ativos imobilizados e intangíveis**

Os diretores comunicam que a variação negativa de investimento em imobilizados e intangíveis em 2019 foi de R\$105,3 milhões, ante o montante negativo de R\$71,2 milhões em 2018, aumento de R\$34,1 milhões entre os

anos. Os diretores explicam que este aumento é proveniente, principalmente, de maiores investimentos em inovação e desenvolvimento de ferramentas e serviços, incluindo o programa de cuidado coordenado no segmento de saúde.

### **Fluxo de caixa das atividades de financiamento**

Os diretores comentam que as atividades de financiamento consumiram R\$25,7 milhões para o fluxo de caixa no ano de 2019, comparados ao consumo de R\$346,8 milhões no ano de 2018. Os diretores explicam as principais variações no item abaixo:

#### **Dividendos e juros sobre capital próprio pagos**

Os diretores informam que dividendos e juros sobre o capital próprio pagos consumiram R\$214,9 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2019 ante o consumo de R\$185,5 em 2018, representando uma variação negativa de R\$29,4 milhões, justificada pela manutenção da proporção da remuneração aos acionistas, conforme Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, que acompanhou o crescimento do lucro líquido no período observado.

#### **Empréstimos e financiamentos**

Os diretores informam que a variação positiva de R\$698,8 milhões na linha de empréstimos e financiamentos é relacionada à 6ª Emissão de debêntures, concluída em 2019, sendo que no exercício anterior a Companhia não teve outras emissões de dívidas. Os diretores também comentam que foram amortizados R\$427,6 milhões referentes à terceira parcela da 3ª Emissão de debêntures, e da primeira parcela de amortização da 4ª Emissão de debêntures. Os diretores explicam que em razão do fluxo de pagamentos de amortização informados acima, a linha de amortizações de empréstimos apresentou uma variação negativa de R\$304,2 milhões.

### **Análise das principais variações do fluxo de caixa da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017**

(R\$ milhões)	2018	2017	Varição (2018- 2017)	An. Horiz. (%) (2018- 2017)	An. Vert. (%) (2018-2017)
<b>Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.379,6</b>	<b>1.256,0</b>	<b>123,6</b>	<b>9,8%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Mais</b>					
Depreciações e amortizações	50,6	52,4	(1,8)	-3,4%	3,7%
Juros e atualização monetária de debêntures emitidas e outros empréstimos	112,3	132,0	(19,8)	-15,0%	8,1%
Custos de transação de títulos emitidos	2,9	2,5	0,3	12,4%	0,2%
Juros e variações monetárias sobre refinanciamento fiscal (REFIS)	2,9	3,6	(0,7)	-20,5%	0,2%
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais	113,6	158,5	(44,9)	-28,3%	8,2%
Opções outorgadas reconhecidas (Incentivo em ações)	14,1	8,9	5,2	57,9%	1,0%
Outros	9,5	1,9	7,6	411,1%	0,7%
<b>Menos</b>					
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(35,7)	(41,3)	5,6	-13,5%	-2,6%
Lucro na venda de investimentos ou imobilizado	-	(0,0)	0,0	-100,0%	0,0%
Juros e variações monetárias sobre créditos a compensar	(43,2)	(22,5)	(20,7)	92,0%	-3,1%
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(127,5)	(157,4)	29,9	-19,0%	-9,2%
<b>Atividades operacionais</b>					
Varição de aplicações financeiras	(1.584,7)	(1.221,6)	(363,2)	29,7%	-114,9%
Varição de recebíveis	(384,8)	(272,5)	(112,3)	41,2%	-27,9%
Varição de tributos	(82,8)	(85,7)	2,9	-3,4%	-6,0%
Varição de ativos de resseguro	(11,0)	1,4	(12,5)	-877,8%	-0,8%

Varição de depósitos judiciais e fiscais	146,7	(50,5)	197,3	-390,5%	10,6%
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	62,0	34,9	27,1	77,7%	4,5%
Varição de salvados a venda	6,3	20,8	(14,6)	-69,9%	0,5%
Varição de outros ativos	0,7	(8,3)	9,0	-108,7%	0,1%
Varição de custos de comercialização diferidos	(151,8)	(83,4)	(68,4)	82,1%	-11,0%
Varição de contas a pagar	208,5	235,9	(27,5)	-11,6%	15,1%
Juros Pagos	(106,8)	(137,8)	31,0	-22,5%	-7,7%
Varição de passivos de seguros e resseguros	69,2	(33,5)	102,7	-306,8%	5,0%
Varição de provisões técnicas de seguros	1.424,1	429,8	994,3	231,4%	103,2%
Varição de provisões judiciais	(129,3)	44,6	(173,9)	-390,2%	-9,4%
Varição de outros passivos	9,8	(7,6)	17,4	-229,1%	0,7%
Imposto de renda e contribuição social pagos	(529,2)	(481,5)	(47,7)	9,9%	-38,4%
<b>Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>425,9</b>	<b>(220,2)</b>	<b>646,1</b>	<b>-293,4%</b>	<b>30,9%</b>
<b>Atividades de investimento</b>					
<b>Compra e venda de participações societárias</b>	(19,4)	(15,2)	(4,2)	27,4%	-1,4%
Compra	(21,9)	(15,2)	(6,7)	44,0%	-1,6%
Venda	2,5	-	2,5	0,0%	0,2%
<b>Compra e venda de ativos imobilizados e intangíveis</b>	(71,2)	(56,1)	(15,1)	26,9%	-5,2%
Compra	(72,7)	(57,4)	(15,3)	26,7%	-5,3%
Venda	1,5	1,3	0,2	18,8%	0,1%
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(90,6)</b>	<b>(71,3)</b>	<b>(19,2)</b>	<b>27,0%</b>	<b>-6,6%</b>
<b>Atividades de financiamento</b>					
<b>Financiamentos</b>	<b>(123,3)</b>	<b>190,0</b>	<b>(313,3)</b>	<b>-164,9%</b>	<b>-8,9%</b>
Empréstimos e financiamentos	-	500,0	(500,0)	-100,0%	0,0%
Amortização de empréstimos	(123,3)	(310,0)	186,7	-60,2%	-8,9%
<b>Movimentações societárias</b>	<b>(30,0)</b>	<b>(19,6)</b>	<b>(10,5)</b>	<b>53,4%</b>	<b>-2,2%</b>
Compra de ações próprias para manutenção em tesouraria	(32,1)	(24,9)	(7,2)	28,7%	-2,3%
Venda de ações em tesouraria	7,2	5,3	1,8	34,1%	0,5%
Pagamento por grupamento de ações	(5,1)	-	(5,1)	0,0%	-0,4%
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos</b>	<b>(185,5)</b>	<b>(165,5)</b>	<b>(20,0)</b>	<b>12,1%</b>	<b>-13,4%</b>
<b>Refinanciamento fiscal - REFIS</b>	<b>(5,9)</b>	<b>(3,7)</b>	<b>(2,2)</b>	<b>59,1%</b>	<b>-0,4%</b>
<b>Leasing financeiro</b>	<b>(2,0)</b>	<b>(1,0)</b>	<b>(1,0)</b>	<b>104,4%</b>	<b>-0,1%</b>
<b>Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(346,8)</b>	<b>0,2</b>	<b>(347,0)</b>	<b>NA</b>	<b>-25,1%</b>
<b>Aumento / (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(11,5)</b>	<b>(291,4)</b>	<b>279,9</b>	<b>(96,1%)</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>641,0</b>	<b>932,3</b>	<b>(291,4)</b>	<b>(31,3%)</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>629,5</b>	<b>641,0</b>	<b>(11,5)</b>	<b>(1,8%)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento / (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(11,5)</b>	<b>(291,4)</b>	<b>279,9</b>	<b>(96,1%)</b>	<b>-</b>

### Fluxo de caixa das atividades operacionais

Os diretores informam que as atividades operacionais contribuíram com R\$425,9 milhões no fluxo de caixa em 2018, em comparação a R\$220,2 milhões consumidos nas atividades operacionais do ano de 2017, um aumento de R\$646,1 milhões em caixa, em função dos itens explicados abaixo:

#### **Varição de aplicações financeiras**

Os diretores explicam que a variação das aplicações financeiras apresentou redução de R\$363,2 milhões, passando de uma variação negativa de R\$1.221,6 milhões em 2017 para uma variação negativa de R\$1.584,7 milhões em 2018. Esta redução é explicada, principalmente, pela variação negativa do saldo de empréstimos e financiamentos no período.

#### **Varição de depósitos judiciais e fiscais**

Os diretores comentam que a variação de depósitos judiciais e fiscais registrou um crescimento de R\$197,3 milhões, passando de uma variação negativa de R\$50,5 milhões em 2017 para uma variação positiva de R\$146,7



milhões em 2018. Os diretores explicam que este aumento é relacionado ao menor volume de depósitos judiciais, além de reversões realizadas por baixas de processo no período.

#### **Variação de custos de comercialização diferidos**

Os diretores informam que a variação dos custos de comercialização diferidos apresentou redução de R\$68,4 milhões, passando de R\$83,4 milhões negativos em 2017 para R\$151,8 milhões negativos em 2018. Os diretores explicam que essa variação é relacionada, principalmente, aos maiores custos de comercialização diferidos relacionados ao segmento de saúde no período.

#### **Variação de passivos de seguros e resseguros**

Os diretores informam que a variação de passivos de seguros e resseguros apresentou um aumento de R\$102,7 milhões, passando de uma variação negativa de R\$33,5 milhões em 2017 para uma variação positiva de R\$69,2 milhões em 2018. Os diretores explicam que este aumento é em função, principalmente, de um maior saldo de débitos operacionais em 2018 na comparação com o ano anterior.

#### **Variação de provisões técnicas de seguros**

Os diretores comentam que a variação de provisões técnicas de seguros apresentou um aumento de R\$994,3 milhões, passando de R\$429,8 milhões em 2017 para R\$1.424,1 milhões em 2018, em função de maiores provisões técnicas de seguros em saúde, referentes ao aumento de prêmios no segmento, e em provisões técnicas de previdência, que apresentou um maior saldo de portabilidade positiva no período, além de um menor volume de resgates.

#### **Variação de provisões judiciais**

Os diretores informam que a variação de provisões judiciais apresentou uma redução de R\$173,9 milhões, passando de uma variação positiva de R\$44,6 milhões em 2017 para uma variação negativa de R\$129,3 milhões em 2018. Os diretores ressaltam que esta redução é justificada pela atualização monetária dos saldos provisionados no período.

#### **Fluxo de caixa das atividades de investimento**

Os diretores informam que as atividades de investimento consumiram R\$90,6 milhões do fluxo de caixa em 2018, enquanto que, em 2017, as atividades de investimento consumiram R\$71,3 milhões, apresentando uma variação negativa de R\$19,2 milhões relacionado principalmente ao item abaixo.

#### **Compra e Venda de Ativos Imobilizados e Intangíveis**

Os diretores comunicam que o montante de investimento em imobilizados e intangíveis em 2018 foi de R\$71,2 milhões, ante R\$56,1 milhões em 2017, aumento de R\$15,1 milhões ou 26,9% em relação ao ano de 2017. Os diretores explicam que este aumento é proveniente, principalmente, de maiores gastos em tecnologia, desenvolvimento e *softwares*.

### **Fluxo de caixa das atividades de financiamento**

Os diretores comentam que as atividades de financiamento consumiram R\$346,8 milhões para o fluxo de caixa no ano de 2018, comparados a contribuição de R\$0,2 milhão em 2017. Os diretores explicam as principais variações no item abaixo:

#### **Empréstimos e Financiamentos**

Os diretores informam que a variação negativa de R\$500,0 milhões na linha de empréstimos e financiamentos é relacionada à 5ª emissão de debêntures, concluída em 2017 nesse montante e que não se repetiu em 2018. Os diretores também comentam que foram amortizados R\$123,3 milhões referentes à segunda parcela da 3ª emissão de debêntures, enquanto em 2017, foram amortizados R\$310,0 milhões relacionados aos pagamentos da última parcela da 1ª emissão de debêntures, da primeira parcela da 3ª emissão de debêntures e da segunda parcela da CCB. Os diretores explicam que em razão do fluxo de pagamentos de amortização informados acima, a variação da linha de amortizações de empréstimos apresentou um aumento de R\$186,7 milhões.

## 10.2 Resultado Patrimonial e Financeiro:

### A. Resultados das operações da Companhia:

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

#### Componentes da receita para os Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

##### Receita de Seguros

Os diretores ressaltam que o principal componente de receita da Companhia é a receita de seguros, composta pelos prêmios dos seguros oferecidos pela Companhia, líquidos de impostos diretos (PIS e Cofins). Os diretores informam que essas receitas são obtidas nos seguintes ramos: (i) saúde; (ii) danos; e (iii) pessoas.

Os diretores informam que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a receita de seguros da Companhia atingiu R\$21.282,5 milhões, o que corresponde a 95,3% das receitas totais. O crescimento da receita de seguros em 2019 foi de 8,2%, impulsionado pelos segmentos de saúde e pessoas, que cresceram 10,9% e 5,5%, respectivamente. Os diretores entendem que o segmento de saúde continuou sendo o principal, representando 81,4% do total da receita de seguros e 77,6% das receitas totais. Os diretores destacam que os demais segmentos apresentaram as seguintes participações: danos, 16,2% (da receita de seguros) e 15,5% (das receitas totais); e pessoas, 2,4% (da receita de seguros) e 2,3% (das receitas totais).

##### Outras receitas

Os diretores informam que as outras receitas são compostas pelas arrecadações dos segmentos de previdência, capitalização, planos de saúde administrados de pós-pagamento, gestão de ativos e outras receitas, líquidas de impostos diretos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as outras receitas atingiram R\$1.042,9 milhões, o que equivale a 4,7% das receitas totais. Dentre as outras receitas, os diretores informam que o segmento de previdência responde por 3,6% do total de receitas e 76,2% das outras receitas.

(R\$ milhões)	2019	2018	Varição (2019-2018)	An. Horiz. (%) (2019-2018)
<b>Receita de Seguros</b>	<b>21.282,5</b>	<b>19.666,8</b>	<b>1.615,7</b>	<b>8,2%</b>
Saúde	17.321,0	15.616,8	1.704,2	10,9%
Danos	3.455,3	3.567,8	(112,4)	-3,2%
Pessoas	515,0	488,2	26,8	5,5%
Outros	(8,8)	(6,0)	(2,8)	-47,5%
<b>Outras Receitas</b>	<b>1.042,9</b>	<b>835,9</b>	<b>207,0</b>	<b>24,8%</b>
Previdência	794,9	635,5	159,4	25,1%
Capitalização	64,8	54,0	10,9	20,1%
Planos de saúde administrados	61,7	60,6	1,1	1,8%
Gestão e administração de ativos	88,3	51,2	37,1	72,5%
Outras Receitas Operacionais	33,2	34,6	(1,4)	-4,1%
<b>Total de Receita Operacional</b>	<b>22.325,5</b>	<b>20.502,7</b>	<b>1.822,8</b>	<b>8,9%</b>

## Componentes da receita para os Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

### Receita de Seguros

Os diretores ressaltam que o principal componente de receita da Companhia é a receita de seguros, composta pelos prêmios dos seguros oferecidos pela Companhia, líquidos de impostos diretos (PIS e Cofins). Os diretores informam que essas receitas são obtidas nos seguintes ramos: (i) saúde; (ii) danos; e (iii) pessoas.

Os diretores informam que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a receita de seguros da Companhia atingiu R\$19.666,8 milhões, o que corresponde a 95,9% das receitas totais. O crescimento da receita de seguros em 2018 foi de 12,7%, impulsionado pelos segmentos de pessoas e saúde, que cresceram 15,6% e 13,5%, respectivamente. Os diretores entendem que o segmento de saúde continuou sendo o principal, representando 79,4% do total da receita de seguros e 76,2% das receitas totais. Os diretores destacam que os demais segmentos apresentaram as seguintes participações: danos, 18,1% (da receita de seguros) e 17,4% (das receitas totais); e pessoas, 2,5% (da receita de seguros) e 2,4% (das receitas totais).

### Outras receitas

Os diretores informam que as outras receitas são compostas pelas arrecadações dos segmentos de previdência, capitalização, planos de saúde administrados de pós-pagamento, gestão de ativos e outras receitas, líquidas de impostos diretos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as outras receitas atingiram R\$835,9 milhões, o que equivale a 4,1% das receitas totais. Dentre as outras receitas, os diretores informam que o segmento de previdência responde por 3,1% do total de receitas e 76,0% das outras receitas.

(R\$ milhões)	2018	2017	Varição (2018-2017)	An. Horiz. (%) (2018-2017)
<b>Receita de Seguros</b>	<b>19.666,8</b>	<b>17.451,7</b>	<b>2.215,1</b>	<b>12,7%</b>
Saúde	15.616,8	13.759,6	1.857,2	13,5%
Danos	3.567,8	3.269,8	298,0	9,1%
Pessoas	488,2	422,3	65,9	15,6%
Outros	(6,0)	(0,0)	(6,0)	NA
<b>Outras Receitas</b>	<b>835,9</b>	<b>771,1</b>	<b>64,8</b>	<b>8,4%</b>
Previdência	635,5	572,1	63,5	11,1%
Capitalização	54,0	52,3	1,7	3,3%
Planos de saúde administrados	60,6	68,3	(7,7)	-11,3%
Gestão e administração de ativos	51,2	42,2	9,0	21,3%
Outras Receitas	34,6	36,3	(1,7)	-4,6%
<b>Total de Receita Operacional</b>	<b>20.502,7</b>	<b>18.222,8</b>	<b>2.279,9</b>	<b>12,5%</b>

### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

#### Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Os diretores informam que o aumento de 12,5% nas receitas operacionais, de R\$20.502,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$22.325,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 se deu

principalmente pelo bom desempenho do segmento de saúde, com destaque para o crescimento do número de beneficiários, além do crescimento dos segmentos de pessoas e previdência.

Os diretores destacam que a receita operacional do segmento de saúde aumentou 10,9%, de R\$15.616,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$17.321,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os diretores ressaltam que o desempenho apresentado é resultado, principalmente, dos esforços em retenção de clientes, fortalecimento da marca e relacionamento junto aos parceiros de distribuição que impulsionaram as vendas novas, além da aplicação dos reajustes anuais necessários nas apólices.

Os diretores comentam que o segmento de danos, composto pelo portfólio de seguros de automóveis e outros ramos elementares, registrou receita operacional de R\$3.455,3 milhões, apresentando redução de 3,2% quando comparado com o exercício de 2018. Os diretores explicam que os menores níveis de roubo e furto de veículos nas principais regiões de atuação, tiveram reflexo nos preços nominais das apólices do segmento de automóveis, contribuindo para a redução observada.

Os diretores informam que a receita dos planos de saúde administrados registrou aumento de 1,8%, passando de R\$60,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$61,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

No segmento de previdência, a receita apresentou crescimento de 25,1%, saindo de R\$635,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$794,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os diretores destacam que o resultado se beneficiou principalmente das maiores contribuições e aportes regulares nos fundos de previdência, principalmente no produto VGBL.

#### **Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.**

Os diretores informam que o aumento de 12,5% nas receitas operacionais, de R\$18.222,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$20.502,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 se deu principalmente pelo bom desempenho do segmento de saúde, com destaque para o crescimento do número de beneficiários, além da recuperação do segmento de automóveis.

Os diretores informam que a receita operacional do segmento de saúde aumentou 13,5%, de R\$13.759,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$15.616,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os diretores ressaltam que este aumento é explicado principalmente pelos esforços de retenção de clientes e pela forte atuação dos parceiros de distribuição que impulsionaram as vendas de novas apólices, levando ao aumento do número de beneficiários, e também pelos reajustes anuais aplicados nas carteiras de saúde.

Os diretores destacam que o segmento de danos, composto pelo portfólio de seguros de automóveis e outros ramos elementares, obteve crescimento de 9,1% quando comparado com 2017. O bom desempenho é explicado principalmente pela carteira de automóveis, que mostrou recuperação e crescimento consistente ao longo de 2018. Os diretores informam que o resultado positivo foi possível através do aprimoramento dos processos, aperfeiçoamento das ferramentas de subscrição e a melhor adequação de exposição ao risco. Essas iniciativas contribuíram para o aumento da receita de seguros do segmento, que totalizou R\$3.567,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Os diretores informam uma redução de 11,3% na receita dos planos de saúde administrados, de R\$68,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, para R\$60,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os diretores ressaltam que apesar do aumento de vidas na carteira de planos administrados em 2018, a variação negativa é explicada por uma ação judicial transitada em julgado de forma favorável em 2017, que impactou positivamente o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, prejudicando a comparação entre os períodos.

No segmento de previdência, a receita apresentou crescimento de 11,1%, saindo de R\$572,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, para R\$635,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os diretores destacam que o resultado foi impulsionado por um saldo de portabilidade positiva em 2018, além das contribuições regulares, principalmente no produto VGBL.

#### **B. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

Os diretores informam que em 2017, 2018 e 2019 não houve variação significativa nas receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, além das comentadas nas seções anteriores.

#### **C. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

Os diretores informam que parte dos passivos das operações de seguro, previdência e capitalização é positivamente correlacionada com inflação, juros e câmbio. Concluem que desta forma, variações nestes indicadores macroeconômicos podem afetar o resultado operacional.

Destacam que o processo de gerenciamento de ativos e passivos (*asset and liability management – ALM*) busca minimizar o descasamento entre ativos e passivos. Sendo assim, informam que a SulAmérica busca investir os ativos que dão cobertura a tais passivos em instrumentos financeiros com exposição ao mesmo índice. Por consequência, comentam que tais oscilações podem afetar o resultado financeiro, minimizando o risco residual da variação da inflação, juros e câmbio no resultado da SulAmérica.

Além disto, os diretores comunicam que as carteiras utilizadas para liquidez da SulAmérica também são afetadas pela taxa básica de juros do País, a SELIC. Desta forma, os diretores explicam que entre 2016 e 2018 observamos reduções significativas na taxa básica de juros, com a meta da taxa SELIC média caindo de 14,0% em 2016 para 10,0% em 2017, alcançando 6,5% em 2018 e atingindo 4,5% ao final de 2019, após reduções no final do período. Tais quedas tiveram impacto direto nos resultados financeiros de 2017, 2018 e 2019.

### **10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras:**

#### **A. Introdução ou alienação de segmento operacional.**

Em 13 de maio de 2019, a Companhia divulgou fato relevante comunicando que suas controladas indiretas Sul América Capitalização S.A. - Sulacap ("Sulacap") e Sul América Santa Cruz Participações S.A. ("Santa Cruz") assinaram contratos para venda da sua carteira de capitalização para o Grupo Icatu, buscando descontinuar, dessa forma, sua operação neste segmento. O valor da transação é de R\$100 milhões, incluindo também a alienação da totalidade da participação minoritária da controlada indireta Santa Cruz na Caixa Capitalização S.A. ("CaixaCap"), com possibilidade de acréscimo de até R\$83 milhões, conforme condições previstas no contrato. Em 03 de fevereiro de 2020 a Companhia divulgou comunicado ao mercado informando a conclusão da transação.

Em 23 de agosto de 2019, a Companhia divulgou fato relevante ao mercado comunicando a celebração de contrato para a venda de sua operação de automóveis e ramos elementares para a Allianz Seguros S.A. ("Allianz"). O valor da transação foi fixado em R\$3 bilhões com base em um patrimônio líquido de R\$700 milhões na recém-formada companhia a ser estruturada especificamente para o propósito desta transação, sujeito a mecanismos de ajustes de preço comuns em transações similares. Em 31 de dezembro de 2019, a conclusão da transação estava pendente, aguardando o cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme previstas no respectivo contrato.

#### **B. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.**

Em 13 de maio de 2019, a Companhia divulgou fato relevante comunicando que a sua controlada indireta Santa Cruz assinou contrato para venda da sua participação minoritária na CaixaCap correspondente a 24,5% de seu capital total e votante ao Grupo Icatu, já acionista da CaixaCap. Em 03 de fevereiro de 2020 a Companhia divulgou comunicado ao mercado informando a conclusão da transação.

Em 13 de maio de 2019, a Companhia divulgou fato relevante anunciando que assinou contrato para a realização de investimento de R\$100 milhões na Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Órama"). O investimento ocorrerá mediante capitalização pela sua controlada indireta Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. na O10 Participações S.A. ("O10"), controladora da Órama. Conforme comunicado ao mercado divulgado pela companhia, a transação foi concluída em 13 de fevereiro de 2020, com o Grupo SulAmérica passando a deter participação de 25% no capital total e votante da O10.

Em 31 de julho de 2019, a Companhia divulgou comunicado ao mercado anunciando a conclusão da aquisição de 100% da Prodent Assistência Odontológica Ltda. ("Prodent"), operadora de planos odontológicos com sede na cidade e estado de São Paulo, por sua controlada indireta Sul América Odontológico S.A. pelo valor final, de acordo com as condições previstas no contrato de compra e venda, de R\$146,0 milhões, dos quais R\$60,9 milhões pagos à vista na data do fechamento e R\$85,1 milhões retidos e vinculados a condições previstas no contrato, com pagamento corrigido a ser realizado em até 5 anos.

#### **C. Eventos ou operações não usuais.**

Os diretores entendem que este item não é aplicável, considerando que a Companhia não possui eventos ou operações não usuais.

#### 10.4 Os diretores devem comentar:

##### A. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Os diretores declaram que a mudança significativa nas práticas contábeis nas demonstrações financeiras de 31/12/2019 deu-se em função da adoção do IFRS 16 conforme abaixo:

A IFRS 16/CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27).

A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. O modelo exige do arrendatário o reconhecimento de um ativo representado pelo direito de uso de utilizar o ativo arrendado e de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor e foram adotadas pela Companhia, quando aplicável. A adoção da IFRS16 não afetou sua capacidade de cumprir os contratos financeiros firmados.

Na transição para a aplicação da norma, a SulAmérica reavaliou todos os contratos para identificar arrendamentos com direito de uso dos ativos identificados conforme definição de contrato de arrendamento prevista na IFRS 16/CPC 06 (R2). A SulAmérica aplicou a norma em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, sem atualização das informações comparativas. Em virtude de optarmos pela mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso com base nos pagamentos de arrendamento remanescentes ajustados a valor presente, utilizando a taxa de desconto incremental de captação sobre o passivo financeiro do arrendatário em 1º de janeiro de 2019 previsto no respectivo CPC, não houve efeitos cumulativos reconhecidos como ajustes ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019.

Em 31/12/2019, o impacto mais significativo identificado refere-se ao reconhecimento de novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais dos aluguéis do Rio de Janeiro e da sede de São Paulo, registrados nas rubricas “Ativos de arrendamentos” no ativo não circulante, e “Passivo de arrendamentos” no passivo circulante e não circulante, respectivamente. O contrato anterior da sede do Rio de Janeiro que, encerrou-se em 17/04/2019, foi reconhecido no resultado, até o fim da sua vigência, conforme isenção de reconhecimento do IFRS 16/CPC 06 (R2), item C10(c). Também foram avaliados os impactos para o reconhecimento do contrato da Frota de Automóveis e dos demais aluguéis de imóveis, onde se situam as filiais.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos da SulAmérica no âmbito de arrendamentos operacionais não canceláveis, descontados a valor presente, reconhecidos a partir de 01/01/2019, totalizavam R\$114.361 para o contrato de aluguel da sede de São Paulo, R\$38.614 para o novo contrato da sede do Rio de Janeiro, R\$7.122 para os contratos de Frota de Automóveis e R\$47.767 dos aluguéis das filiais. Outro ponto a se destacar é que a entrada em vigor da IFRS 16 está relacionada com a natureza das despesas dos contratos de arrendamento, que passaram a ser reconhecidos como depreciação de ativos de direito de uso, bem como o reconhecimento da despesa de juros sobre obrigações de arrendamento em substituição à despesa linear de arrendamento operacional. Informações adicionais encontram-se na nota 13.



## **B. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os diretores explicam que as demonstrações financeiras incorporam, entre outras informações, o Parecer dos Auditores Independentes e que é de responsabilidade dos auditores expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na auditoria conduzida.

Os diretores explicam que as demonstrações financeiras de 31/12/2019 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Os diretores informam que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no exercício de 2019, emitiu parecer sem ressalva, declarando que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Sul América S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Abaixo segue o relatório:

### **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Acionistas e Administradores da Sul América S.A.

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Sul América S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Sul América S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes

previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### *Realização dos créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS ("FCVS") relativo ao seguro do Sistema Financeiro Habitacional - SFH ("SFH")*

Em 31 de dezembro de 2019, a Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Salic"), controlada da Companhia, possuía contas a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativo ao seguro do Sistema Financeiro Habitacional - SFH, no montante de R\$1.540.206 mil, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.1.2.1 às demonstrações financeiras.

A Salic vem realizando, ao longo dos últimos anos, desembolsos significativos relativos a processos judiciais associados à apólice pública do SFH. Os valores a receber do FCVS são registrados contabilmente pela Salic quando dos efetivos desembolsos financeiros decorrentes da execução dos processos judiciais e são atualizados pela taxa referencial ("TR"). A mensuração da provisão para perdas sobre os referidos créditos está baseada em metodologia e premissas que levam em conta a expectativa de perda com base na experiência de perdas operacionais.

Em função da relevância do julgamento exercido pela Administração, da subjetividade envolvida e da ausência de uma experiência de perdas operacionais representativa, a metodologia e as premissas utilizadas na mensuração da provisão para perdas sobre os referidos créditos foram consideradas um assunto relevante para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o desafio das principais premissas utilizadas pela Administração na mensuração da provisão para perdas sobre os valores a receber do FCVS; (ii) a avaliação se a metodologia utilizada pela Administração na mensuração da referida provisão vem sendo aplicada, consistentemente, nos últimos exercícios; e (iii) testes de integridade e exatidão das bases de dados utilizadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos o valor da provisão para perdas dos créditos a receber do FCVS, calculado pela Administração da Salic, aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, como um todo.

#### *Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas*

Em 31 de dezembro de 2019, a Sul América S.A., por meio de suas controladas, possuía provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros e de previdência privada complementar no montante de R\$14.229.947 mil, conforme detalhado na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras.

Na determinação dos valores de certas provisões técnicas de contratos de seguros e previdência privada complementar é requerido um julgamento relevante da Administração na seleção das premissas e metodologias-chave, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, taxa de cancelamento, estimativa dos fatores de risco dos sinistros judiciais (“Payment Experience”), expectativa de recuperação de sinistros (salvados/ressarcimento), riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, tábuas de mortalidade, expectativa de aumento na longevidade e a aplicação de metodologia para o desenvolvimento dos sinistros ocorridos e prêmios emitidos baseado no triângulo de “run-off”, entre outros.

Em função da relevância do julgamento exercido pela Administração e da subjetividade envolvida, a avaliação das premissas e metodologias utilizadas no cálculo de certas provisões técnicas foi considerada um assunto relevante para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes do desenho, implementação e efetividade de certos controles relacionados ao processo de contabilização de certas provisões técnicas de seguros e de previdência privada complementar, (ii) testes de exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos atuariais; e (iii) envolvimento de especialistas atuariais objetivando: a) a avaliação da adequação das metodologias utilizadas no cálculo de certas provisões técnicas; b) o desafio das premissas e julgamentos relevantes da Administração em relação às referências da indústria; c) a avaliação se a metodologia vem sendo consistentemente aplicada nos últimos exercícios; e d) o recálculo, em base amostral de testes, dos saldos de certas provisões técnicas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos as provisões técnicas, calculadas pela Administração das controladas da Companhia, aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, como um todo.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que

o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Roberto Paulo Kenedi  
Contador  
CRC nº 1 RJ 081401/O-5

## **10.5 - Políticas contábeis críticas**

Nossos diretores informam que as práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e que a aplicação deste conjunto de normas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos, quando aplicável.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira da Sul América S.A. e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

### **(a) Valor justo dos equivalentes de caixa e dos instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As variáveis dessas técnicas aplicadas são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas, quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo.

### **(b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda**

Considera-se que existe perda por valor recuperável nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando ocorre um declínio de valor significativo ou prolongado no seu valor justo para um valor inferior ao do custo. Essa determinação do que seja significativo ou prolongado requer julgamento no qual se avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Além disso, o reconhecimento da redução do valor recuperável pode ser efetuado quando há evidência de impacto negativo na saúde financeira da empresa investida, no desempenho do setor econômico, bem como mudanças na tecnologia e nos fluxos de caixa de financiamento e operacional.

### **(c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Ao final de cada período de reporte, avalia-se, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, são utilizadas estimativas para definição do valor recuperável do ativo.

A determinação do valor recuperável na avaliação de *impairment* de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos subjetivos e adote premissas.

#### **(d) Tributos sobre os lucros**

Como o objetivo social da Companhia é obter lucros, a renda gerada está sujeita ao pagamento de tributos nas diversas jurisdições onde desenvolve atividades operacionais. A determinação do montante global de tributos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de tributos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de tributos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pela Companhia no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pela Companhia, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos tributos sobre os lucros registrados nas demonstrações financeiras.

#### **(e) Reconhecimento e avaliação de tributos diferidos**

Os ativos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando a Companhia possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário da Companhia é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pela Companhia para o reconhecimento e avaliação de tributos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pela Companhia que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como (i) mudanças na regulamentação governamental relacionadas a questões fiscais; (ii) alterações nas taxas de juros; (iii) mudanças nos índices de inflação; (iv) processos ou disputas judiciais adversas; (v) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de investimento; (vi) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

#### **(f) Provisões técnicas de passivos por contratos de seguros**

As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), ajustadas, quando aplicável, pelos seguintes aspectos:

- A abordagem do Teste de Adequação de Passivos nas demonstrações financeiras da Companhia segue as melhores práticas consideradas por esta Administração no que se refere às premissas e metodologia, impactando a Provisão de Insuficiência de Contribuição (PIC). A abordagem aplicada na controlada Sul América Seguros de

Pessoas e Previdência S.A. (SULASEG), segue o determinado pela SUSEP em Norma Específica (Circular 517/2015 e alterações posteriores).

- A Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhos (PPCNG) é calculada nas controladas reguladas pela ANS, conforme determina a legislação emitida por este órgão regulador. Nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a provisão é registrada de acordo com a metodologia da SUSEP, para equalizar a prática contábil.

De forma geral, os valores são apurados com base em métodos e hipóteses definidas pelo atuário e validadas pela Administração, refletindo o valor atual da melhor estimativa, na data base de cálculo, das obrigações futuras decorrentes dos contratos de seguros, previdência, capitalização e saúde.

A cada período de apresentação, é analisada a adequação de seus passivos para todos os contratos e que estejam vigentes na data da execução. Referido procedimento, designado como teste de adequação de passivos, considera como valor contábil líquido os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados.

Para elaboração desse teste, utiliza-se metodologia atuarial para estimar o valor presente de todos os fluxos de caixa futuros a partir de premissas atuariais válidas na data de execução do teste. Nesse teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

As principais premissas utilizadas pelas seguradoras para execução do teste de adequação de passivos foram: (i) taxa de desconto utilizada para trazer os fluxos projetados a valor presente; (ii) sinistralidade, despesas administrativas e operacionais, despesas de comercialização, cancelamento, contribuições futuras, resgates parciais e conversões em renda baseados no comportamento histórico; e (iii) mortalidade e sobrevivência seguem as tábuas biométricas construídas especificamente com a experiência no mercado segurador brasileiro.

#### **(g) Provisões e passivos judiciais**

Os passivos judiciais são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial.

Os diretores da Companhia informam ainda que os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, tem seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.



## 10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

### **A. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).**

(i) Os diretores informam que não existem arrendamentos mercantis operacionais não evidenciados nas demonstrações financeiras dos últimos 3 exercícios sociais.

(ii) Os diretores informam que não existem carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras dos últimos 3 exercícios sociais.

(iii) Os diretores informam que não existem contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras dos últimos 3 exercícios sociais.

(iv) Os diretores informam que não existem contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras dos últimos 3 exercícios sociais.

(v) Os diretores informam que não existem contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras dos últimos 3 exercícios sociais.

### **B. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Os diretores informam que não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras dos últimos 3 exercícios sociais.

## **10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

### **A. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Os diretores informam que este item não se aplica à Companhia, pois não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não registrados em seu balanço patrimonial.

### **B. Natureza e o propósito da operação.**

Os diretores informam que este item não se aplica à Companhia, pois não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não registrados em seu balanço patrimonial.

### **C. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Os diretores informam que este item não se aplica à Companhia, pois não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não registrados em seu balanço patrimonial.

## 10.8 Plano de Negócios

### A. Investimentos, incluindo:

#### i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os diretores comentam que a SulAmérica continuou investindo no desenvolvimento de produtos e serviços, com o objetivo de atender as demandas do mercado de seguros brasileiro, como também ampliando a sua presença de mercado, aperfeiçoando a experiência dos segurados e aprimorando o atendimento aos corretores e clientes. Os diretores explicam que foram realizados investimentos no montante de R\$106,5 milhões em 2019, sendo R\$57,9 milhões relativos à tecnologia da informação e R\$9,6 milhões referentes ao projeto de transformação do ambiente da sede da Companhia no Rio de Janeiro, com a criação de um espaço mais colaborativo, flexível e eficiente.

Os diretores comentam que na área de tecnologia da informação, a Companhia alocou R\$49,1 milhões na atualização de softwares e em compra de sistemas para aprimorar processos em todas as unidades de negócios. Os diretores informam que os outros R\$8,8 milhões foram investidos em hardwares, principalmente na modernização e digitalização do parque tecnológico para funcionários, parceiros e clientes. Dentre os principais projetos relacionados à tecnologia da informação, os diretores citam: i) desenvolvimento de um modelo holístico e integrado de coordenação do cuidado da população de segurados de saúde; ii) implantação de uma plataforma de atendimento com o objetivo de integrar processos, gerenciar negócios e o relacionamento com clientes e corretores; e iii) reconstrução do processo de precificação, incluindo análises de risco online, baseados em modelagens estatísticas, políticas de preço e dados estruturados.

Os diretores declaram que a SulAmérica mantém uma ampla rede de atendimento aos corretores e clientes e encerrou 2019 com 31 Centros Automotivos SulAmérica – CASAs e 90 filiais em todo o Brasil.

Por fim, os diretores informam que, em 2020, a SulAmérica tem a expectativa de manter os investimentos em tecnologia, digitalização e inovação necessários para o crescimento da Companhia. Além disso, pretende continuar investindo na melhoria de processos e serviços, através da constante atualização de sistemas de *underwriting*, de gestão de sinistros, de coordenação de cuidado e de relacionamento com clientes, corretores, prestadores e parceiros comerciais.

#### ii. Fontes de financiamento dos investimentos.

Os diretores informam que em dezembro de 2015, a Companhia emitiu uma Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no montante total de R\$200,0 milhões e a uma taxa de 111% do CDI por um prazo total de 3 anos. Os juros são pagos trimestralmente e o principal seria pago seguinte forma: 10% em 10/12/2016, 10% em 10/12/2017 e 80% no vencimento em 10/12/2018. Em março de 2018, a operação foi repactuada, com alteração da data de vencimento, para 10/01/2021, e da taxa de remuneração, para 113,0% do CDI. A operação não possui garantias.

Os diretores afirmam que, em maio de 2014, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, no montante total de R\$500,0 milhões para a distribuição pública com esforços restritos de colocação. A terceira emissão de debêntures foi liquidada em 16 de maio de 2014, com taxas

de remuneração de 108,25% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI de um dia para a primeira série e de 7,41% acrescida da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para a segunda série. Os diretores informam que as debêntures da primeira série venceram em 15.05.2019.

Os diretores informam que, em dezembro de 2016, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, no montante total de R\$500,0 milhões para a distribuição pública com esforços restritos de colocação. A quarta emissão de debêntures foi liquidada em 13 de dezembro de 2016 e em razão da ampla demanda verificada no processo de *bookbuilding*, as taxas foram reduzidas de 114,0% para 111,7% do CDI para a primeira série e de 116,0% para 114,0% para a segunda. Os diretores informam que as debêntures da primeira série venceram em 13.12.2019.

Os diretores também informam que, em outubro de 2017, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$500,0 milhões para a distribuição pública com esforços restritos de colocação. A quinta emissão de debêntures foi liquidada em 27 de outubro de 2017, a uma taxa de 108,0% do CDI.

Os diretores informam, ainda, que, em abril de 2019, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$700,0 milhões para a distribuição pública com esforços restritos de colocação. A sexta emissão de debêntures foi liquidada em 16 de abril de 2019, a uma taxa de 111,50% do CDI.

### **iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

Os diretores informam que, em 13 de maio de 2019, a Companhia divulgou fato relevante comunicando que suas controladas indiretas Sul América Capitalização S.A. - Sulacap (“Sulacap”). e Sul América Santa Cruz Participações S.A. (“Santa Cruz”) assinaram contratos para venda de sua carteira de capitalização, assim como sua participação minoritária na Caixa Capitalização S.A. (“CaixaCap”) descontinuando a operação no segmento de capitalização após a conclusão da operação. A transação consistirá na alienação, pela Sulacap, da totalidade de sua carteira de capitalização, e na alienação, pela Santa Cruz, da totalidade de sua participação na CaixaCap, correspondente a 24,5% de seu capital total e votante, ao Grupo Icatu no valor de R\$100 milhões, com possibilidade de acréscimo de até R\$83 milhões. Em 03 de fevereiro de 2020 a Companhia divulgou comunicado ao mercado informando a conclusão da transação.

Os diretores ainda informam que, em 23 de agosto de 2019, a Companhia divulgou fato relevante aos seus acionistas e o mercado em geral comunicando que celebrou contrato para a venda de sua operação de automóveis e ramos elementares para a Allianz Seguros S.A. (“Allianz”). O valor da transação foi fixado em R\$3 bilhões com base em um patrimônio líquido de R\$700 milhões na recém-formada companhia a ser estruturada especificamente para o propósito desta transação, sujeito a mecanismos de ajustes de preço comuns em transações similares. Em 31 de dezembro de 2019, a conclusão da transação estava pendente, aguardando o cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme previstas no respectivo contrato.

**B. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.**

Os diretores entendem que o item não é aplicável, considerando que não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que pudessem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

**C. Novos produtos e serviços.**

**i.ii. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas e montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e serviços.**

Os diretores mencionam que, observando processos e rotinas habituais, atualmente a SulAmérica possui diversos produtos e serviços em fase de pesquisa e desenvolvimento que serão divulgados ao mercado oportunamente, observadas as devidas condições de mercado.

**iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados.**

Os diretores informam que a SulAmérica tem investido em diversos projetos para melhoria de processos operacionais e serviços aos clientes através do desenvolvimento de sistemas para o gerenciamento de sinistros e relacionamento com clientes, em inovação e digitalização para uma melhor conveniência e experiência dos clientes, assim como a otimização de processos operacionais. Os diretores informam que informações adicionais sobre os projetos em desenvolvimento já divulgados estão disponíveis no item 10.8.“a.1.” deste Formulário de Referência.

**iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Os diretores informam que investimentos realizados pela SulAmérica em 2019 estão descritos no item 10.8. “a.1” deste Formulário de Referência.

#### **10.9 Outros fatores com influência relevante**

Os diretores informam que não existem outros fatores que influenciaram de forma relevante o desempenho operacional da Companhia, que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

## **ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481/09**

(Informações complementares relativas à proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2019)

**1. Informar o lucro líquido do exercício.** R\$1.182.518.389,98 após ajustes de exercícios anteriores.

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.** O valor do montante global dos dividendos é de R\$280.848.117,62, correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado, para distribuição do dividendo mínimo obrigatório.

Ao montante do dividendo obrigatório foram imputados os Juros sobre o Capital Próprio, deliberados em 19.09.2019 e 13.12.2019, no valor total líquido de R\$149.763.448,15, equivalente ao montante total de R\$0,1243375080125330 por ação ordinária ou preferencial da Companhia não representada por unit e R\$0,3730125240376000 por unit.

Dessa forma, o saldo de dividendo obrigatório totaliza R\$131.084.669,47, a ser pago à razão de R\$0,1127754025397960 por ação ordinária ou preferencial não representada por unit e R\$0,3383262076193870 por cada unit, conforme indicado no item 5 (a) abaixo.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.** A proposta da administração contempla o pagamento de dividendos no montante de 25% do lucro líquido ajustado, sujeita à aprovação da Assembleia.

**4. Informar o montante global e o** Não houve distribuição de dividendos com

**valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.** base em lucro de exercícios anteriores.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.** O montante de R\$131.084.669,47 é equivalente a R\$0,1127754025397960 por ação ordinária ou preferencial não representada por unit e R\$0,3383262076193870 por cada unit.

<b>Valor Bruto (R\$)</b>	<b>Ações Ordinárias (Quantidade)</b>	<b>Valor por Ação Ordinária (R\$)</b>	<b>Ações Preferenciais (Quantidade)</b>	<b>Valor por Ação Preferencial (R\$)</b>	<b>Unit(*) (Quantidade)</b>	<b>Valor por Unit(*) (R\$)</b>
131.084.669,47	592.688.393	0,1127754025397960	589.773.510	0,1127754025397960	288.145.904	0,3383262076193870

(\*) cada unit é composta por 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.** Os dividendos serão pagos à vista, em moeda corrente do país, a partir do dia 15.05.2020, em data a ser informada oportunamente por Aviso aos Acionistas.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.** Não há.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.** 24 de abril de 2020.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**

**a. Informar o montante dos Juros sobre capital próprio:**



**dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.** R\$170.000.000,00 (valor bruto).

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos** Juros sobre o Capital Próprio: a ser pago a partir de 15.05.2020, em data a ser informada oportunamente por Aviso aos Acionistas.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.**

	<b>Exercícios sociais findos em 31 de dezembro</b>			
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Lucro líquido (em milhares de reais)...	1.182.584	904.960	773.825	695.257
Quantidade de ações Ordinárias <sup>1</sup> .....	585.984.960	585.444.765	585.510.041	506.384.543
Quantidade de ações Preferenciais <sup>1</sup> ...	576.366.639	575.286.249	575.416.801	497.886.586
Quantidade de ações Total <sup>1</sup> .....	1.162.351.599	1.160.731.014	1.160.926.842	1.004.271.129
Lucro líquido por lote de mil ações ON <sup>2</sup>	R\$ 1.017,35	779,65	666,56	692,30
Lucro líquido por lote de mil ações PN <sup>2</sup>	R\$ 1.017,35	779,65	666,56	692,30

<sup>1</sup> Os números informados excluem as ações em tesouraria.

<sup>2</sup> O lucro líquido por ação foi calculado excluindo as ações de tesouraria.

**b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores.**

	<b>Exercícios sociais findos em 31 de dezembro</b>		
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Total de Dividendos (R\$).....	214.927.931,95	183.783.482,70	165.123.597,56
Dividendos por ação Ordinária.....	0,067509410	0,054697809	0,164696832
Dividendos por ação Preferencial...	0,067509410	0,054697809	0,164696832

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal.** R\$59.125.919,50.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.** 5% do lucro líquido, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.** Não aplicável.

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos** Não aplicável.

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.** Não aplicável.

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa** Não aplicável.

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais** Não aplicável.

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe** Não aplicável.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório:**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto** 25% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente** Sim. O montante total de dividendos previsto na proposta da administração é de 25% do lucro líquido ajustado, equivalente ao dividendo obrigatório previsto do Estatuto Social da Companhia.

**c. Informar o montante eventualmente retido** Não aplicável.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia** Não aplicável.

**a. Informar o montante da retenção** Não aplicável.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos** Não aplicável.

**c. Justificar a retenção dos dividendos** Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências** Não aplicável.

**a. Identificar o montante destinado à reserva** Não aplicável.

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa** Não aplicável.

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável** Não aplicável.

**d. Justificar a constituição da reserva** Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar** Não aplicável.

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar** Não aplicável.

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva** Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado**

## para reservas estatutárias

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva** Estatuto Social da Sul América S.A., artigo 31, alínea "c":

"observadas as destinações dos itens anteriores\*, até 71,25% (setenta e um vírgula vinte e cinco por cento) para constituição de reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais, reserva esta que não poderá exceder o montante do capital social, observado o disposto no artigo 199 da Lei 6404/76, e que tem por finalidade (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. A constituição da reserva estatutária pode ser dispensada por deliberação da Assembleia Geral na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório. Uma vez atingido o limite estabelecido no art. 199 da Lei 6404/76, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: (a) para capitalização; ou (b) para distribuição de dividendos aos acionistas."

---

\* Reserva legal e dividendos obrigatórios.

**b. Identificar o montante destinado à reserva** R\$822.307.801,01.

**c. Descrever como o montante foi** O montante destinado à reserva estatutária

**calculado**

corresponde ao saldo do valor do lucro líquido ajustado do exercício, depois de deduzido o dividendo proposto (no qual está contido o montante líquido de impostos dos juros sobre o capital próprio declarados) e o imposto retido na declaração dos Juros sobre o Capital Próprio.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital** Não aplicável.

**a. Identificar o montante da retenção** Não aplicável.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital** Não aplicável.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais** Não aplicável.

**a. Informar o montante destinado à reserva** Não aplicável.

**b. Explicar a natureza da destinação** Não aplicável.

**SUL AMÉRICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 29.978.814/0001-87  
NIRE 3330003299-1

**Companhia Aberta de Capital Autorizado**

**Relatório resumido das atividades do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019**

Conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Sul América S.A. ("Companhia") ("Comitê"), e em observância à Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada, os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Anual Resumido referente ao exercício social da Companhia findo em 31 de dezembro de 2019.

**ATIVIDADES DO COMITÊ:**

O Comitê realizou 9 (nove) reuniões no exercício de 2019, nas quais os seguintes trabalhos foram desenvolvidos:

- a) Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para o exercício de 2019;
- b) Supervisionou, por meio de reuniões e relatórios, as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- c) Supervisionou, por meio de reuniões e relatórios, as atividades da área de controles internos da Companhia, bem como discutiu com a administração e os auditores independentes a qualidade e integridade dos controles internos da Companhia, tendo considerado satisfatório o processo de monitoramento de riscos reportado pela área de controles internos;
- d) Avaliou e monitorou a qualidade e integridade do programa de gestão de riscos corporativos da Companhia, concluindo, após reuniões com a administração e a análise de relatórios, pela adequação da estrutura de gerenciamento de riscos;
- e) Acompanhou, por meio de reuniões e relatórios, o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, tendo revisado as análises e premissas utilizadas pela administração e corroboradas pelos auditores independentes da Companhia para a discussão das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e da adequação e transparência das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia;

- f) Monitorou o cumprimento do Código de Conduta Ética da Companhia;
- g) Reuniu-se, discutiu com o diretor responsável pela auditoria interna e aprovou o plano de trabalho da auditoria interna para o ano de 2019, tendo acompanhado os resultados dos trabalhos executados durante o ano e tomado conhecimento dos relatórios e recomendações da auditoria interna;
- h) Reuniu-se com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Por fim o Comitê, no exercício de suas atribuições, procedeu ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e, considerando-se satisfeito com os documentos e informações, recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

---

Renato Russo  
Coordenador

---

Domingos Carelli Netto  
Membro

---

Jorge Roberto Manoel  
Membro

### ITENS 12.05 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Informações complementares relativas à proposta de eleição de membros da administração)

#### 12.5 Principais informações dos membros do Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24.04.2020

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF/MF	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções exercidos no emissor <sup>(1)</sup>	Eleito pelo Controlador?	Membro independente? <sup>(2)</sup>	Mandatos consecutivos
Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas	06/12/1959	Administrador	718.245.297-91	Presidente	24.04.2020	24.04.2020	1 ano	Membro de Comitê	sim	não	23
Carlos Infante Santos de Castro	05/10/1950	Engenheiro	339.555.907-63	Conselheiro	24.04.2020	24.04.2020	1 ano	Membro de Comitê	sim	não	10
Cátia Yuassa Tokoro	12/05/1971	Engenheira	011.800.477-88	Conselheira	24.04.2020	24.04.2020	1 ano	-	sim	sim	-
David Lorne Levy	01/02/1955	Médico	Passaporte nº 422076230	Conselheiro	24.04.2020	24.04.2020	1 ano	-	sim	sim	6
Isabelle Rose Marie de Ségur Lamoignon	22/01/1953	Seguradora	029.102.447-50	Conselheira	24.04.2020	24.04.2020	1 ano	-	sim	não	23
Jorge Hilário Gouvêa Vieira	29/09/1943	Advogado	008.563.637-15	Conselheiro	24.04.2020	24.04.2020	1 ano	Membro de Comitê	sim	não	24
Pierre Claude Perrenoud	24/04/1935	Administrador	056.932.027-55	Conselheiro	24.04.2020	24.04.2020	1 ano	-	sim	sim	19
Renato Russo	30/08/1961	Executivo	041.163.508-50	Conselheiro	24.04.2020	24.04.2020	1 ano	Membro de Comitê	sim	sim	5
Romeu Cortês Domingues	02/04/1963	Médico	893.268.737-49	Conselheiro	24.04.2020	24.04.2020	1 ano	-	sim	sim	1
Walter Roberto de Oliveira Longo	12/02/1951	Administrador	563.380.748-00	Conselheiro	24.04.2020	24.04.2020	1 ano	Membro de Comitê	sim	sim	2

<sup>(1)</sup> Esta coluna indica os cargos atualmente exercidos.



**k) Membros independentes e o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência**

A Sra. Cátia Yuassa Tokoro e os senhores David Lorne Levy, Pierre Perrenoud, Renato Russo, Romeu Cortês Domingues e Walter Roberto de Oliveira Longo são considerados membros independentes conforme critério determinado pelo Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3, segundo o qual "membro independente" é caracterizado por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 03 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 03 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

**m) Outras informações sobre os candidatos indicados ou apoiados pela administração da Sul América S.A. para eleição na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24.04.2020 como membros do Conselho de Administração da Companhia:**

**(i) Currículos**

**Presidente:**

**Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas** é Presidente do Conselho de Administração da Sul América S.A. e de suas controladas e Presidente dos Comitês de Investimentos, Capital Humano e de Governança e Divulgação. Ingressou na Sul América S.A. em 1987 e ocupou a Presidência da Companhia de 1998 a 2010 e a de suas controladas de 1999 a 2010. É conselheiro da Geneva Association desde 1999, foi presidente do conselho do Instituto de Estudos em Saúde Suplementar e primeiro vice-presidente da CNSeg, tendo sido também membro do conselho de administração do Unibanco Holding. Em 1987, trabalhou para a Compagnie Suisse de Reassurances Schweizer Ruck na Suíça. De 1985 a 1986, trabalhou no departamento de mercado de capitais do Chase Manhattan Bank, em São Paulo e Nova York. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: membro do Conselho de Administração da Sulasa Participações S.A., controladora indireta da emissora, e da Saspar Participações S.A., membro da Diretoria das seguintes sociedades: Emabe Participações S.A., Páteo Participações e Consultoria de Comércio Exterior S.A., Tabriza Brasil Consultoria em Valores Mobiliários Ltda., Nova Ação Participações S.A., Saspar Participações S.A e Sulasa Participações S.A.

### **Conselheiros:**

**Carlos Infante Santos de Castro** é membro do Conselho de Administração da Sul América S.A. desde 2006 e membro de seu Comitê de Investimentos desde 2002. Atualmente, é membro dos conselhos de administração de todas as empresas operacionais do grupo Sul América nas áreas de seguros de ramos elementares, saúde, vida, previdência, investimentos e capitalização. Foi membro do conselho de administração da Caixa Capitalização S.A. e do Comitê de Ética da Confederação Nacional de Seguradoras (CNSeg). No grupo SulAmérica, ocupou ainda os cargos de presidente da Sul América Capitalização, vice-presidente Corporativo, vice-presidente Financeiro e vice-presidente de Previdência e Capitalização. Foi presidente da GTE-Multitel (equipamentos de telecomunicações) e diretor de novos negócios do Grupo Cataguazes-Leopoldina (hoje Energisa) no Rio de Janeiro e membro do conselho de administração da Kepler Weber S.A. É graduado em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Possui também os graus de Master in Business Administration (MBA) pela Universidade de Stanford, EUA, e de Master of Sciences em Engenharia Industrial, pela mesma universidade. É Fellow da Harvard Advanced Leadership Initiative, da Universidade de Harvard, EUA, e conselheiro certificado pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa).

Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Membro dos Conselhos de Administração das companhias da SulAmérica, quais sejam: Sul América Companhia Nacional de Seguros, Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A., Sul América Capitalização S.A. – SULACAP, Sul América Companhia de Seguro Saúde, Sul América Odontológico S.A., Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Nova Ação Participações S.A. Membro da Diretoria das seguintes sociedades: Emabe Participações S.A., Páteo Participações e Consultoria de Comércio Exterior S.A., Tabriza Brasil Consultoria em Valores Mobiliários Ltda., Saspar Participações S.A, Sulasa Participações S.A. e Sulasapar Participações S.A.

**Cátia Yuassa Tokoro** é membro do conselho da Sul América S.A. desde 2019. Possui vinte e cinco anos de experiência profissional como executiva C-Level em Marketing e Vendas para o mercado B2B nas indústrias de serviços de Tecnologia da Informação e Telecomunicações. Esteve na Oi de 2000 a 2018, onde por último atuou como Vice-Presidente de Negócios B2B, liderando projetos de transformação digital, tanto internamente (e-commerce, e-care e e-billing) quanto externamente, renovando o portfólio de produtos e serviços - soluções de cibersegurança, IoT, big data & analytics e soluções baseadas em nuvem. Atualmente é membro do conselho consultivo da Imagem (empresa brasileira de soluções de inteligência geográfica), membro do conselho empresarial de Inovação, Comunicação e Tecnologia da Associação Comercial do Rio de Janeiro, conselheira consultiva, mentora e investidora anjo de startups, coordenadora do capítulo Rio de Janeiro e membro da Comissão de Inovação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Formada em engenharia elétrica em 1993 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, possui MBA em administração de negócios pela IBMEC-RJ, além de Authentic Leadership Development e Disruptive Strategy, ambos pela Harvard Business School, Executive Program pela Singularity University, formação em Mediação de Conflitos e Facilitação de Diálogos pelo Instituto Mediare e MasterClass em Governança Corporativa para Nova Economia pela Go New Economy, além de certificação como conselheira pelo IBGC. Atende

aos requisitos de independência estabelecidos no Regulamento de Listagem do Nível 2 da B3.

Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Membro do conselho consultivo da Imagem e Membro do conselho empresarial de Inovação, Comunicação & Tecnologia da Associação Comercial do RJ.

**David Lorne Levy** é membro do Conselho de Administração da Sul América S.A. desde 2014. Atualmente é CEO da EHE, empresa de saúde preventiva nos Estados Unidos. Antes de ocupar o atual cargo na EHE, atuou como CEO da AposTherapy, empresa que desenvolveu métodos revolucionários em termos de custos e qualidade para o tratamento de doenças crônicas do esqueleto axial. Entre 2005 e 2013 ocupou a posição de líder da divisão de Global Health Industries da PwC, a maior empresa de serviços profissionais do mundo, responsável por todos os setores de assistência de saúde, somando mais de US\$ 2 bilhões em receitas. Antes de juntar-se à PwC, foi CEO da Franklin Health Inc., empresa que fundou e agora faz parte da Optum, uma das pioneiras em gestão de cuidados que transformou o tratamento de pacientes complexos nos Estados Unidos. Atua, desde 1983, no desenvolvimento de empreendimentos na área médica e de assistência à saúde. É médico formado pela McGill University, com mestrado em epidemiologia pela mesma instituição. Atualmente é membro de diversos conselhos de administração nos Estados Unidos. Atende aos requisitos de independência estabelecidos no Regulamento de Listagem do Nível 2 da B3.  
Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: CEO da EHE, empresa de saúde preventiva nos Estados Unidos.

**Isabelle Rose Marie de Ségur Lamoignon** é membro do Conselho de Administração da Sul América S.A. desde 1997. É diretora da Sulasa Participações S.A. desde 1993. Foi membro do conselho de administração de controladas da Sul América S.A. de 2005 a 2009. Participou do Comitê de Estratégia de 1998 a 2002, tendo cursado em 1993 e 1994 o Programa de Desenvolvimento Gerencial ("PDG") no Rio de Janeiro, bem como cursou o Programa de Desenvolvimento de Conselheiros ("PDC") na Fundação Dom Cabral em 2014, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: membro do Conselho de Administração da Nova Ação Participações S.A., da Sulasa Participações S.A. e da Saspar Participações S.A., e diretora da Emabe Participações S.A. e da Sulemisa Participações LTDA.

**Jorge Hilário Gouvêa Vieira** é membro do Conselho de Administração da Sul América S.A. desde 1996 e foi membro de seu Comitê de Auditoria de 2002 até 2012. Foi presidente da CNSeg (Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização) e presidente da FENASEG (Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização) de 2010 até 2013. Foi Secretário de Finanças do Estado do Rio de Janeiro de 1987 a 1990, presidente do Conselho Nacional de Seguros Privados de 1985 a 1987, membro do Conselho Monetário Nacional de 1985 a 1987 e de 1979 a 1981, membro do Conselho de Administração da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro de 1983 a 1985 e presidente e diretor executivo da Comissão de Valores Mobiliários de 1979 a 1981 e de 1977 a 1979, respectivamente. Foi vice-presidente da ABRASCA de 1981 a 1985 e membro do Conselho de Administração em 1995. Além disso, foi presidente do Viva-Cred e do IRB-Brasil Resseguros S.A., além de membro do conselho diretor do IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e membro do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, da MBR –

Minerações Brasileiras Reunidas S.A., da Generali do Brasil – Companhia Nacional de Seguros, da MRS Logística S.A., da Caemi Mineração e Metalurgia S.A. e da VARIG – Viação Aérea Rio Grandense. Atualmente é sócio do Gouvêa Vieira Advogados e membro do Conselho de Administração da Boa Esperança S.A. Formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e possui mestrado em Direito pela Universidade de Berkeley, na Califórnia (1968-1969).

Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: membro do conselho de administração da Boa Esperança S.A. e sócio do Gouvêa Vieira Advogados.

**Pierre Claude Perrenoud** é membro do Conselho de Administração da Sul América S.A. desde 2000 e foi membro do seu Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos de 2012 até 2018. De 1960 a 1990, ocupou vários cargos na Swiss Re e foi responsável por suas operações na América Latina e em outros países. Atualmente, é membro do Conselho de Administração de seguradoras e resseguradoras cativas em diversos países. Foi membro do Conselho de Administração da Lantmännen. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Neuchatel Business School, na Suíça e em Estudos Espanhóis pela Universidade de Madri. Atende aos requisitos de independência estabelecidos no Regulamento de Listagem do Nível 2 da B3.

Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: membro do Conselho de Administração de seguradoras e resseguradoras cativas dos grupos: International SOS (Singapore), Telefonica (Espanha), Lafarge/Holcim (Suíça) e Kot Ins (Suíça).

**Renato Russo** é membro do Conselho de Administração da Sul América S.A. desde 2014 e também coordenador do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco e membro dos Comitês de Investimento e Sustentabilidade. Possui ampla experiência nos mercados financeiro e de seguros, onde ocupou destacadas posições nos órgãos de representação destes mercados. Trabalhou na SulAmérica, onde atuou em diversas posições, incluindo a de diretor geral da Sul América Investimentos e a de vice-presidente da unidade de negócios de Vida e Previdência. É membro do comitê de ética da CNSEG. Renato também é membro do Conselho de Administração do Grupo Cruzeiro do Sul Educacional. Graduiu-se em Ciências Sociais pela USP (1985), em São Paulo, e é mestre em Administração com ênfase em estratégia pelo INSPER (2007-2010). Possui certificado no Programa de Gestão Avançada pela Warthon Business School (2001) e possui certificação de Conselheiro pelo IBGC (2017). Realiza palestras sobre política nas organizações, sua área de especialização acadêmica. Atende aos requisitos de independência estabelecidos no Regulamento de Listagem do Nível 2 da B3.

Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: membro do Conselho de Administração do Grupo Cruzeiro do Sul Educacional.

**Romeu Côrtes Domingues** é membro do Conselho de Administração da Sul América S.A. desde 2019. É Presidente do Conselho de Administração do grupo DASA – líder brasileira em medicina diagnóstica e membro do Conselho de Administração da Rede Ímpar de Hospitais. É também conselheiro da Orquestra Sinfônica Brasileira, coordenador do Conselho da Pastoral do Menor da Arquidiocese do Rio de Janeiro e fundador da Clínica Imagem Solidária. É membro da Radiological Society of North América e foi vice-presidente do Colégio Brasileiro de Radiologia. Foi sócio fundador da Clínica de Ressonância Multi-Imagem, da CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem e da IRM Ressonância Magnética, tendo sido diretor de tais clínicas

entre 1994 e 2011. Foi, também, Advisory Board Member na Siemens HealthCare (Alemanha). É palestrante reconhecido internacionalmente, autor e coautor de publicações científicas, autor de MR Spectroscopy of The Brain e coautor de diversos livros. Graduiu-se em medicina pela UFRJ - Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro, com residência em radiologia pela mesma universidade. Possui também Research Fellowship em ressonância pela Universidade de Harvard e Especialização em Administração de Conselhos pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Atende aos requisitos de independência estabelecidos no Regulamento de Listagem do Nível 2 da B3.

Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: membro do Conselho de Administração da DASA – líder brasileira em medicina diagnóstica, da Rede Ímpar de Hospitais e da Orquestra Sinfônica Brasileira.

**Walter Longo** é membro do Conselho de Administração da Sul América S.A. desde 2018 e membro do Comitê de Capital Humano desde 2019. É também presidente da Unimark Comunicação, empreendedor digital e palestrante especializado em marketing, inovação e tecnologia. De 2015 a 2017, foi Presidente Executivo do Grupo Abril, um dos maiores grupos de mídia do País. Antes disso, de 2005 a 2015, atuou como Mentor de Estratégia e Inovação do Grupo Newcomm - holding de comunicação do Grupo WPP que inclui as agências Young & Rubicam, Wunderman, Grey Brasil, VML, entre outras. Ocupou cargos de diretor regional para a América Latina do Grupo Young & Rubicam e, presidente, no Brasil, da Grey Advertising, Wunderman Worldwide, TVA, MTV e do Grupo Newcomm Bates. É membro de conselhos consultivos de várias empresas de tecnologia e varejo, além de sócio de diversos empreendimentos de mídia digital. Além disso, é palestrante reconhecido internacionalmente, articulista de múltiplas publicações e autor de livros sobre propaganda e marketing. É publicitário e administrador de empresas, com MBA pela Universidade da Califórnia. Atende aos requisitos de independência estabelecidos no Regulamento de Listagem do Nível 2 da B3.

Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: sócio diretor da Unimark Longo, membro do Conselho Administrativo da Portobello, membro do Conselho Consultivo da CacauShow, membro do Conselho Consultivo do Grupo MGB – Mambo/Giga (Atacado), membro do Conselho Administrativo da Neoway Tecnologia e membro do Comitê de Inovação do Hospital Israelita Albert Einstein.

**(ii) Declaração negativa de eventos condenatórios:**

Todos os administradores indicados para eleição supracitados declararam que, para todos os fins de direito, nos últimos cinco anos não sofreram condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários ou condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

#### Conselho de Administração

Membro	Participação nas reuniões (%)
Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas	100
Carlos Infante Santos de Castro	100
Cátia Yuassa Tokoro	100
David Lorne Levy	100
Isabelle Rose Marie de Ségur Lamoignon	100
Jorge Hilário Gouvêa Vieira	100
Pierre Claude Perrenoud	100
Renato Russo	100
Romeu Côrtes Domingues	89
Walter Roberto de Oliveira Longo	100

**12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

Os membros dos comitês serão eleitos pelo Conselho de Administração do emissor a ser eleito na Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 24.04.2020.

**12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

Os membros dos comitês serão eleitos pelo Conselho de Administração do emissor a ser eleito na Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 24.04.2020.

**12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a. administradores do emissor**

Não há.

**b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

Não há.

**c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e**

Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas possui relação de parentesco até o segundo grau com outros acionistas controladores da Sularis S.à r.l. e Sulaver S.à r.l.

Isabelle Rose Marie de Ségur Lamoignon possui relação de parentesco até o segundo grau com outros acionistas controladores da Sultaso Participações Ltda.

**d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas e Isabelle Rose Marie de Ségur Lamoignon possuem relação de parentesco até o segundo grau com administradores da Sulasa Participações S.A., controladora indireta da emissora.



**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; e (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de algumas dessas pessoas.**

**Nome:** Carlos Infante Santos de Castro

**CPF:** 339.555.907-63

**Cargo que ocupa no emissor:** Membro do Conselho de Administração

Empresa	CNPJ	2017		2018		2019	
		Cargo	Relação com o emissor	Cargo	Relação com o emissor	Cargo	Relação com o emissor
Sulasa Participações S.A.	73.828.899/0001-09	Membro da Diretoria	Controlador Indireto	Membro da Diretoria	Controlador Indireto	Membro da Diretoria	Controlador Indireto
Sulasapar Participações S.A.	03.759.567/0001-34	Membro da Diretoria	Controlador Direto	Membro da Diretoria	Controlador Direto	Membro da Diretoria	Controlador Direto

**Nome:** Isabelle Rose Marie de Ségur Lamoignon

**CPF:** 029.102.447-50

**Cargo que ocupa no emissor:** Membro do Conselho de Administração

Empresa	CNPJ	2017		2018		2019	
		Cargo	Relação com o emissor	Cargo	Relação com o emissor	Cargo	Relação com o emissor
Sulemisa Participações Ltda.	73.828.899/0001-09	Quotista	Controlador Indireto	Quotista	Controlador Indireto	Quotista	Controlador Indireto
Sulasa Participações S.A.	73.828.899/0001-09	Membro da Diretoria	Controlador Indireto	Membro do Conselho de Administração	Controlador Indireto	Membro do Conselho de Administração	Controlador Indireto





**Nome:** Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas      **CPF:** 718.245.297-91  
**Cargo que ocupa no emissor:** Presidente do Conselho de Administração

Empresa	CNPJ	2017		2018		2019	
		Cargo	Relação com o emissor	Cargo	Relação com o emissor	Cargo	Relação com o emissor
Sulasa Participações S.A.	73.828.899/0001-09	Diretor Presidente	Controlador Indireto	Presidente do Conselho de Administração e da Diretoria	Controlador Indireto	Presidente do Conselho de Administração e da Diretoria	Controlador Indireto
Sulasapar Participações S.A.	03.759.567/0001-34	Diretor Presidente	Controlador Direto	Diretor Presidente	Controlador Direto	Diretor Presidente	Controlador Direto

Os demais membros indicados para compor o Conselho de Administração não mantiveram, nos últimos três exercícios, relações de subordinação, prestação de serviço ou controle com sociedades controladas, controladoras ou com fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de algumas dessas pessoas.

### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não Estatutária**

A Sul América S.A. (“Companhia”) e suas controladas diretas e indiretas (em conjunto com a Companhia, “SulAmérica”) adotam uma política de remuneração única (“Política de Remuneração” ou “Política”) que estabelece as diretrizes a serem observadas quanto à remuneração do pessoal-chave da sua administração.

Constitui pessoal-chave da administração da SulAmérica, para fins da Política, os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, estatutários e não estatutários (“Pessoal-Chave da Administração”).

Todos os membros da Diretoria e alguns membros do Conselho de Administração da Companhia exercem também mandatos em cargos equivalentes em sociedades controladas. Sua remuneração total é estabelecida de forma consolidada, nos termos da Política de Remuneração, sendo suportada em parte pela Companhia e em parte por suas controladas.

A remuneração total atribuída ao Pessoal-Chave da Administração observa os montantes globais aprovados nas assembleias gerais de acionistas da SulAmérica, cabendo ao Comitê de Capital Humano da Companhia auxiliar o Conselho de Administração nas questões referentes à remuneração.

#### **Filosofia de remuneração**

A SulAmérica entende que para se atingir o sucesso é fundamental que o Pessoal-Chave da Administração esteja engajado e comprometido com o futuro do negócio no curto, médio e longo prazo.

A SulAmérica acredita ser fundamental oferecer uma oportunidade de remuneração total adequada, em função do escopo de atuação de seus executivos, e meritocrática, onde a oportunidade de ganho de remuneração seja proporcional ao desempenho da empresa e ao nível de contribuição dos executivos.

Nesse sentido, a estruturação de uma política de remuneração estratégica implica em utilizar os diversos mecanismos de compensação visando assegurar a atuação de seu Pessoal-Chave, sempre em linha com os objetivos da Companhia, no curto, médio e longo prazo.

#### **a. objetivos da política ou prática de remuneração**

A Política de Remuneração, aprovada pelo Comitê de Capital Humano e pelo Conselho de Administração em 23/02/2010 e disponível no site de relações com investidores da Companhia ([ri.sulamerica.com.br](http://ri.sulamerica.com.br)), tem como objetivo principal alinhar os interesses do Pessoal-Chave da Administração aos da SulAmérica, atribuindo uma remuneração total compatível com as melhores práticas observadas nos mercados de atuação, assim entendidas aquelas práticas identificadas a partir do resultado de constantes pesquisas salariais realizadas por consultorias especializadas entre concorrentes diretos e empresas de capital aberto, com complexidade e porte similares à SulAmérica (“Melhores Práticas de Mercado”).

A Política estabelece critérios adequados e meritocráticos para definição da oportunidade de ganho dos participantes no curto, médio e longo prazo, contribuindo não apenas para estimular, atrair e reter profissionais qualificados para o desempenho de suas funções, mas também para a geração de valor para os acionistas.

## **b. composição da remuneração**

### **i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A remuneração do Pessoal-Chave da Administração da SulAmérica é constituída pelos seguintes componentes, não necessariamente de forma cumulativa: (a) remuneração fixa; (b) remuneração variável; (c) benefícios pós-emprego; e (d) incentivo baseado em ações.

#### *Conselho de Administração:*

##### *(a) Remuneração fixa*

A remuneração fixa do Conselho de Administração é definida com base nas responsabilidades, atribuições e dedicação de seus membros à SulAmérica, bem como nos princípios de boa governança corporativa segundo os quais os valores recebidos não devem representar a principal fonte de renda de seus participantes. Os valores são definidos anualmente, com base nas Melhores Práticas de Mercado.

Remuneração variável, benefícios pós-emprego e incentivos são facultativos para membros do Conselho de Administração, a depender do resultado da SulAmérica e da avaliação de desempenho de cada um deles.

#### *O Conselho Fiscal*

Em 2019, 2018 e 2017 não houve instalação do Conselho Fiscal. Quando instalado, o Conselho Fiscal é remunerado de acordo com a legislação aplicável, isto é, para cada membro em exercício é destinada remuneração equivalente a dez por cento da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor, conforme disposto no artigo 162, §3º, da Lei 6.404/76 (Lei das S.A).

#### *Diretoria:*

##### *(a) Remuneração fixa*

A remuneração fixa da Diretoria compõe parcela da remuneração ordinária e é estabelecida com base nas responsabilidades e atribuições do cargo, de acordo com as Melhores Práticas de Mercado.

##### *(b) Remuneração variável*

A Diretoria é elegível à remuneração variável ordinária, representada por honorários complementares, pagos na forma de bônus anuais, visando promover o maior interesse e alinhamento de seus objetivos com os da SulAmérica. Os montantes atribuídos resultam de processo de avaliação de performance realizado com base em metas objetivas estabelecidas em contratos de gestão, realizada por superiores, pares e/ou subordinados, determinado pelo Comitê de Capital Humano. O pagamento é efetuado nos 12 (doze) meses subsequentes ao exercício social avaliado.

Os indicadores objetivos são definidos anualmente, com base no plano de negócios e orçamento, vinculados ao desempenho financeiro e operacional da SulAmérica.

*(c) Benefícios pós-emprego*

A parcela da remuneração representada por benefícios pós-emprego é constituída por plano de previdência instituído em favor dos membros da Diretoria da SulAmérica e visa proporcionar uma fonte de renda complementar na sua aposentadoria.

Também há a possibilidade de concessão, mediante deliberação do Comitê de Capital Humano, de (a) benefício de aposentadoria suplementar; (b) benefícios de renda vitalícia; ou (c) seguro de pessoas.

Os valores relativos a planos de previdência privada estão apontados no item 13.10 deste Formulário de Referência.

*(d) Incentivo baseado em ações*

O incentivo baseado em ações é constituído por opções de aquisição de ações ou units de emissão da Companhia outorgadas aos membros da Diretoria da SulAmérica, e visa estimular a expansão e o êxito de seus objetivos sociais, alinhando interesses de seus acionistas e administradores, tanto no médio como no longo prazo, ao vincular parte da remuneração ao desempenho futuro das ações de emissão da Companhia.

A concessão de opções de aquisição de ações ou units, conforme previsto no Plano Geral aprovado pela Assembleia Geral de 31.03.2008, alterado pela Assembleia Geral de 31.03.2011, é realizada por meio da compra de opções bonificadas, em função do nível de investimento dos elegíveis em ações da Companhia (seguindo o conceito de *matching*).

*(e) Benefícios indiretos*

Há ainda a concessão, em benefício dos Diretores da SulAmérica, de assistência médica, seguro de vida, e Programa de PGBL.

*Comitês:*

*(a) Remuneração fixa*

A remuneração fixa dos Comitês de Investimentos, de Auditoria e Gestão de Riscos, de Capital Humano, de Governança e Divulgação e de Sustentabilidade, previstos no artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, é definida com base nas responsabilidades, atribuições e dedicação de seus membros à SulAmérica.

**ii. proporção de cada elemento na remuneração total**

A tabela abaixo indica a proporção dos elementos descritos acima na remuneração atribuída à administração da SulAmérica nos três últimos exercícios:

<b>Proporção de cada elemento da remuneração reconhecida no resultado Exercício Social findo em 31.12.2019 Companhia</b>					
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Membros de comitês</b>	<b>Total</b>

Remuneração fixa anual	100,00%	92,05%	–	100,00%	99,55%
Remuneração variável	0,00%	0,00%	–	–	0,00%
Benefícios pós-emprego	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Incentivo baseado em ações	0,00%	7,95%	–	0,00%	0,45%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>–</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>

**Proporção de cada elemento da remuneração reconhecida no resultado do Exercício Social findo em 31.12.2019**

**Companhia e controladas (Consolidado)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Remuneração fixa anual	55,52%	41,10%	0,00%	45,37%
Remuneração variável	44,48%	42,21%	0,00%	42,88%
Benefícios pós-emprego	0,00%	1,56%	0,00%	1,10%
Incentivo de ações	0,00%	15,13%	0,00%	10,64%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>

**Proporção de cada elemento da remuneração reconhecida no resultado Exercício Social findo em 31.12.2018**

**Companhia**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Membros de comitês</b>	<b>Total</b>
Remuneração fixa anual	100,00%	86,89%	–	100,00%	99,59%
Remuneração variável	0,00%	0,00%	–	–	0,00%
Benefícios pós-emprego	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Incentivo baseado em ações	0,00%	13,11%	–	0,00%	0,41%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>–</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>

**Proporção de cada elemento da remuneração reconhecida no resultado do Exercício Social findo em 31.12.2018**

**Companhia e controladas (Consolidado)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Remuneração fixa anual	49,79%	31,78%	0,00%	38,24%
Remuneração variável	50,21%	52,63%	0,00%	51,76%
Benefícios pós-emprego	0,00%	1,75%	0,00%	1,12%
Incentivo baseado em ações	0,00%	13,84%	0,00%	8,88%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>

**Proporção de cada elemento da remuneração reconhecida no resultado Exercício Social findo em 31.12.2017**

**Companhia**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Membros de comitês</b>	<b>Total</b>
Remuneração fixa anual	100,00%	95,04%	–	100,00%	99,62%
Remuneração variável	0,00%	0,00%	–	–	0,00%
Benefícios pós-emprego	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Incentivo baseado em ações	0,00%	4,96%	–	0,00%	0,38%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>–</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>

**Proporção de cada elemento da remuneração reconhecida no resultado do Exercício Social findo em 31.12.2017**

**Companhia e controladas (Consolidado)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Remuneração fixa anual	59,84%	45,91%	0,00%	47,88%
Remuneração variável	40,16%	38,59%	0,00%	38,43%
Benefícios pós-emprego	0,00%	5,23%	0,00%	4,62%
Incentivo baseado em ações	0,00%	10,27%	0,00%	9,07%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>

### **iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Os valores atribuídos como remuneração ao Pessoal-Chave da Administração são estabelecidos com base na proporção objetivada na composição da remuneração total, sendo reavaliados periodicamente por meio de pesquisas de mercado ou por recomendação de consultoria especializada, de forma a verificar sua adequação e eventual necessidade de revisão em qualquer dos seus componentes diante das Melhores Práticas de Mercado.

#### *(a) Remuneração fixa*

O montante atribuído como remuneração fixa ordinária ao Pessoal-Chave da Administração pode, a critério do Comitê de Capital Humano ou do Conselho de Administração, ser atualizado monetariamente e revisto periodicamente para adequar-se às Melhores Práticas de Mercado.

Referência de comparação: mercado composto por empresas selecionadas que incluem concorrentes diretos e empresas de capital aberto, com complexidade e porte similares à SulAmérica.

Alvo de remuneração fixa: a SulAmérica tem como objetivo manter a remuneração fixa em linha com a mediana do seu mercado de comparação, de forma a garantir um patamar justo de remuneração, sem incorrer em custos fixos acima dos praticados pelo mercado.

#### *(b) Remuneração variável*

A Diretoria, e o Conselho de Administração (este quando aplicável) são os órgãos que recebem remuneração variável.

Os montantes atribuídos como remuneração ordinária variável resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em contratos de gestão firmados a cada ano.

Por estar atrelada aos contratos de gestão, a oportunidade de ganho poderá ser superior ao praticado pelo mercado em caso de alto desempenho da empresa/participante, bem como poderá não existir caso o desempenho da empresa/participantes fique abaixo do mínimo estabelecido.

#### *(c) Benefícios pós-emprego*

A Diretoria é o único órgão que atualmente recebe benefício pós-emprego.

Os benefícios pós-emprego atribuídos ao Pessoal-Chave da Administração são constituídos por plano de previdência instituído em favor dos membros da Diretoria e seguros de vida. As contribuições para o plano de previdência são arcadas à razão de 40% pelo participante do plano e de 60% pela SulAmérica, nos termos do respectivo plano (vide item 13.10). Os prêmios de seguro de vida dos membros da Diretoria são suportados pela SulAmérica.

Os valores relativos a planos de previdência privada estão apontados no item 13.10 deste Formulário de Referência.

*(d) Incentivo baseado em ações*

Atualmente a Diretoria é o único órgão da administração da SulAmérica que recebe incentivo baseado em ações.

A quantidade de opções de aquisição de ações ou units da Companhia concedidas periodicamente resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em contratos de gestão firmados a cada ano.

O valor das opções outorgadas é calculado com base no modelo Binomial, considerando as características constantes nos respectivos programas de opção de aquisição de ações e/ou units de emissão da Companhia, conforme detalhes apresentados do item 13.4 ao item 13.8.

**iv. razões que justificam a composição da remuneração**

A remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração visa reconhecer as responsabilidades do cargo de cada participante e as Melhores Práticas de Mercado.

A remuneração se dá por meio de remuneração fixa, remuneração variável de curto e médio prazo, bem como de incentivos de longo prazo, os quais estão atrelados, conforme o caso, ao desempenho global da SulAmérica e ao desempenho individual dos administradores, e benefícios.

Especificamente em relação à remuneração atribuída aos membros da Diretoria, a proporção dos respectivos componentes tem por objetivo promover o alinhamento de seus interesses aos da SulAmérica, tanto no médio quanto no longo prazo, contribuindo para a geração de valor aos acionistas.

**v. existência de membros não remunerados e a razão desse fato**

Atualmente todos os administradores recebem remuneração.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Os componentes da remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração são baseados em indicadores de desempenho financeiro e operacional, bem como em índices de satisfação dos principais stakeholders e em objetivos de sustentabilidade.

<b>Elemento de Remuneração</b>	<b>Indicadores de desempenho</b>
Honorários .....	Não indexado a indicadores.
Remuneração variável.....	Indicadores Financeiros, Operacionais e Satisfação de <i>stakeholders</i> . Exemplo: resultado da venda de produtos e serviços, resultado operacional da companhia, na receita líquida, EBITDA, valor de mercado das ações, fluxo de caixa, volume de vendas.
Benefícios pós-emprego.....	Não indexado a indicadores.
Incentivo baseado em ações .....	Indicadores Financeiros, Operacionais e Satisfação de <i>stakeholders</i> . Exemplo:

resultado da venda de produtos e serviços, resultado operacional da companhia, na receita líquida, valor de mercado das ações, fluxo de caixa, volume de vendas.

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A evolução dos indicadores de desempenho é refletida na parcela variável da remuneração atribuída aos membros da Diretoria da SulAmérica. Os montantes relativos a tal parcela resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em contratos de gestão, avaliados anualmente pelo Conselho de Administração ou Comitê de Capital Humano.

Os valores de bônus ou outorga de plano de opção dependem da evolução dos indicadores.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da SulAmérica de curto, médio e longo prazo**

A Política de Remuneração alinha os interesses da SulAmérica aos do Pessoal-Chave da Administração ao atribuir uma remuneração total e respectivos componentes compatíveis com as Melhores Práticas de Mercado e seus objetivos de curto, médio e longo prazos e de sustentabilidade, bem como de geração de valor para os acionistas.

No curto prazo objetiva-se o alinhamento da remuneração fixa mensal e pacote de benefícios com a função e ao mercado. No médio prazo o objetivo é alinhar o pagamento de bônus às metas e ao desempenho da Companhia. Já no longo prazo, visa-se a retenção de profissionais qualificados por meio de plano de previdência privada e incentivo do plano de opções.

O sucesso da SulAmérica depende fortemente da capacidade de execução do plano de negócios e do cumprimento do orçamento. A remuneração variável é um dos elementos chave de recompensa que está diretamente ligado a essa capacidade de execução.

A consistência no alcance de resultados e a qualidade da gestão da SulAmérica geram valor para o acionista e, conseqüentemente, impactam no preço das ações da Companhia. O plano de incentivo em ações funciona como um elemento importante para que os participantes atuem de fato como sócios do negócio, privilegiando a geração de valor de longo prazo para os acionistas.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Os membros da Diretoria e alguns membros do Conselho de Administração da Companhia exercem mandato concomitante em sociedades controladas pela Companhia.

Os montantes da remuneração reconhecidos nos resultados das controladas da Companhia são informados no item 13.15 deste Formulário de Referência e a remuneração consolidada atribuída ao Pessoal-Chave da Administração é informada no item 13.16 "a".

A parcela da remuneração atribuída aos Diretores representada por opções de aquisição de ações ou units de emissão da Companhia é suportada pela Companhia, conforme demonstrado na tabela constante no item 13.16 "a". O repasse desse custo para as empresas controladas da Companhia é realizado, desde o exercício social de 2013, em conformidade com a Deliberação CVM 650 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 10.



A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, é integralmente suportada pela Companhia.

Não há remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos da Companhia ao Pessoal Chave da Administração.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não há remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários da SulAmérica.

**h. práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da diretoria, indicando:**

O Comitê de Capital Humano da Sul América é um órgão diretamente vinculado ao seu Conselho de Administração, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia, ao qual compete assessorar o Conselho de Administração nas deliberações relativas às políticas de remuneração da SulAmérica.

O referido Comitê é composto por 3 a 4 membros, sendo 1 Presidente, todos eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia para mandato unificado de um ano, permitida a reeleição, sendo que o término deste prazo sempre coincidirá com o término de gestão dos membros do Conselho de Administração.

Compete a este Comitê propor ao Conselho de Administração as diretrizes de remuneração do Pessoal-Chave da Administração da SulAmérica, compatíveis com as melhores práticas observadas pelo mercado de atuação da SulAmérica, contribuindo para o estímulo e a retenção de profissionais qualificados para o desempenho de suas funções, assim como para atrair novos recursos sempre que necessário.

As recomendações para remuneração do Pessoal-Chave da Administração baseiam-se, sobretudo, na análise de políticas, estruturas e práticas de remuneração adotadas por empresas nacionais e estrangeiras, de porte e setores comparáveis aos da SulAmérica, na avaliação de cenários e tendências para a definição de estratégias referentes à remuneração dos executivos da SulAmérica, na avaliação de performance dos executivos e estabelecimento de metas de desempenho e na revisão periódica da Política de Remuneração da SulAmérica.

**13.2 - Remuneração Total do conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal**

Remuneração total Prevista para o Exercício Social corrente a findar em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º de membros	10,00	4,00	0,00	14,00
N.º de membros remunerados	10,00	4,00	0,00	14,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	5.368.767	50.400	0,00	5.419.167
Benefícios direto e indireto	0,00	268.000	0,00	268.000
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0
Outros	1.073.753	10.080	0,00	1.083.833
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		0
<b>Remuneração Variável</b>				0
Bônus	0	0	0,00	0
Participação de resultados	0	0	0,00	0
Participação em reuniões	0	0	0,00	0
Comissões	0	0	0,00	0
Outros	0	0	0,00	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0,00	0
Pós-emprego	0	0	0,00	0
Cessaçã do cargo	0	0	0,00	0
Baseada em ações	0	29.000	0,00	29.000
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado conforme determina o Ofício-Circular/CVM/SEP/N.º 03/2019. Desconsidera sobreposições nos casos em que membros ocupam concomitantemente cargos nos emissor e em uma ou mais controladas diretas e indiretas	O número de membros de cada órgão foi apurado conforme determina o Ofício-Circular/CVM/SEP/N.º 03/2019. Desconsidera sobreposições nos casos em que membros ocupam concomitantemente cargos nos emissor e em uma ou mais controladas diretas e indiretas		
Total da Remuneração	6.442.520,00	357.480,00	0,00	6.800.000

**13.2 - Remuneração Total do conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal**

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º de membros	10,00	4,00	0,00	14,00
N.º de membros remunerados	9,00	4,00	0,00	13,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	4.262.002	47.904	0,00	4.309.906
Benefícios direto e indireto	0,00	223.897	0,00	223.897
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0
Outros	844.959	9.581	0,00	854.540
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		0
<b>Remuneração Variável</b>				0
Bônus	0	0	0,00	0
Participação de resultados	0	0	0,00	0
Participação em reuniões	0	0	0,00	0
Comissões	0	0	0,00	0
Outros	0	0	0,00	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0,00	0
Pós-emprego	0	0	0,00	0
Cessação do cargo	0	0	0,00	0
Baseada em a�oes	0	24.298	0,00	24.298
Observa�o	O número de membros de cada órgão foi apurado conforme determina o Ofício-Circular/CVM/SEP/N.� 03/2019. Desconsidera sobreposi�es nos casos em que membros ocupam concomitantemente cargos nos emissor e em uma ou mais controladas diretas e indiretas	O número de membros de cada órgão foi apurado conforme determina o Ofício-Circular/CVM/SEP/N.� 03/2019. Desconsidera sobreposi�es nos casos em que membros ocupam concomitantemente cargos nos emissor e em uma ou mais controladas diretas e indiretas		
Total da Remunera�o	5.106.961,00	305.680,00	0,00	5.412.641

### 13.2 - Remuneração Total do conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º de membros	10,00	4,00	0,00	14,00
N.º de membros remunerados	9,00	4,00	0,00	13,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	4.027.498	45.792	0,00	4.073.290
Benefícios direto e indireto	0,00	80.958	0,00	80.958
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0
Outros	808.609	9.158	0,00	817.767
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		0
<b>Remuneração Variável</b>				0
Bônus	0	0	0,00	0
Participação de resultados	0	0	0,00	0
Participação em reuniões	0	0	0,00	0
Comissões	0	0	0,00	0
Outros	0	0	0,00	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0,00	0
Pós-emprego	0	0	0,00	0
Cessação do cargo	0	0	0,00	0
Baseada em ações	0	20.498	0,00	20.498
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado conforme determina o Ofício-Circular/CVM/SEP/N.º 02/2018. Desconsidera sobreposições nos casos em que membros ocupam concomitantemente cargos nos emissor e em uma ou mais controladas diretas e indiretas	O número de membros de cada órgão foi apurado conforme determina o Ofício-Circular/CVM/SEP/N.º 02/2018. Desconsidera sobreposições nos casos em que membros ocupam concomitantemente cargos nos emissor e em uma ou mais controladas diretas e indiretas		
Total da Remuneração	4.836.107	156.406	0,00	4.992.513

**13.2 - Remuneração Total do conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal**

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º de membros	10,00	4,00	0,00	14,00
N.º de membros remunerados	9,00	4,00	0,00	13,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	4.210.022	44.976	0,00	4.254.998
Benefícios direto e indireto	0,00	182.258	0,00	182.258
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0
Outros	798.032	8.995	0,00	807.027
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		0
<b>Remuneração Variável</b>				0
Bônus	0	0	0,00	0
Participação de resultados	0	0	0,00	0
Participação em reuniões	0	0	0,00	0
Comissões	0	0	0,00	0
Outros	0	0	0,00	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0,00	0
Pós-emprego	0	0	0,00	0
Cessação do cargo	0	0	0,00	0
Baseada em a�oes	0	12.331	0,00	12.331
Observa�o	O número de membros de cada órgão foi apurado conforme determina o Ofício-Circular/CVM/SEP/N.� 01/2017. Desconsidera sobreposi�es nos casos em que membros ocupam concomitantemente cargos nos emissor e em uma ou mais controladas diretas e indiretas	O número de membros de cada órgão foi apurado conforme determina o Ofício-Circular/CVM/SEP/N.� 01/2017. Desconsidera sobreposi�es nos casos em que membros ocupam concomitantemente cargos nos emissor e em uma ou mais controladas diretas e indiretas		
Total da Remunera�o	5.008.054,00	248.560,20	0,00	5.256.614

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não foi reconhecida remuneração variável no resultado individual da Companhia no exercício social corrente e nos 3 últimos exercícios.

#### Remuneração variável prevista para o resultado do Exercício Social corrente (2020) Companhia e controladas (Consolidado)

	Conselho de	Conselho		Total
	Administração	Diretoria	Fiscal	
(em milhares de reais)				
<b>a. órgão</b>				
<b>b. número total de membros<sup>(1)</sup></b>	2,00	32,24		34,24
<b>c. número de membros remunerados</b>				
<b>d. em relação ao bônus</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	–	0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	5.253	45.683		50.936
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	3.233	27.908		31.141
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado				
<b>e. em relação à participação no resultado</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	–	–	–	–
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	–	–	–	–
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	–	–	–	–
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	–	–	–	–

(1) Número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

#### Remuneração variável reconhecida no resultado do Exercício Social findo em 31/12/2019 Companhia e controladas (Consolidado)

	Conselho de	Conselho		Total
	Administração	Diretoria	Fiscal	
(em milhares de reais)				
<b>a. órgão</b>				
<b>b. número total de membros<sup>(1)</sup></b>	2,00	32,24		34,24
<b>c. número de membros remunerados</b>				
<b>d. em relação ao bônus</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	–	0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	5.034	43.237		48.273
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	3.100	26.415		29.515
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	4.492	47.018		51.510
<b>e. em relação à participação no resultado</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	–	–	–	–
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	–	–	–	–
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	–	–	–	–
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	–	–	–	–

(1) Número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

**Remuneração variável reconhecida no Exercício Social findo em 31/12/2018  
Companhia e controladas (Consolidado)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
	(em milhares de reais)			
<b>a. órgão</b>				
<b>b. número total de membros<sup>(1)</sup></b>	<b>2,00</b>	<b>34,27</b>		<b>34,27</b>
<b>c. número de membros remunerados</b>				
<b>d. em relação ao bônus</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	6.374	44.615	-	50.989
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	3.922	26.652	-	30.574
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	5.268	42.988	-	48.256
<b>e. em relação à participação no resultado</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

(1) Número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

**Remuneração variável reconhecida no resultado do Exercício Social findo em 31.12.2017  
Companhia e controladas (Consolidado)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
	(em milhares de reais)			
<b>a. órgão</b>				
<b>b. número total de membros<sup>(1)</sup></b>	<b>2,00</b>	<b>33,22</b>		<b>35,22</b>
<b>c. número de membros remunerados</b>				
<b>d. em relação ao bônus</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	6.083	42.345	-	48.428
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	3.742	25.847	-	29.589
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	4.291	33.517	-	37.808
<b>e. em relação à participação no resultado</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

(1) Número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

#### **a. Termos e condições gerais**

O incentivo baseado em ações atribuído aos membros da Diretoria da SulAmérica observa as condições previstas no plano geral de opção de aquisição de ações de emissão da Companhia (“Plano Geral”), aprovado por sua Assembleia Geral em 31.03.2008 e alterado pela Assembleia Geral realizada em 31.03.2011. A administração do Plano Geral compete ao Conselho de Administração da Companhia, que poderá adotar periodicamente programas de opção de aquisição de ações ou units de emissão da Companhia (“Programas”).

No âmbito do Plano Geral, o Conselho de Administração da Companhia aprovou Programas e delegou ao Comitê de Capital Humano a definição dos respectivos beneficiários, dentre os membros da Diretoria da SulAmérica, assim como das quantidades de units a que fazem jus.

Conforme alteração do Plano Geral em 31.03.2011, foi aprovado um matching, em percentuais, termos e condições previstos em cada Programa. O Conselho de Administração ou o Comitê de Capital Humano, conforme o caso, poderá determinar, quando do lançamento de cada Programa, que seja concedido aos beneficiários um desconto de até 20% na fixação do preço de aquisição das units Vinculadas. O preço de exercício das Opções se consubstanciará na manutenção das units Vinculadas por prazo pré-determinado no respectivo contrato.

As Opções dos Programas de 2014 a 2019 podem ser exercidas, respectivamente, à razão de um terço (1/3) do total outorgado, ao ano, a partir do término do terceiro, quarto e quinto anos subsequentes contados da data de assinatura do Contrato de Opção de Aquisição de units celebrado com cada beneficiário (“Contrato de Opção Bonificada”), observado prazo máximo de exercício de 6 (seis) anos a contar da referida data de assinatura do respectivo Contrato de Opção. Nos termos do Plano Geral, as Opções são outorgadas aos beneficiários, nos percentuais, termos e condições previstos em cada Programa, cujo exercício deverá ser necessariamente condicionado ao cumprimento da obrigação de fazer, consubstanciada na manutenção da propriedade das units Vinculadas até o exercício da parcela correspondente da Opção.

As Opções estão condicionadas à permanência do Beneficiário no exercício de seu mandato junto à SulAmérica, salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração e/ou do Comitê de Capital Humano.

#### **b. Principais objetivos do plano**

A outorga de Opções para a aquisição de ações ou units de emissão da Sul América S.A. tem por objetivo alinhar o interesse de seus acionistas e dos membros da Diretoria da SulAmérica, atribuindo um incentivo baseado em ações compatível com as Melhores Práticas de Mercado.

O Plano Geral tem por objetivo estimular a expansão, o êxito e a realização dos objetivos sociais da Companhia, promover o alinhamento de interesses de seus acionistas e administradores, podendo também se estender a seus empregados e prestadores de serviços, além de reconhecer e valorizar desempenhos destacados, alinhamento estratégico e cultural, por meio da outorga de opções para a aquisição de ações de emissão da Companhia, representadas por units, nos termos e condições previstos no Plano Geral.



### **c. Forma como o plano contribui para esses objetivos**

Ao praticar incentivo baseado em ações o Plano Geral e os Programas aprovados promovem o alinhamento dos interesses dos acionistas e dos membros da Diretoria da SulAmérica tanto no médio como no longo prazo, contribuindo, também, para a retenção de profissionais qualificados.

### **d. Como o plano se insere na política de remuneração da SulAmérica**

O Plano Geral e os Programas aprovados integram a remuneração total dos membros da Diretoria da SulAmérica, contribuindo para seu alinhamento às Melhores Práticas de Mercado adotadas por empresas dos mesmos setores de atuação da SulAmérica, empresas de capital aberto de porte e características semelhantes ou que possuam estratégias similares às suas. O Plano Geral e os Programas visam não apenas estimular, atrair e reter profissionais qualificados para o desempenho de suas funções, mas também contribuir para geração de valor para os acionistas nos médio e longo prazos, associando à valorização das ações da Companhia.

### **e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da SulAmérica a curto, médio e longo prazo**

A outorga de Opções aos membros da Diretoria da SulAmérica remete ao desempenho futuro das ações de emissão da Companhia, promovendo o alinhamento dos interesses dos administradores aos dos acionistas no médio e longo prazos.

No curto prazo objetiva-se o alinhamento da remuneração fixa mensal e pacote de benefícios com a função e ao mercado. No médio prazo o objetivo é alinhar o pagamento de bônus às metas e ao desempenho da SulAmérica. Já, no longo prazo, visa-se a retenção de profissionais qualificados por meio de plano de previdência privada e incentivo do plano de opções.

### **f. Número máximo de ações abrangidas**

Nos termos previstos no Plano Geral, as Opções outorgadas representarão o máximo de 4% do total de ações do capital social da Companhia existentes na data da aprovação do respectivo Programa, acrescido das ações representativas das units que teriam sido emitidas considerando todas as Opções concedidas, líquidas das Opções canceladas e exercidas.

### **g. Número máximo de opções a serem outorgadas**

O Plano Geral não prevê número máximo de Opções a serem outorgadas, observado o limite descrito no item “f” acima.

### **h. Condições de aquisição de ações**

As condições para aquisição de ações ou units de emissão da Companhia estão previstas nos Programas e respectivos Contratos de Opção.

As Opções dos Programas de 2014 a 2019 podem ser exercidas, respectivamente, à razão de um terço (1/3) do

total outorgado, ao ano, a partir do término do terceiro, quarto e quinto anos subsequentes contados da data de assinatura do Contrato de Opção de Aquisição de units celebrado com cada beneficiário, observado prazo máximo de exercício de 6 (seis) anos a contar da referida data de assinatura do respectivo Contrato de Opção. Nos termos do Plano Geral, a aquisição ao direito ao exercício das Opções está condicionado ao cumprimento da obrigação de fazer consubstanciada na manutenção da propriedade das units, até o exercício da parcela correspondente da Opção.

As Opções estão condicionadas à permanência do Beneficiário no exercício de seu mandato junto à Companhia ou suas controladas, salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração e/ou do Comitê de Capital Humano.

#### **i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

Nos termos dos Programas, o preço das ações ou units a serem adquiridas pelos beneficiários em decorrência do exercício das Opções será equivalente ao preço médio, ponderado pela movimentação, do último pregão anterior à assinatura do contrato, podendo ser concedido desconto de até 20% em relação ao preço médio calculado.

De acordo com o Plano Geral o preço de exercício das Opções será baseado no cumprimento de obrigação de fazer pelo Beneficiário, consubstanciada na obrigatoriedade de manter a propriedade das respectivas units Vinculadas inalterada e sem qualquer tipo de ônus, durante a totalidade do prazo de carência durante o qual as referidas Opções não poderão ser exercidas, conforme fixado no correspondente Programa (podendo o Conselho de Administração ou o Comitê de Capital Humano fixar metas de performance cujo atendimento seja condição ao exercício das Opções).

No caso da Companhia exercer o direito de preferência para alienar ao Beneficiário as units Vinculadas mediante a entrega de ações mantidas em tesouraria, o preço de venda das units Vinculadas será equivalente ao preço de fechamento das units no pregão da B3 imediatamente anterior à data da venda (podendo o Conselho de Administração ou Comitê de Capital Humano, conforme o caso, aplicar o desconto previsto de até 20%).

Na hipótese de não ser exercido o direito de preferência da Companhia, as units Vinculadas poderão ser adquiridas pelo Beneficiário em bolsa de valores, sendo o preço de aquisição a cotação de mercado vigente. O Conselho de Administração ou o Comitê de Capital Humano, conforme o caso, poderá determinar, quando do lançamento de cada Programa, que seja concedido aos Beneficiários um desconto de até 20% na fixação do preço de aquisição das units Vinculadas determinado.

#### **j. Critérios para fixação do prazo de exercício**

O Comitê de Capital Humano definiu os prazos para os exercícios das Opções objeto dos Programas, conforme descrito em “h” acima, visando o alinhamento dos interesses dos beneficiários e os objetivos de médio e longo prazos da SulAmérica.

#### **k. Forma de liquidação**

Observadas as disposições especiais estabelecidas em cada Programa e Contrato de Opção, o Plano Geral determina que o pagamento do Preço de Exercício das Opções será verificado pelo cumprimento da obrigação de

fazer mencionada no item 13.4.i, acima, o qual deverá ser expressamente declarado pelo Beneficiário e reconhecido pela Companhia nos termos previstos nos respectivos Programas e Contratos de Opção aplicáveis.

### **I. Restrições à transferência das ações**

Tendo em vista que, como informado no item “i” acima, a manutenção da propriedade sobre as units Vinculadas constitui o preço de exercício das Opções, a alienação units Vinculadas acarretará a extinção das correspondentes Opções de pleno direito.

No âmbito dos Programas de 2014 a 2019 após o exercício da respectiva Opção, estarão imediatamente livres para venda pelo beneficiário as units adquiridas em virtude do exercício da Opção e a parcela correspondente das units Vinculadas, conforme o caso, observado, no entanto, o direito de preferência da Companhia para aquisição da totalidade das units oriundas das Opções exercidas, assim como das units Vinculadas.

### **m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Nas hipóteses de dissolução e liquidação da Companhia, o Plano e as Opções com base nele concedidas serão automaticamente extintos. O Plano Geral também poderá ser extinto a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral. Nesse caso, o término de vigência Plano Geral não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas com base no mesmo.

Em caso de operações de reorganização societária envolvendo a Companhia, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão, em que essa não seja a sociedade remanescente, o Plano Geral terminará e qualquer Opção até então concedida extinguir-se-á, a não ser que o Conselho de Administração e/ou o Comitê de Capital Humano e as empresas envolvidas em tais operações deliberem sobre os ajustes cabíveis.

De acordo com o Plano Geral, (a) o Conselho de Administração ou o Comitê de Capital Humano, conforme o caso, terá poderes para prorrogar (ou antecipar, apenas nas hipóteses previamente estabelecidas no Contrato de Opção), de forma genérica ou caso a caso, o prazo para aquisição do direito ao exercício da Opção e o prazo final para o exercício das Opções então em vigor, bem como modificar os termos e condições das Opções outorgadas com o objetivo de adaptá-las a (i) eventuais exigências que vierem a ser feitas em virtude de qualquer alteração legal ou regulamentar aplicável ao Plano Geral, aos Programas ou aos Contratos; ou (ii) alteração relevante das condições de mercado que justifiquem a correspondente modificação; (b) ressalvadas as hipóteses específicas, quando cessado, por qualquer motivo, o mandato do administrador na Companhia ou nas suas controladas, ou rescindido o contrato de trabalho ou de prestação de serviços, conforme o caso, extinguir-se-á de pleno direito a Opção cujo direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido pelo Beneficiário naquela data, inclusive o das Opções; (c) o Conselho de Administração ou o Comitê de Capital Humano poderá estabelecer prazo especial para o exercício e respectivo pagamento da Opção, cujo direito ao exercício já tenha sido adquirido, sendo que tal prazo nunca poderá ser inferior ao prazo original. Após esse prazo, as Opções ficarão extintas de pleno direito, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização; (d) em case de falecimento do Beneficiário, o direito ao exercício da Opção estabelecido no Contrato de Opção, esteja ela livre para exercício ou não, poderá ser transferido e, conforme o caso, antecipado, podendo ser exercido, no todo ou em parte, pelos herdeiros ou sucessores do Beneficiário, por sucessão legal ou por disposição testamentária, em prazo a ser estabelecido pelo Conselho de Administração ou

pelo Comitê de Capital Humano, conforme o caso, pelos mesmos preços e demais condições definidos no Contrato de Opção, após o que ficará a Opção extinta de pleno direito, sem que os referidos herdeiros ou sucessores tenham direito a qualquer indenização; (e) em caso de incapacidade permanente do Beneficiário para o exercício de suas funções perante a Companhia, a Opção, esteja ela livre para exercício ou não, poderá ser mantida no todo ou em parte, para exercício pelo Beneficiário ou seu curador em prazo a ser estabelecido pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Capital Humano, conforme o caso, após o que ficará a Opção extinta de pleno direito, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização; e (f) ainda, as Opções serão extintas de pleno direito: pelo seu exercício integral na forma autorizada no Plano Geral; pelo decurso do prazo para o seu exercício; pelo término do mandato do Beneficiário na Companhia ou nas suas controladas, do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, conforme o caso, respeitando o disposto no item 12 e subitens do Plano Geral; e caso não seja cumprida a obrigação de fazer prevista no item 13.4.i, acima.

#### **n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da SulAmérica sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Nos termos do Plano Geral, cessado, por qualquer motivo, o mandato do administrador na SulAmérica, extingue-se de pleno direito a Opção cujo direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido pelo beneficiário naquela data, ressalvados os casos de falecimento e incapacidade permanente do beneficiário para o exercício de suas funções. Adicionalmente, em casos excepcionais, desde que a cessão do mandato ou do contrato de trabalho tenha se dado por decisão da Companhia e sem a ocorrência de hipótese de justa causa, o Conselho de Administração ou o Comitê de Capital Humano poderá, a seu exclusivo critério, (i) antecipar a data de aquisição do direito ao exercício da Opção cujo direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido na data do desligamento, fixando prazo especial para o respectivo exercício e pagamento; ou (ii) decidir pela manutenção em vigor das Opções, para que sejam exercidas nos prazos e condições previstos nos respectivo Programas.

No que se refere à Opção cujo direito ao exercício já tenha sido adquirido, observadas as regras de cada Contrato de Opção, o Conselho de Administração ou o Comitê de Capital Humano poderá estabelecer prazo especial para o exercício e respectivo pagamento da Opção, o qual nunca poderá ser inferior ao prazo originalmente concedido.

De acordo com o Plano Geral, cessado, por qualquer motivo, o mandato do administrador na Companhia ou nas suas controladas, ou rescindido o contrato de trabalho ou de prestação de serviços, conforme o caso, extinguir-se-á de pleno direito, sem indenização e sem prejuízo da remuneração variável a que eventualmente fizer jus o Beneficiário até a data do respectivo término de mandato ou de rescisão de contrato de trabalho ou de prestação de serviços, a Opção cujo direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido pelo Beneficiário naquela data. Entretanto, em casos excepcionais, e, desde que a cessação do mandato do administrador ou do contrato de trabalho ou de prestação de serviços tenha se dado por decisão da Companhia e sem a ocorrência de hipótese de justa causa (ou, no caso dos administradores, sem a ocorrência de fatos que constituiriam justa causa fosse ele empregado da Companhia), o Conselho de Administração ou o Comitê de Capital Humano, conforme o caso, poderá, a seu exclusivo critério, (i) antecipar a data de aquisição do direito ao exercício das Opções cujo direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido na data do desligamento, fixando prazo especial para o respectivo exercício e pagamento; ou (ii) decidir pela manutenção em vigor das Opções, para que sejam exercidas nos prazos e condições previstos nos respectivo Programas. Ainda, no que se refere à Opção cujo direito ao exercício já tenha sido adquirido, segundo as regras do Contrato de Opção, o Conselho de Administração ou o Comitê de Capital Humano poderá estabelecer prazo especial para o exercício e respectivo pagamento da Opção, o qual nunca

poderá ser inferior ao prazo originalmente concedido. Após esse prazo, as Opções ficarão extintas de pleno direito, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização. Ainda, salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração ou do Comitê de Capital Humano, conforme o caso, nas hipóteses mencionadas acima, (i) o desconto concedido sobre o preço de venda das units Vinculadas será perdido pelo Beneficiário, devendo ser devolvido pelo Beneficiário à Companhia ou compensado com quaisquer valores devidos ao Beneficiário pela Companhia no âmbito desse Plano, nos termos previstos nos respectivos Programa e Contrato; e (ii) permanecerão em vigor eventuais direitos de preferência da Companhia estabelecidos em relação às units Vinculadas e àquelas adquiridas em razão do exercício de Opções, nos termos do Plano Geral.

### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Os Programas de 2014 a 2019 outorgaram opção de aquisição de *units* de emissão da Companhia aos membros da Diretoria desta, assim como de suas controladas, como demonstrado a seguir e na forma estabelecida pelo Ofício Circular CVM/SEP/nº 03/2019.

#### Companhia (Emissor)

##### Opções Simples

Não há informação relativa a Opções Simples a ser prestada individualmente pela Companhia para o exercício social corrente e para os 3 últimos exercícios.

##### Opções Bonificadas

<b>Outorgas de opções de compras de ações</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
Data de outorga	- - -	02/04/2019 02/04/2019 02/04/2019
Quantidade de opções outorgadas	- - -	103.195 103.195 106.320
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	- - -	02/04/2022 02/04/2023 02/04/2024
Prazo máximo para exercício das opções	- - -	02/04/2025 02/04/2025 02/04/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	-	02/04/2022 02/04/2023 02/04/2024
Valor justo das opções na data da outorga	- - -	29,80 29,80 29,80
<b>Outorgas de opções de compras de ações</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
Data de outorga	- - -	02/04/2018 02/04/2018 02/04/2018
Quantidade de opções outorgadas	- - -	60.309 60.309 62.135
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	- - -	02/04/2021 02/04/2022 02/04/2023
Prazo máximo para exercício das opções	- - -	02/04/2024 02/04/2024 02/04/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	-	02/04/2021 02/04/2022 02/04/2023
Valor justo das opções na data da outorga	- - -	21,95 21,95 21,95
<b>Outorgas de opções de compras de ações</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
Data de outorga	-	03/04/2017

	-	03/04/2017
	-	03/04/2017
Quantidade de opções outorgadas	-	50.980
	-	50.980
	-	52.520
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	03/04/2020
	-	03/04/2021
	-	03/04/2022
Prazo máximo para exercício das opções	-	03/04/2023
	-	03/04/2023
	-	03/04/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	-	03/04/2020
	-	03/04/2021
	-	03/04/2022
Valor justo das opções na data da outorga	-	16,69
	-	16,69
	-	16,69

## Companhia e controladas (Consolidado)

### Opções Simples

Não há informação relativa a Opções Simples a ser prestada para o Consolidado para o exercício social corrente e para os exercícios de 2019 e 2018.

### Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado em 31/12/2016<sup>1</sup>

#### Opções Simples

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº Total de membros</b>	11,00	34,18
<b>Nº de membros remunerados</b>	10,00	34,18
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	0	15,15
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	13,87
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	16,13
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>		N/A <sup>2</sup>

<sup>1</sup> As ações mantidas em tesouraria como resultado dos programas de recompra de ações de emissão da Companhia objetiva a sua posterior utilização no Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia.

### Opções Bonificadas

Outorgas de opções de compras de ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Data de outorga	-	02/04/2019
	-	02/04/2019
	-	02/04/2019
Quantidade de opções outorgadas	-	246.485
	-	246.485
	-	253.930
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	02/04/2022
	-	02/04/2023
	-	02/04/2024
Prazo máximo para exercício das opções	-	02/04/2025
	-	02/04/2025
	-	02/04/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	-	02/04/2022

		02/04/2023 02/04/2024
Valor justo das opções na data da outorga	- - -	29,80 29,80 29,80
<b>Outorgas de opções de compras de ações</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
Data de outorga	- - -	02/04/2018 02/04/2018 02/04/2018
Quantidade de opções outorgadas	- - -	266.209 266.209 274.269
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	- - -	02/04/2021 02/04/2022 02/04/2023
Prazo máximo para exercício das opções	- - -	02/04/2024 02/04/2024 02/04/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	-	02/04/2021 02/04/2022 02/04/2023
Valor justo das opções na data da outorga	- - -	21,95 21,95 21,95
<b>Outorgas de opções de compras de ações</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
Data de outorga	- - -	03/04/2017 03/04/2017 03/04/2017
Quantidade de opções outorgadas	- -- -	273.029 273.029 281.272
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	- - -	03/04/2020 03/04/2021 03/04/2022
Prazo máximo para exercício das opções	- - -	03/04/2023 03/04/2023 03/04/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	-	03/04/2020 03/04/2021 03/04/2022
Valor justo das opções na data da outorga	- - -	16,69 16,69 16,69



### 13.6. Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria ao final último exercício social

#### Conselho de Administração e Diretoria da Companhia

#### Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31.12.2019

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária da Companhia</b>
Programa 2015		
<b>Nº de total de membros</b> .....	10	4,0
<b>Nº de membros remunerados</b> .....	9	4,0
<b>Opções ainda não exercíveis da Companhia</b>		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	–	87.511
Data em que se tornarão exercíveis.....	–	01.04.2020
Prazo máximo para exercício das opções.....	–	01.04.2021
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	–	–
Preço médio ponderado do exercício .....	–	–
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais).....	–	59,92
<b>Opções exercíveis da Companhia e controladas da Companhia</b> .....		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	–	–
Prazo máximo para o exercício das opções.....	–	–
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	–	–
Preço médio ponderado de exercício .....	–	–
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais).....	–	–
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (em milhares de reais) .....	–	–

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31.12.2019**

**Programa 2016**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária da Companhia</b>
<b>Nº de total de membros</b> .....	10	4,0
<b>Nº de membros remunerados</b> .....	9	4,0
<b>Opções ainda não exercíveis da Companhia</b>		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	—	70.801 72.944
Data em que se tornarão exercíveis .....	—	01.04.2020 01.04.2021
Prazo máximo para exercício das opções.....	—	01.04.2022 01.04.2022
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	—	—
Preço médio ponderado do exercício .....	—	—
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais).....	—	59,92 59,92
<b>Opções exercíveis da Companhia e controladas da Companhia</b> .....		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	—	—
Prazo máximo para o exercício das opções.....	—	—
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	—	—
Preço médio ponderado de exercício .....	—	—
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais).....	—	—
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (em milhares de reais) .....	—	—

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31.12.2019**

**Programa 2017**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária da Companhia</b>
<b>Nº de total de membros.....</b>	10	4,0
<b>Nº de membros remunerados.....</b>	9	4,0
<b>Opções ainda não exercíveis da Companhia</b>		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	—	50.980
		50.980
		52.520
Data em que se tornarão exercíveis.....	—	03.04.2020
		03.04.2021
		03.04.2022
Prazo máximo para exercício das opções.....	—	03.04.2023
		03.04.2023
		03.04.2023
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	—	—
Preço médio ponderado do exercício .....	—	—
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais).....	—	59,92
		59,92
		59,92
<b>Opções exercíveis da Companhia e controladas da Companhia.....</b>		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	—	—
Prazo máximo para o exercício das opções.....	—	—
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	—	—
Preço médio ponderado de exercício .....	—	—
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais).....	—	—
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (em milhares de reais).....	—	—

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31.12.2019**

**Programa 2018**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária da Companhia</b>
<b>Nº de total de membros</b> .....	10	4,0
<b>Nº de membros remunerados</b> .....	9	4,0
<b>Opções ainda não exercíveis da Companhia</b>		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	—	60.309 60.309 62.135
Data em que se tornarão exercíveis.....	—	02.04.2021 02.04.2022 02.04.2023
Prazo máximo para exercício das opções.....	—	02.04.2024 02.04.2024 02.04.2024
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	—	—
Preço médio ponderado do exercício .....	—	—
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais).....	—	59,92 59,92 59,92
<b>Opções exercíveis da Companhia e controladas da Companhia</b> .....		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	—	—
Prazo máximo para o exercício das opções.....	—	—
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	—	—
Preço médio ponderado de exercício .....	—	—
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais).....	—	—
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (em milhares de reais).....	—	—

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31.12.2019**

**Programa 2019**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária da Companhia</b>
<b>Nº de total de membros</b> .....	10	4,0
<b>Nº de membros remunerados</b> .....	9	4,0
<b>Opções ainda não exercíveis da Companhia</b>		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	—	87.883
		87.883
		90.544
Data em que se tornarão exercíveis .....	—	02.04.2022
		02.04.2023
		02.04.2024
Prazo máximo para exercício das opções .....	—	02.04.2025
		02.04.2025
		02.04.2025
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	—	—
Preço médio ponderado do exercício .....	—	—
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais).....	—	59,92
		59,92
		59,92
<b>Opções exercíveis da Companhia e controladas da Companhia</b> .....		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	—	—
Prazo máximo para o exercício das opções .....	—	—
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	—	—
Preço médio ponderado de exercício .....	—	—
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais).....	—	—
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (em milhares de reais) .....	—	—

**Conselho de administração e Diretoria estatutária Consolidado**

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31.12.2019**

**Programa 2014**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária da Companhia e controladas (consolidado)</b>
<b>Nº de total de membros</b> .....	-	34,24
<b>Nº de membros remunerados</b> .....	-	34,24
<b>Opções ainda não exercíveis da Companhia</b>		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	-	-
Data em que se tornarão exercíveis .....	-	-
Prazo máximo para exercício das opções.....	-	-
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	-	-
Preço médio ponderado do exercício .....	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais) .....	-	-
<b>Opções exercíveis da Companhia e controladas da Companhia</b> .....		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	-	-
Prazo máximo para o exercício das opções.....	-	51.443
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	-	06.06.2020
Preço médio ponderado de exercício .....	-	13,41
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais).....	-	59,92
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (em milhares de reais) .....	-	3.082

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31.12.2019**

**Programa 2015**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária da Companhia e controladas (consolidado)</b>
<b>Nº de total de membros</b> .....	-	34,27
<b>Nº de membros remunerados</b> .....	-	34,27
<b>Opções ainda não exercíveis da Companhia</b>		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	-	278.635
Data em que se tornarão exercíveis .....	-	01.04.2020
Prazo máximo para exercício das opções.....	-	01.04.2021
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	-	-
Preço médio ponderado do exercício .....	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais).....	-	59,92 59,92
<b>Opções exercíveis da Companhia e controladas da Companhia</b> .....		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	-	-
Prazo máximo para o exercício das opções.....	-	-
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	-	-
Preço médio ponderado de exercício .....	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais) .....	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (em milhares de reais) .....	-	-

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31.12.2019**

**Programa 2016**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária da Companhia e controladas (consolidado)</b>
<b>Nº de total de membros</b> .....	-	33,12
<b>Nº de membros remunerados</b> .....	-	33,12
<b>Opções ainda não exercíveis da Companhia</b>		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	-	-
		267.070
		242.271
Data em que se tornarão exercíveis.....	-	-
		01.04.2020
		01.04.2021
Prazo máximo para exercício das opções.....	-	-
		01.04.2022
		01.04.2022
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	-	-
Preço médio ponderado do exercício .....	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais) .....	-	-
		59,92
		59,92
<b>Opções exercíveis da Companhia e controladas da Companhia</b> .....		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	-	12.024
Prazo máximo para o exercício das opções.....	-	01.04.2022
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	-	-
Preço médio ponderado de exercício .....	-	16,05
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais) .....	-	59,92
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (em milhares de reais) .....	-	720,47



**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31.12.2019**

**Programa 2017**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária da Companhia e controladas (consolidado)</b>
<b>Nº de total de membros</b> .....	-	34,27
<b>Nº de membros remunerados</b> .....	-	34,27
<b>Opções ainda não exercíveis da Companhia</b>		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	-	204.925
		178.703
		184.094
Data em que se tornarão exercíveis.....	-	03.04.2020
		03.04.2021
		03.04.2022
Prazo máximo para exercício das opções.....	-	03.04.2023
		03.04.2023
		03.04.2023
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	-	-
Preço médio ponderado do exercício .....	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais) .....	-	59,92
		59,92
		59,92
<b>Opções exercíveis da Companhia e controladas da Companhia</b> .....		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	-	-
Prazo máximo para o exercício das opções.....	-	-
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	-	-
Preço médio ponderado de exercício .....	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais).....	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (em milhares de reais) .....	-	-

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31.12.2019**

**Programa 2018**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária da Companhia e controladas (consolidado)</b>
<b>Nº de total de membros</b> .....	-	34,27
<b>Nº de membros remunerados</b> .....	-	34,27
<b>Opções ainda não exercíveis da Companhia</b>		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	-	204.178
		204.178
		204.178
 Data em que se tornarão exercíveis.....	-	02.04.2021
		02.04.2022
		02.04.2023
 Prazo máximo para exercício das opções.....	-	02.04.2024
		02.04.2024
		02.04.2024
 Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	-	-
 Preço médio ponderado do exercício .....	-	-
 Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais).....	-	59,92
		59,92
		59,92
<b>Opções exercíveis da Companhia e controladas da Companhia</b> .....		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	-	-
Prazo máximo para o exercício das opções.....	-	-
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	-	-
Preço médio ponderado de exercício .....	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais).....	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (em milhares de reais).....	-	-

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31.12.2019**

**Programa 2019**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária da Companhia e controladas (consolidado)</b>
<b>Nº de total de membros</b> .....	-	34,27
<b>Nº de membros remunerados</b> .....	-	34,27
<b>Opções ainda não exercíveis da Companhia</b>		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	-	246.485
		246.485
		253.930
Data em que se tornarão exercíveis.....	-	02.04.2022
		02.04.2023
		02.04.2024
Prazo máximo para exercício das opções.....	-	02.04.2025
		02.04.2025
		02.04.2025
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	-	-
Preço médio ponderado do exercício .....	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais) .....	-	59,92
		59,92
		59,92
<b>Opções exercíveis da Companhia e controladas da Companhia</b> .....		
Quantidade ( <i>units</i> ) .....	-	-
Prazo máximo para o exercício das opções.....	-	-
Prazo de restrição à transferência das <i>units</i> .....	-	-
Preço médio ponderado de exercício .....	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em reais) .....	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (em milhares de reais) .....	-	-

**13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**
**Opções exercidas no Exercício Social findo em 31.12.2019  
Companhia (Emissor)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>
a. Órgão		
b. Número Total de membros .....	–	4,00
c. Número de membros remunerados .....	–	4,00
<b>d. Opções exercidas</b>		
. Número de <i>units</i> .....	–	259.942
. Preço médio ponderado de exercício (em reais) .....	–	14,39
. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em milhares de reais) .....	–	3.060
<b>e. Ações entregues</b>		
. Número de ações entregues .....	–	–
. Preço médio ponderado de aquisição (em reais) .....	–	–
. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em milhares de reais) .....	–	–

**Opções exercidas no Exercício Social findo em 31.12.2018  
Companhia (Emissor)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>
a. Órgão		
b. Número Total de membros .....	–	4,00
c. Número de membros remunerados .....	–	4,00
<b>d. Opções exercidas</b>		
. Número de <i>units</i> .....	–	209.535
. Preço médio ponderado de exercício (em reais) .....	–	14,07
. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em milhares de reais) .....	–	2.263
<b>e. Ações entregues</b>		
. Número de ações entregues .....	–	–
. Preço médio ponderado de aquisição (em reais) .....	–	–
. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em milhares de reais) .....	–	–

**Opções exercidas no Exercício Social findo em 31.12.2017  
Companhia (Emissor)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>
a. Órgão		
b. Número Total de membros .....	-	4,00
c. Número de membros remunerados .....	-	4,00
<b>d. Opções exercidas</b>		
. Número de <i>units</i> .....	-	262.870
. Preço médio ponderado de exercício (em reais) .....	-	14,06
. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em milhares de reais) .....	-	1.129
<b>e. Ações entregues</b>		
. Número de ações entregues .....	-	-
. Preço médio ponderado de aquisição (em reais) .....	-	-
. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em milhares de reais) .....	-	-

**Opções exercidas no Exercício Social findo em 31.12.2019  
Companhia e Controladas (Consolidado)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>
a. Órgão		
b. Número Total de membros .....	-	33,32
b. Número de membros Remunerados .....	-	32,24
<b>c. Opções exercidas</b>		
. Número de <i>units</i> .....	-	987.856
. Preço médio ponderado de exercício (em reais) .....	-	14,49
. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em milhares de reais) .....	-	5.133
<b>d. Ações entregues</b>		
. Número de ações entregues .....	-	-
. Preço médio ponderado de aquisição (em reais) .....	-	-
. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em milhares de reais) .....	-	-

**Opções exercidas no Exercício Social findo em 31.12.2018  
Companhia e Controladas (Consolidado)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>
a. Órgão		
b. Número Total de membros .....	-	34,27
b. Número de membros Remunerados .....	-	34,27
<b>c. Opções exercidas</b>		
. Número de <i>units</i> .....	-	858.635
. Preço médio ponderado de exercício (em reais) .....	-	14,34
. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em milhares de reais) .....	-	6.767
<b>d. Ações entregues</b>		
. Número de ações entregues .....	-	-
. Preço médio ponderado de aquisição (em reais) .....	-	-
. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em milhares de reais) .....	-	-

**Opções exercidas no Exercício Social findo em 31.12.2017  
Companhia e Controladas (Consolidado)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>
a. Órgão		
b. Número Total de membros .....	-	33,22
b. Número de membros Remunerados .....	-	33,22
<b>c. Opções exercidas</b>		
. Número de <i>units</i> .....	-	828.266
. Preço médio ponderado de exercício (em reais) .....	-	14,28
. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em milhares de reais) .....	-	2.791
<b>d. Ações entregues</b>		
. Número de ações entregues .....	-	-
. Preço médio ponderado de aquisição (em reais) .....	-	-
. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em milhares de reais) .....	-	-

### 13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

#### a. Modelo de precificação:

Para os programas a partir de 2014 o modelo de precificação utilizado é o valor do fechamento das ações de mercado.

#### b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço de exercício, prazo de vida da opção e a taxa de juros livre de risco:

##### *Preço de Exercício*

Para os programas a partir de 2014 o modelo de precificação utilizado é o valor do fechamento das ações de mercado.

##### *Prazo Médio de Vida da Opção*

Para os Programas 2014 a 2018 de Opções Bonificadas, a Vida da Opção foi considerada de 4 anos após a data de outorga.

##### *Taxa de Juros Livre de Risco*

No caso das opções bonificadas 2014 a 2019 foi utilizado o preço da ação do mercado. As demais premissas utilizadas nesses planos são apresentadas abaixo:

<b>Programa</b>	<b>Preço do Ativo Base</b>	<b>Preço de Exercício</b>	<b>Expectativa de</b>	<b>Modelo de Cálculo de</b>	<b>Distribuição de Dividendos</b>	<b>Taxa de Juros Livre</b>
Bonificadas 2019	R\$ 29,80	R\$0,00	28,29%	Garch	4,00%	12,32%
Bonificadas 2018	R\$ 21,95	R\$0,00	25,09%	Garch	4,00%	12,32%
Bonificadas 2017	R\$ 16,69	R\$0,00	31,70%	Garch	4,00%	12,32%
Bonificadas 2016	R\$ 16,05	R\$0,00	31,70%	Garch	4,00%	12,32%
Bonificadas 2015	R\$ 14,21	R\$0,00	31,70%	Garch	4,00%	12,32%

#### c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

O exercício ocorrerá no momento que as Opções Bonificadas passarem pelo período de *vesting*, isso acontece a partir do 3º ano da outorga nas proporções de: 33% do lote no 3.º ano, 33% do lote no 4º ano e 34% do lote no 5º.

#### d. Forma de determinação da volatilidade esperada:

A volatilidade prevista nos programas mencionados é no modelo Garch.

#### e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Não houve.

**13.9. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.**

**Valores mobiliários detidos, na data do encerramento do último exercício social (31.12.2019), por membros do conselho de administração, da Diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia de emissão da Companhia**

	Quantidade de <i>units</i> <sup>(1)</sup> (em unidades)	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	Quantidade de Ações Preferenciais (em unidades)
Conselho de Administração .....	3.291.726	3.291.726	6.583.455
Diretoria estatutária.....	622.436	622.436	1.326.226
Conselho Fiscal .....	-	-	-

(1) Certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, representando, cada um, uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia.

**Valores mobiliários detidos, na data do encerramento do último exercício social (31.12.2019), por membros do conselho de administração, da Diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia de emissão da Sulas Participações S.A. (controladora indireta)**

	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	Quantidade de Ações Preferenciais (em unidades)
Conselho de Administração da Companhia.....	1.876.169.956	3.752.339.908
Diretoria estatutária da Companhia .....	-	-
Conselho Fiscal da Companhia .....	-	-

**Cotas detidas, na data do encerramento do último exercício social (31.12.2019), por membros do conselho de administração, da Diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia de emissão da Sulemisa Participações Ltda. (controladora indireta)**

	Quantidade de Cotas (em unidades)
Conselho de Administração da Companhia.....	1
Diretoria estatutária da Companhia .....	-
Conselho Fiscal da Companhia .....	-



**Cotas detidas, na data do encerramento do último exercício social (31.12.2019), por membros do conselho de administração, da Diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia de emissão da Sulemisa Lux S.Á R.L. (controladora indireta)**

	<b>Quantidade de Cotas (em unidades)</b>
Conselho de Administração da Companhia .....	17.999
Diretoria estatutária da Companhia .....	-
Conselho Fiscal da Companhia .....	-

**Valores mobiliários detidos, na data do encerramento do último exercício social (31.12.2019), por membros do conselho de administração, da Diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia de emissão da Saspar Participações S.A. (sociedade sob controle comum)**

	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)</b>	<b>Quantidade de Ações Preferenciais (em unidades)</b>
Conselho de Administração da Companhia .....	136.404	4.080.036
Diretoria estatutária da Companhia .....	-	-
Conselho Fiscal da Companhia .....	-	-

**Valores mobiliários detidos, na data do encerramento do último exercício social (31.12.2019), por membros do conselho de administração, da Diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia de emissão da Emabe Participações S.A. (sociedade sob controle comum)**

	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)</b>
Conselho de Administração da Companhia .....	242.993.999
Diretoria estatutária da Companhia .....	-
Conselho Fiscal da Companhia .....	-

**Valores mobiliários detidos, na data do encerramento do último exercício social (31.12.2019), por membros do conselho de administração, da Diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia de emissão de sociedades controladas pela emissora ou sob controle comum**

Um dos membros do Conselho de Administração da Companhia, possui 1 (uma) ação ordinária das seguintes sociedades controladas e/ou sob controle comum:

- (i) Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (controlada indireta);
- (ii) Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (controlada indireta);
- (iii) Sul América Santa Cruz Participações S.A. (controlada indireta);
- (iv) Sul América Odontológico S.A. (controlada indireta);
- (v) Sul América Serviços de Saúde S.A. (controlada indireta);
- (vi) Saepar Serviços e Participações S.A. (controlada indireta); e
- (vii) Nova Ação Participações S.A. (sociedade sob controle comum)

### 13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia e controladas oferecem aos membros de sua Diretoria a opção de participar do programa de previdência privada descrito a seguir.

#### Companhia e controladas (Consolidado)

---

<b>a. órgão</b>	Diretoria
<b>b. número de membros</b>	32
<b>c. número de membros remunerados</b>	32
<b>d. nome do plano</b>	SulAmérica Excellence
<b>e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar</b>	03
<b>f. condições para se aposentar antecipadamente</b>	– 60 anos de idade, e – 10 anos de tempo mínimo de plano, e – encerramento do mandato ou término do vínculo com a empresa sem justa causa.
<b>g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</b>	R\$38.761.593,11 dos quais R\$8.361.397,18 representa o valor atualizado das contribuições acumuladas relativas aos quatro membros da Diretoria da Companhia
<b>h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</b>	R\$7.113.903,35 dos quais R\$5.094.145,01 representa o valor das contribuições acumuladas relativas aos quatro membros da Diretoria da Companhia
<b>i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições</b>	Sim, há a possibilidade de promover o resgate das próprias contribuições, total ou parcialmente. Nesse caso, o participante deixará de ter direito às coberturas de risco e as contribuições e/ou transferências feitas pela SulAmérica, sendo reiniciada a contagem de seu tempo mínimo de plano a partir do primeiro mês seguinte à nova adesão.

---

### 13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

#### Valores anuais - Companhia

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	10,00	10,00	10,00	0	0	0
Valor da maior remuneração(Reais)	136.802,69	63.784,52	94.618,81	1.424.667,60	1.357.789,20	1.342.353,00	0	0	0
Valor da menor remuneração(Reais)	47.358,33	27.221,91	26.911,69	392.928,00	269.762,40	98.093,00	0	0	0
Valor médio da remuneração(Reais)	76.420,03	39.101,61	62.140,05	402.069,36	537.345,22	556.450,44	-	-	-

I- O número de membros de cada órgão foi apurado conforme determina o Ofício Circular CVM/SEP/nº 2/2019.

#### Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	(i) A maior remuneração informada para Diretoria é referente a 12 meses de exercício do cargo.
31/12/2018	(i) A maior remuneração informada para Diretoria é referente a 12 meses de exercício do cargo.
31/12/2017	(i) A maior remuneração informada para Diretoria é referente a 12 meses de exercício do cargo.
Conselho de Administração	
31/12/2019	(i) A remuneração média individual foi calculada com base no número de membros que efetivamente foram remunerados (9 membros). (ii) A maior remuneração informada para o Conselho de Administração são referentes a 12 meses de exercício do cargo. (iii) A menor remuneração informada para o Conselho de Administração foi calculada desconsiderando os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2018	(i) A remuneração média individual foi calculada com base no número de membros que efetivamente foram remunerados (9 membros). (ii) A maior remuneração informada para o Conselho de Administração são referentes a 12 meses de exercício do cargo.
31/12/2017	(i) A remuneração média individual foi calculada com base no número de membros que efetivamente foram remunerados (9 membros). (ii) A maior remuneração informada para o Conselho de Administração são referentes a 12 meses de exercício do cargo.

**13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Os mecanismos compreendem: o Plano Gerador de Benefícios Livres (“PGBL”), o Benefício de Renda Vitalícia e o Programa de Indenização para Executivos.

A Companhia e suas controladas contrataram Plano Gerador de Benefícios Livres (“PGBL”) em que são beneficiários os membros de suas respectivas Diretorias. Nos termos do referido plano, instituído em 2004, a SulAmérica arca com 60% das contribuições, cabendo o restante aos beneficiários. O plano reconhece o tempo de serviço prestado a determinadas controladas diretas e indiretas até a data de sua implantação. O valor do benefício passado, calculado na data de implantação do plano, é atualizado de acordo com o retorno dos investimentos do Fundo de Investimento Financeiro Especialmente Constituído – PGBL. Vide item 13.10.

Os compromissos com o Benefício de Renda Vitalícia e o Programa de Indenização para Executivos são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o método da unidade de crédito projetada e outras premissas atuariais.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

**Exercício Social findo em 31.12.2019**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Reconhecido no Resultado da Companhia (Emissor)	20%	–	–
Reconhecido no Resultado da Companhia e controladas (Consolidado)	42%	–	–

**Exercício Social findo em 31.12.2018**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Reconhecido no Resultado da Companhia (Emissor)	19%	–	–
Reconhecido no Resultado da Companhia e controladas (Consolidado)	42%	–	–

**Exercício Social findo em 31.12.2017**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Reconhecido no Resultado da Companhia (Emissor)	7%	–	–
Reconhecido no Resultado da Companhia e controladas (Consolidado)	55%	–	–

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.**

Não há.

**13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.**

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia não recebem remuneração de controladores diretos ou indiretos, nem de sociedades sob controle comum, recebendo somente por companhias controladas do emissor, conforme valores assinalados abaixo.

**Remuneração reconhecida no Exercício Social findo em 31.12.2019**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
	(em milhares de reais)			
a. Órgão				
b. Número Total de membros <sup>(1)</sup>	10,00	4,00	0,00	14,00
c. Número de membros remunerados	2,00	4,00	0,00	6,00
d. Remuneração segregada em:				
<b>i. Remuneração fixa anual, segregada em:</b>				
. salário ou pró-labore	1.436	9.049	0	10.485
. benefícios diretos e indiretos <sup>(4)</sup>	0	690	0	690
. remuneração por participação em comitês	0	0	0	0
. outros <sup>(2)</sup>	323	2.036	0	2.359
<b>ii. Remuneração variável, segregada em:</b>				
. bônus	4.491	10.108	0	14.599
. participação nos resultados	0	0	0	0
. remuneração por participação em reuniões	0	0	0	0
. comissões	0	0	0	0
. outros <sup>(2)</sup>	1.011	2.274	0	3.285
<b>iii. Benefícios pós-emprego<sup>(3)</sup></b>	<b>0</b>	<b>458</b>	<b>0</b>	<b>458</b>
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>v. Incentivo baseado em ações</b>	<b>-</b>	<b>4.414</b>	<b>-</b>	<b>4.414</b>
<b>e. Valor da remuneração por órgão</b>	<b>7.261</b>	<b>29.029</b>	<b>0</b>	<b>36.290</b>

**Remuneração reconhecida no Exercício Social findo em 31.12.2018**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
	(em milhares de reais)			
a. Órgão				
b. Número Total de membros <sup>(1)</sup>	10,00	4,00	0,00	14,00
c. Número de membros remunerados	2,00	4,00	0,00	6,00
d. Remuneração segregada em:				
<b>i. Remuneração fixa anual, segregada em:</b>				
. salário ou pró-labore	1.276	5.329	0	6.605
. benefícios diretos e indiretos <sup>(4)</sup>	0	637	0	637
. remuneração por participação em comitês	0	0	0	0
. outros <sup>(2)</sup>	287	1.199	0	1.486
<b>ii. Remuneração variável, segregada em:</b>				
. bônus	5.268	9.872	0	15.140
. participação nos resultados	0	0	0	0
. remuneração por participação em reuniões	0	0	0	0
. comissões	0	0	0	0
. outros <sup>(2)</sup>	1.185	2.221	0	3.406
<b>iii. Benefícios pós-emprego<sup>(3)</sup></b>	<b>0</b>	<b>402</b>	<b>0</b>	<b>402</b>
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>v. Incentivo baseado em ações</b>	<b>-</b>	<b>3.160</b>	<b>-</b>	<b>3.160</b>
<b>e. Valor da remuneração por órgão</b>	<b>8.016</b>	<b>22.820</b>	<b>0</b>	<b>30.836</b>

<sup>(1)</sup> O número de membros de cada órgão foi apurado conforme determina o Ofício Circular CVM/SEP/nº2/2018.

<sup>(2)</sup> Contribuição para o INSS.

<sup>(3)</sup> Contribuição da empresa para plano de previdência complementar

<sup>(4)</sup> Benefício auto e combustível

**Remuneração reconhecida no Exercício Social findo em 31.12.2017**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
	(em milhares de reais)			
a. Órgão				
b. Número Total de membros <sup>(1)</sup> .....	10,00	4,00	0,00	14,00
c. Número de membros remunerados	2,00	4,00	0,00	6,00
d. Remuneração segregada em:				
<b>i. Remuneração fixa anual, segregada em:</b>				
. salário ou pró-labore .....	310	4.960	0	5.272
. benefícios diretos e indiretos <sup>(4)</sup> .....	0	402	0	402
. remuneração por participação em comitês .....	0	0	0	0
. outros <sup>(2)</sup> .....	70	757	0	827
<b>ii. Remuneração variável, segregada em:</b>				
. bônus .....	4.291	7.759	0	12.050
. participação nos resultados .....	0	0	0	0
. remuneração por participação em reuniões .....	0	0	0	0
. comissões .....	0	0	0	0
. outros <sup>(2)</sup> .....	965	1.745	0	2.710
<b>iii. Benefícios pós-emprego<sup>(3)</sup> .....</b>	<b>0</b>	<b>463</b>	<b>0</b>	<b>463</b>
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo ..</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>v. Incentivo baseado em ações .....</b>	<b>-</b>	<b>4.330</b>	<b>-</b>	<b>4.330</b>
<b>e. Valor da remuneração por órgão .....</b>	<b>5.638</b>	<b>20.416</b>	<b>0</b>	<b>26.054</b>

<sup>(1)</sup> O número de membros de cada órgão foi apurado conforme determina o Ofício Circular CVM/SEP/nº2/2018.

<sup>(2)</sup> Contribuição para o INSS.

<sup>(3)</sup> Contribuição da empresa para plano de previdência complementar

<sup>(4)</sup> Benefício auto e combustível



### 13.16. Outras informações que o emissor julgue relevantes.

**Informação adicional ao item 13.2, referente à remuneração reconhecida nos resultados consolidados da Companhia dos exercícios sociais findos em 31.12.2019, 31.12.2018 e 31.12.2017 do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal da SulAmérica.**

#### Remuneração reconhecida no Exercício Social findo em 31.12.2019

	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
	Administração		Fiscal	
(em milhares de reais)				
a. Órgão				
b. Número Total de membros <sup>(1)</sup>	15,40	33,32	0	58,64
c. Número de membros remunerados	11,24	33,32	0	44,56
d. Remuneração segregada em:				
<b>i. Remuneração fixa anual, segregada em:</b>				
. salário ou pró-labore	5.698	40.417	0	46.116
. benefícios diretos e indiretos <sup>(4)</sup>	0	3.141	0	3.141
. remuneração por participação em comitês	0	0	0	0
. outros <sup>(2)</sup>	1.168	9.388	0	10.556
<b>ii. Remuneração variável, segregada em:</b>				
. bônus	4.491	47.019	0	51.510
. participação nos resultados				
. remuneração por participação em reuniões	0	0	0	0
. comissões				
. outros <sup>(2)</sup>	1.011	10.366	0	11.376
<b>iii. Benefícios pós-emprego<sup>(3)</sup></b>	0	2.450	0	2.450
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>				
<b>v. Incentivo baseado em ações</b>	0	10.481	0	10.481
<b>e. Valor da remuneração por órgão</b>	<b>12.368</b>	<b>123.262</b>	<b>0</b>	<b>135.631</b>

<sup>(1)</sup> O número de membros de cada órgão foi apurado conforme determina o Ofício Circular CVM/SEP/nº 2/2018.

<sup>(2)</sup> Contribuição para o INSS.

<sup>(3)</sup> Contribuição da empresa para plano de previdência complementar

<sup>(4)</sup> Benefício auto e combustível

#### Remuneração reconhecida no Exercício Social findo em 31.12.2018

	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
	Administração		Fiscal	
(em milhares de reais)				
a. Órgão				
b. Número Total de membros <sup>(1)</sup>	11,00	34,27	0	45,27
c. Número de membros remunerados	10,00	34,27	0	44,27
d. Remuneração segregada em:				
<b>i. Remuneração fixa anual, segregada em:</b>				
. salário ou pró-labore	5.303	31.105	0	36.408
. benefícios diretos e indiretos <sup>(4)</sup>	0	3.420	0	3.420
. remuneração por participação em comitês	0	0	0	0
. outros <sup>(2)</sup>	1.096	7.041	0	8.137
<b>ii. Remuneração variável, segregada em:</b>				
. bônus	5.268	42.988	0	48.256
. participação nos resultados				
. remuneração por participação em reuniões	0	0	0	0
. comissões				
. outros <sup>(2)</sup>	1.185	9.620	0	10.805
<b>iii. Benefícios pós-emprego<sup>(3)</sup></b>	0	2.028	0	2.028
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>				
<b>v. Incentivo baseado em ações</b>	0	14.114	0	14.114
<b>e. Valor da remuneração por órgão</b>	<b>12.852</b>	<b>110.316</b>	<b>0</b>	<b>123.168</b>

<sup>(1)</sup> O número de membros de cada órgão foi apurado conforme determina o Ofício Circular CVM/SEP/nº 2/2018.

<sup>(2)</sup> Contribuição para o INSS.

<sup>(3)</sup> Contribuição da empresa para plano de previdência complementar

<sup>(4)</sup> Benefício auto e combustível

**Remuneração reconhecida no Exercício Social findo em 31.12.2017**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
	(em milhares de reais)			
a. Órgão				
b. Número Total de membros <sup>(1)</sup> .....	11,00	33,12	0	44,12
c. Número de membros remunerados.....	10,00	33,12	0	43,12
d. Remuneração segregada em:				
<b>i. Remuneração fixa anual, segregada em:</b>				
. salário ou pró-labore .....	4.221	24.315	0	28.536
. benefícios diretos e indiretos <sup>(4)</sup> .....	0	3.524	0	3.524
. remuneração por participação em comitês .....	0	0	0	0
. outros <sup>(2)</sup> .....	801	5.659	0	6.460
<b>ii. Remuneração variável, segregada em:</b>				
. bônus .....	4.291	33.517	0	37.808
. participação nos resultados .....				
. remuneração por participação em reuniões.....	0	0	0	0
. comissões .....				
. outros <sup>(2)</sup> .....	965	7.613	0	8.578
<b>iii. Benefícios pós-emprego<sup>(3)</sup> .....</b>	<b>0</b>	<b>4.544</b>	<b>0</b>	<b>4.544</b>
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo ..</b>				
<b>v. Incentivo baseado em ações.....</b>	<b>0</b>	<b>8.924</b>	<b>0</b>	<b>8.924</b>
<b>e. Valor da remuneração por órgão .....</b>	<b>10.278</b>	<b>88.096</b>	<b>0</b>	<b>98.374</b>

<sup>(1)</sup> O número de membros de cada órgão foi apurado conforme determina o Ofício Circular CVM/SEP/nº 2/2018.

<sup>(2)</sup> Contribuição para o INSS.

<sup>(3)</sup> Contribuição da empresa para plano de previdência complementar

<sup>(4)</sup> Benefício auto e combustível